

# via directa

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

## Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira

# 2021

*Certificado por ROC e Atuário Responsável*

# Índice

<b>Síntese</b> .....	<b>3</b>
<b>A. Atividades e Desempenho</b> .....	<b>12</b>
A.1. Atividades .....	13
A.2. Desempenho da subscrição .....	19
A.3. Desempenho dos investimentos .....	30
A.4. Desempenho de outras atividades .....	33
A.5. Eventuais informações adicionais .....	33
<b>B. Sistema de Governação</b> .....	<b>34</b>
B.1. Informações gerais sobre o sistema de governação .....	35
B.2. Requisitos de qualificação e de idoneidade .....	42
B.3. Sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência .....	43
B.4. Sistema de controlo interno .....	50
B.5. Função de Auditoria Interna .....	52
B.6. Função Atuarial .....	53
B.7. Subcontratação .....	54
B.8. Eventuais informações adicionais .....	55
<b>C. Perfil de Risco</b> .....	<b>56</b>
C.1. Risco específico de seguros .....	59
C.2. Risco de mercado .....	62
C.3. Risco de crédito .....	64
C.4. Risco de liquidez .....	64
C.5. Risco operacional .....	65
C.6. Outros riscos materiais .....	65
C.7. Eventuais informações adicionais .....	66
<b>D. Avaliação para efeitos de Solvência</b> .....	<b>68</b>
D.1. Ativos .....	69
D.2. Provisões técnicas .....	76
D.3. Outras responsabilidades .....	80
D.4. Métodos alternativos de avaliação .....	80
D.5. Eventuais informações adicionais .....	81
<b>E. Gestão de Capital</b> .....	<b>82</b>
E.1. Fundos próprios .....	83
E.2. Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo .....	86
E.3. Utilização do submódulo de risco acionista baseado na duração para calcular o requisito de capital de solvência .....	87
E.4. Diferenças entre a fórmula-padrão e qualquer modelo interno utilizado .....	87
E.5. Incumprimento do requisito de capital mínimo e incumprimento do requisito de capital de solvência .....	87
E.6. Informações relativas aos impostos diferidos .....	87
E.7. Eventuais informações adicionais .....	88
<b>Anexos</b> .....	<b>89</b>
Anexo - Informação quantitativa	
Anexo - Certificação pelo Atuário Responsável	
Anexo - Certificação pelo Revisor Oficial de Contas	

# Síntese

O regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, exige que as empresas de seguros divulguem publicamente um relatório anual sobre a sua solvência e situação financeira.

O conjunto de informação qualitativa que as empresas de seguros devem divulgar, encontra-se previsto no capítulo XII do título I do Regulamento Delegado (UE) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014.

Por sua vez, a informação quantitativa<sup>1</sup> a divulgar em conjunto com este relatório, encontra-se estabelecida nos artigos 4.º e 5.º Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro, alterado e retificado pelo Regulamento de Execução (UE) n.º 2017/2190, da Comissão, de 24 de novembro.

Considerando o descrito no artigo 292.º daquele Regulamento Delegado, apresenta-se, de seguida, uma síntese, “*clara e concisa*”, das matérias desenvolvidas neste relatório.

## ATIVIDADES E DESEMPENHO

A Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. é a seguradora do grupo Fidelidade vocacionada para a comercialização de seguros através dos canais diretos e tem como visão garantir um serviço de excelência aos clientes, tornando o seguro um produto simples, acessível e inovador, suportado nas novas tecnologias.

O ano de 2021 foi de recuperação da atividade seguradora portuguesa que globalmente cresceu 34,1% face a 2020, embora com os segmentos Vida e Não Vida a registarem taxas de crescimento muito dispares.

Os prémios do segmento Não Vida, onde se insere a Via Directa, cresceram 4,7%, com destaque para os ramos Acidentes e Doença com um aumento de 7,6%, Incêndio e Outros Danos que cresceram 5,7% e também para o ramo Automóvel com um crescimento de 1,3%, que, à semelhança de anos anteriores, continua com uma grande representatividade no total dos ramos Não Vida (34%).

Em 2021, o volume de prémios brutos emitidos foi de 58,3 milhões de euros, o que representa um crescimento de 0,7% face a 2020.

À exceção dos ramos Acidentes e Doença, que decresceram 10,8% relativamente a 2020, todas as restantes linhas de negócio da Via Directa registaram um crescimento relativamente ao ano transato. Nos ramos Multirriscos (englobado no grupo de ramos Incêndio e Outros Danos) e Diversos a produção cresceu 7,7% e 1,3% respetivamente, superando o crescimento total do mercado, enquanto o ramo Automóvel cresceu 0,5% e ficou aquém do crescimento do mercado.

O crescimento da produção da Via Directa em 2021 foi afetado por algumas medidas que se implementaram em 2020 para fazer face à pandemia e que em 2021 foram alteradas e/ou anuladas, nomeadamente a devolução de prémios aos clientes do ramo automóvel por baixa sinistralidade e o alargamento do período de pagamento dos prémios das apólices (grace period).

Em 2021 a Via Directa teve uma quota de mercado dos ramos Não Vida de 1,0% e manteve o 15º lugar no ranking das seguradoras Não Vida. No ramo Automóvel a quota de mercado foi menor 0,1p.p. do que a obtida em 2020, ficando nos 2,5%, mas ainda assim a Companhia manteve a 9ª posição no ranking deste ramo.

Em termos de sinistralidade, o ano de 2021 ficou marcado pela diminuição da sinistralidade face a 2020, em todos os ramos explorados pela Via Directa, cuja taxa foi de 67,5% ao invés dos 71,8% do ano anterior, e também pela diminuição dos custos com sinistros na generalidade dos ramos (-4,3%).

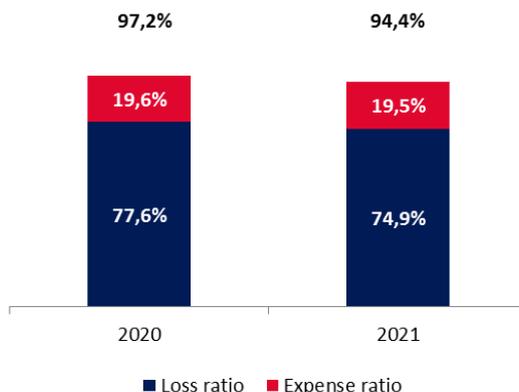
Em 2021 o rácio de comissões e custos de aquisição sobre prémios do seguro direto cresceu face ao período homólogo, sendo de 16,5% (15,9% em 2020).

---

<sup>1</sup> A informação relativa a montantes monetários é apresentada em milhares de euros, podendo em algumas circunstâncias tabelas e gráficos apresentarem totais que não correspondem em valor exato à soma das partes, fruto do arredondamento das dessas mesmas partes.

O total de custos por natureza imputados atingiu, em 2021, o montante de 9,8 milhões de euros, tendo registado um aumento de 5,9% quando comparado com o período homólogo.

O rácio combinado atingiu os 94,4% em 2021, ou seja, menos 2,8p.p. do que em 2020, influenciado pela redução dos rácios de sinistralidade (-2,7p.p.) e de despesas (-0,1p.p.).



Em 2021, o rácio de prémios por cobrar sobre prémios brutos emitidos diminuiu 0,5p.p. face a 2020, passando de 1,2% para 0,7%.

A atividade financeira tem um peso muito importante na atividade seguradora e nos seus resultados, embora nos últimos anos essa contribuição tenha diminuído, devido ao ambiente de baixas taxas de juro de longo prazo do setor financeiro. Depois de em 2020 termos assistido a uma degradação dos resultados financeiros, em 2021 esses resultados foram substancialmente maiores e atingiram os 1,1 milhões de euros ao invés dos 0,2 milhões de euros do ano anterior.

A política financeira praticada na Via Directa privilegia, por um lado, os investimentos com a capacidade de assegurar qualidade, segurança, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo, e por outro lado, evita a concentração excessiva de risco, que tem impacto negativo no rácio de solvência da Companhia. No portfólio de investimentos da Via Directa predominam os instrumentos de dívida (90%) que conferem um rendimento fixo, credibilidade e segurança.

De acordo com os factos acima relatados, a Via Directa apresentou em 2021 um resultado líquido de 3,7 milhões de euros.

## SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

A Companhia possui estruturas de governo societário e de governação interna bem definidas e adequadas à sua estratégia de negócio e às suas operações. Estão estabelecidos, de forma clara, mecanismos de delegação de competências, canais de comunicação e atribuição de funções.

Estão definidas funções-chave de gestão de riscos, auditoria interna, atuariado e *compliance* no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno.

Estas funções-chave são desempenhadas pelos seguintes Órgãos da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. que exercem funções transversais ao Grupo: Direção de Gestão de Risco; Direção de *Compliance*; Direção de Auditoria.

A Política de Remuneração aplicável aos órgãos sociais da Via Directa assenta em princípios que promovem uma gestão sólida e eficaz dos riscos e não incentivam a assunção de riscos excessivos.

A Companhia possui processos de avaliação dos requisitos de adequação das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam, são responsáveis ou exercem funções-chave.

Estão implementados na Companhia processos e procedimentos de gestão de riscos por tipologia de risco – risco estratégico, risco específico de seguros (desenho de produtos e tarificação; subscrição; provisionamento das responsabilidades; gestão de processos de sinistros; resseguro e formas alternativas de transferência de risco), risco de mercado, risco de crédito, risco de concentração, risco de liquidez e risco de reputação.

Estão implementados processos de gestão de risco operacional e de controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente.

A Companhia possui uma Política ORSA com o objetivo de estabelecer os princípios gerais da autoavaliação do risco e da solvência. Nestes termos, o ORSA assume um papel fundamental na gestão da Companhia, pelo que os resultados obtidos durante o exercício são levados em conta na Gestão de Riscos da Companhia, na Gestão de Capital e na Tomada de Decisões.

As normas e princípios a que deve obedecer a função de auditoria interna da Companhia encontram-se estabelecidos na Política de Auditoria Interna.

A função de auditoria interna é exercida com independência, imparcialidade e objetividade, estando previstos mecanismos para preservar estes princípios.

A função atuarial é independente em termos funcionais, reportando diretamente ao Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia possui uma Política de Subcontratação com o objetivo de estabelecer o conjunto de princípios aplicáveis à subcontratação de funções ou atividades fundamentais ou importantes. Neste contexto, identificaram-se, no âmbito do Grupo Fidelidade, um conjunto de funções ou atividades consideradas fundamentais ou importantes que se encontram subcontratadas, na sua maioria, intragrupo, estando os prestadores de serviços dessas funções ou atividades, localizados, fundamentalmente, em Portugal.

Destacam-se os serviços correspondentes às funções-chave de gestão de risco, auditoria interna, atuariado e *compliance*. Estas funções-chave encontram-se subcontratadas à Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.. Das funções subcontratadas fora do grupo, destacam-se os serviços de gestão e operação de *Contact Center*, prestados em Évora e Lisboa, nas instalações de um prestador de serviços com sede em Portugal e os serviços de gestão e operação dos *Datacenters*, prestados em Évora, Lisboa e Porto, por prestadores de serviços com sede em Portugal.

Refira-se, por fim, que durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram alterações materiais no sistema de governação da Companhia.

## PERFIL DE RISCO

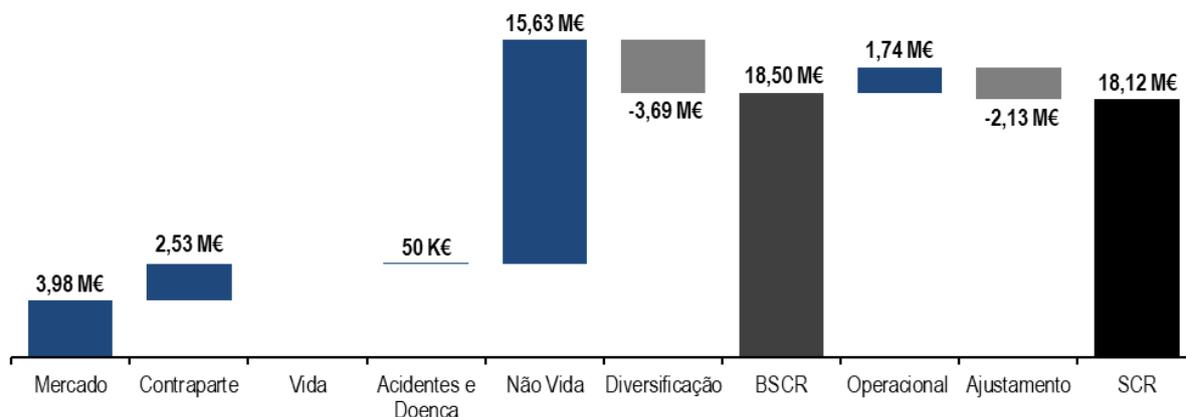
A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, de forma a assegurar a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação.

A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Assim, o cálculo do requisito de capital solvência (SCR) da Companhia com referência a 31 de dezembro de 2021 foi o seguinte:

### Composição SCR 2021



Deste requisito, destaca-se o risco específico de seguros Não Vida, seguindo-se, com uma dimensão inferior, os riscos de mercado, de incumprimento pela contraparte e operacional.

Como parte do processo ORSA são identificados riscos que não se encontram incorporados na fórmula-padrão. Neste sentido, os seguintes riscos são reconhecidos pela Companhia como potencialmente materiais: risco de reputação, risco estratégico, risco de (continuidade de) negócio e risco legal.

A Companhia, desde 2018, reconhece o ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos, não só do impacto no imposto diferido passivo efetuado no ano anterior, mas também o impacto no imposto diferido ativo, neste caso usando exclusivamente o efeito que deriva das diferenças temporais e não a recuperação de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, a Companhia decidiu limitar o impacto do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos, na componente que implicaria um aumento do ativo por impostos diferidos, da seguinte forma: a soma do imposto diferido ativo líquido atual com o ajustamento não poderá ultrapassar 15% do SCR considerando que, caso o cenário subjacente a este cálculo ocorresse esse seria o limite de elegibilidade dado corresponder a fundos próprios de nível 3.

Durante o período abrangido pelo presente relatório, verificou-se decréscimo do requisito de capital de solvência (SCR) em cerca de 0,2 milhões de euros, quando comparado com o seu valor no período anterior.

### Varição SCR 2020-2021



Este decréscimo resultou, em grande medida, do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos, não obstante ter-se verificado um aumento do requisito de capital de solvência base (BSCR), fundamentado principalmente no aumento do risco de mercado e do risco específico de seguros não vida.

O crescimento do risco específico de seguros Não Vida deve-se ao módulo de prémios e provisões, reflexo da evolução do negócio da Companhia, enquanto o aumento do risco de mercado resultou sobretudo de um aumento significativo nos submódulos de risco acionista e de *spread*.

## AVALIAÇÃO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA

Em relação aos ativos, são descritas as bases, métodos e principais pressupostos usados na sua avaliação para efeitos de solvência, bem como a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras. Esta informação é segmentada por ativos financeiros, ativos imobiliários e outros ativos.

São também apresentados os montantes recuperáveis de contrato de resseguro e de entidades instrumentais.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativos financeiros	80.645	80.608	37	73.849
Ativos imobiliários	148	148	0	440
Outros ativos	10.826	15.144	-4.318	8.657
Recuperáveis de resseguro	2.381	5.756	-3.375	1.750
<b>Total</b>	<b>94.000</b>	<b>101.656</b>	<b>-7.656</b>	<b>84.696</b>

As principais diferenças verificam-se nas seguintes classes de ativos:

### *Recuperáveis de resseguro*

Os recuperáveis de resseguro foram calculados seguindo metodologias consonantes com as usadas para a avaliação das provisões técnicas considerando-se o ajustamento para refletir a probabilidade de incumprimento do ressegurador.

### *Custos de aquisição diferidos*

O valor destes ativos para efeitos de solvência é zero.

### *Valores a receber de operações de seguro e mediadores*

A diferença relaciona-se com valores a receber por reembolsos de montantes pagos em sinistros. Este montante encontra-se considerado na melhor estimativa das provisões técnicas Não Vida, visto a sua avaliação, para efeitos de solvência, ter sido efetuada líquida destes valores a receber.

Na comparação dos valores para efeitos de solvência, entre 2020 e 2021, as diferenças refletem a evolução da atividade da Companhia no período abrangido pelo presente relatório, não tendo ocorrido alterações nas bases, métodos e principais pressupostos usados na avaliação dos ativos para efeitos de solvência.

Em relação às provisões técnicas, são descritas as bases, métodos e principais pressupostos usados na sua avaliação para efeitos de solvência e a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras. Esta informação é segmentada por Não Vida e Saúde NSLT (*Not Similar to Life Techniques*).

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Não Vida	51.004	63.870	-12.866	48.134
Saúde – NSLT	100	120	-20	80
<b>Total</b>	<b>51.104</b>	<b>63.990</b>	<b>-12.886</b>	<b>48.214</b>

As principais diferenças resultam da utilização de diferentes bases, métodos e principais pressupostos na avaliação das provisões técnicas, quer para efeitos de solvência, quer nas demonstrações financeiras.

Na comparação dos valores para efeitos de solvência, entre 2020 e 2021, as diferenças refletem a evolução da atividade da Companhia no período abrangido pelo presente relatório, não tendo ocorrido alterações nas bases, métodos e principais pressupostos usados na avaliação das provisões técnicas para efeitos de solvência.

É também apresentada a comparação da avaliação de outros passivos para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Passivo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Outras responsabilidades	1.297	1.297	0	1.632
<b>Total</b>	<b>1.297</b>	<b>1.297</b>	<b>0</b>	<b>1.632</b>

As principais diferenças verificam-se nas seguintes classes de passivos:

#### *Passivos por impostos diferidos*

A diferença resulta da aplicação da taxa de imposto aos ganhos com diferenças temporárias tributáveis implícitas no balanço para efeitos de solvência, ou seja, após os ajustamentos com impacto positivo nos fundos próprios.

Na comparação dos valores para efeitos de solvência, entre 2020 e 2021, as diferenças refletem a evolução da atividade da Companhia no período abrangido pelo presente relatório, não tendo ocorrido alterações nas bases, métodos e principais pressupostos usados na avaliação de outros passivos para efeitos de solvência.

#### GESTÃO DE CAPITAL

O quadro seguinte apresenta a comparação dos capitais próprios, tal como constam nas demonstrações financeiras da Companhia, e o excesso do ativo sobre o passivo calculado para efeitos de solvência.

Valores em milhares de euros

	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativos	94.000	101.656	-7.656	84.696
Provisões Técnicas	51.104	63.990	-12.886	48.214
Outras responsabilidades	7.120	5.292	1.828	6.830
<b>Excedente do ativo sobre o passivo</b>	<b>35.776</b>	<b>32.374</b>	<b>3.402</b>	<b>29.652</b>

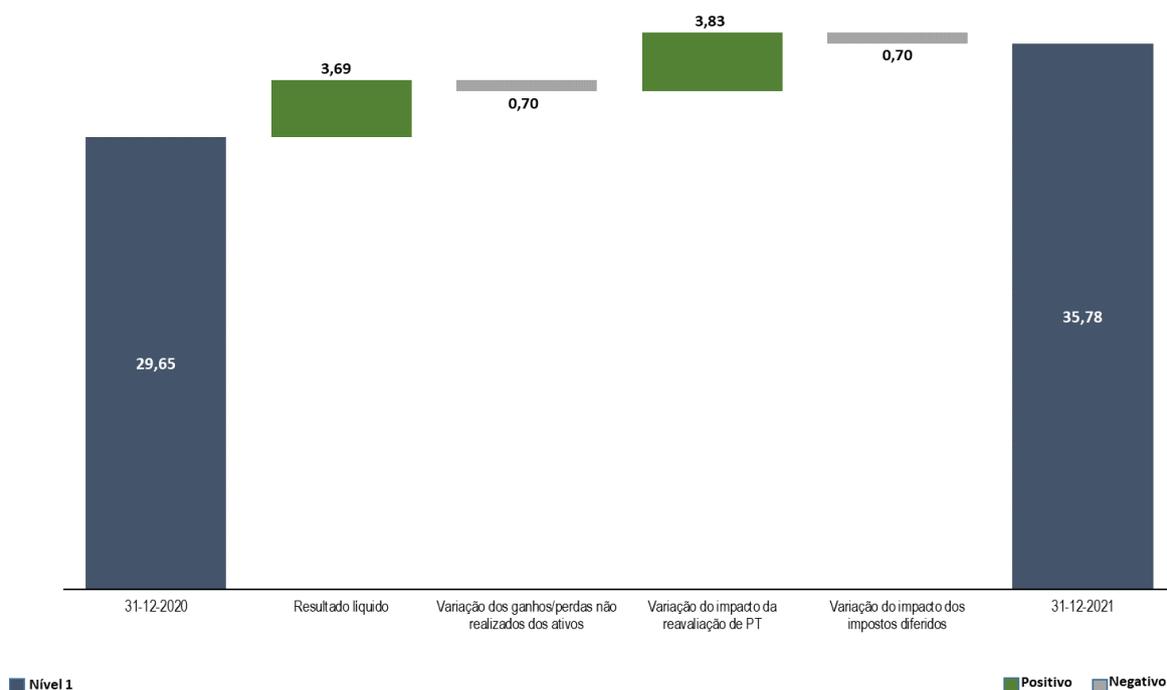
Em relação à estrutura, montante e qualidade dos fundos próprios de base, verifica-se que a Companhia não possui fundos próprios complementares e que a totalidade dos fundos próprios base está classificada em Nível 1.

Os montantes disponíveis e elegíveis dos fundos próprios para satisfazer o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito mínimo de capital (MCR), classificados por níveis, relativos a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, encontram-se no quadro seguinte.

Valores em milhares de euros

	Fundos próprios disponíveis para satisfazer				Fundos próprios elegíveis para satisfazer			
	SCR	SCR ano anterior	MCR	MCR ano anterior	SCR	SCR ano anterior	MCR	MCR ano anterior
Nível1	35.776	29.652	35.776	29.652	35.776	29.652	35.776	29.652
Nível 2	0	0	0	0	0	0	0	0
Nível 3	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>35.776</b>	<b>29.652</b>	<b>35.776</b>	<b>29.652</b>	<b>35.776</b>	<b>29.652</b>	<b>35.776</b>	<b>29.652</b>

O gráfico seguinte apresenta as principais alterações nos fundos próprios disponíveis da Companhia durante o período abrangido pelo presente relatório.



Em relação ao cálculo do requisito de capital de solvência (SCR), a Companhia aplica a fórmula-padrão, não aplicando qualquer modelo interno.

O requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR), bem como o respetivo rácio de cobertura, relativos a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 foram os seguintes:

Valores em milhares de euros

	Requisitos de Capital	Requisitos de Capital ano anterior	Rácio de Cobertura	Rácio de Cobertura ano anterior
SCR	18.116	18.318	197,48%	161,87%
MCR	8.152	8.243	438,83%	359,71%

O aumento dos rácios de cobertura, quando comparados com o ano anterior, resulta conjuntamente do aumento dos fundos próprios e do decréscimo nos requisitos de capital.

A Companhia encontra-se a monitorizar o impacto da evolução do conflito na Ucrânia nos seus rácios de solvência, mantendo uma posição confortável acima do Requisito de Capital de Solvência. Não obstante este facto, a Companhia continuará a manter a atenção contínua sobre a situação e avaliará e reagirá ativamente aos seus impactos no rácio de solvência.

# A. Atividades e Desempenho

**via directa**

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram atividades ou outros eventos significativos, com impacto material na Companhia.

Não obstante, ao longo do presente capítulo são apresentadas comparações com as informações incluídas no relatório relativo a 2020.

---

## A.1. Atividades

### A.1.1. Denominação e forma jurídica da Companhia

A Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (doravante “Via Directa”, “Companhia” ou “Sociedade”) foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem como objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todas as operações e ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A Companhia poderá também participar em agrupamentos complementares de empresas e em agrupamentos europeus de interesse económico, e adquirir originária ou derivadamente ações ou quotas em sociedades de responsabilidade limitada, qualquer que seja o objeto destas e embora sujeitas a leis especiais.

A atividade comercial da Companhia teve início em 5 de janeiro de 1998 especialmente vocacionada para o ramo automóvel, comercializando atualmente produtos de multi-riscos e acidentes e doença.

A Companhia, pessoa coletiva nº 504.011.944, tem sede em Lisboa, Portugal, na Avenida José Malhoa nº 13, 4º andar, e encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o mesmo número.

A Companhia é integralmente detida pela Fidelidade - Companhia de Seguros S.A. (“Fidelidade”) e, conseqüentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões do Grupo em que se insere.

No exercício de 2014, o processo de privatização das empresas de seguros do Grupo Caixa Geral de Depósitos, a saber Fidelidade, CARES – Companhia de Seguros, S.A. e Multicare - Seguros de Saúde, S.A., foi finalizado após a obtenção das decisões de não oposição pelas autoridades competentes. Nesse contexto, a Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S.A. alienou uma participação de 80% a favor da Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Longrun”) que se tornou a acionista maioritária.

### A.1.2. Autoridade de supervisão responsável pela supervisão financeira da Companhia

A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), com sede na Av. da República, 76, 1600-205 Lisboa, é a autoridade nacional responsável pela regulação e supervisão, quer prudencial, quer comportamental, da atividade seguradora, resseguradora, dos fundos de pensões e respetivas entidades gestoras e da mediação de seguros.

Para efeitos de Supervisão de Grupos de Seguros, é também a ASF o supervisor do grupo a que a Companhia pertence.

### A.1.3. Revisor Oficial de Contas da Companhia

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada por Ricardo Nuno Lopes Pinto, ROC, n.º 1579, registada na CMVM sob o n.º 20161189.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foi designada em 15 de maio de 2014 para exercer funções até ao final do triénio 2012/2014, tendo sido reconduzida em 31 de março de 2015 para exercer funções até ao final do triénio 2015/2017. Em 28 de março de 2018 foi novamente reconduzida para exercer funções até ao final do triénio 2018/2020 e em 30 de março de 2021 para exercer funções até ao final do triénio 2021/2023.

Para além dos trabalhos de revisão legal de contas e auditoria, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. presta recorrentemente os seguintes serviços exigidos por lei:

- Certificação do Relatório Anual sobre a Solvência e Situação Financeira no âmbito da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março;
- Certificação do Relatório relativo aos mecanismos e procedimentos especificamente adotados no âmbito da política de prevenção, deteção e reporte de situações de fraude nos seguros previsto em norma regulamentar da ASF.

Para além dos trabalhos acima referidos, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. não presta, de forma recorrente, outro tipo de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

Contudo, quando haja lugar à prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, tal ocorrerá em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos, designadamente na Lei n.º 140/2015, de 7 de setembro.

#### A.1.4. Titulares de participações qualificadas

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2021, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável, encontram-se espelhadas no quadro seguinte:

Acionista	Número de Ações	% Capital Social	% Direitos de Voto
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	4.600.000	100%	100%
<b>Total</b>	<b>4.600.000</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

Em 31 de dezembro de 2021, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização não detinham ações da Sociedade.

#### A.1.5. Posição da Companhia na estrutura do grupo segurador a que pertence

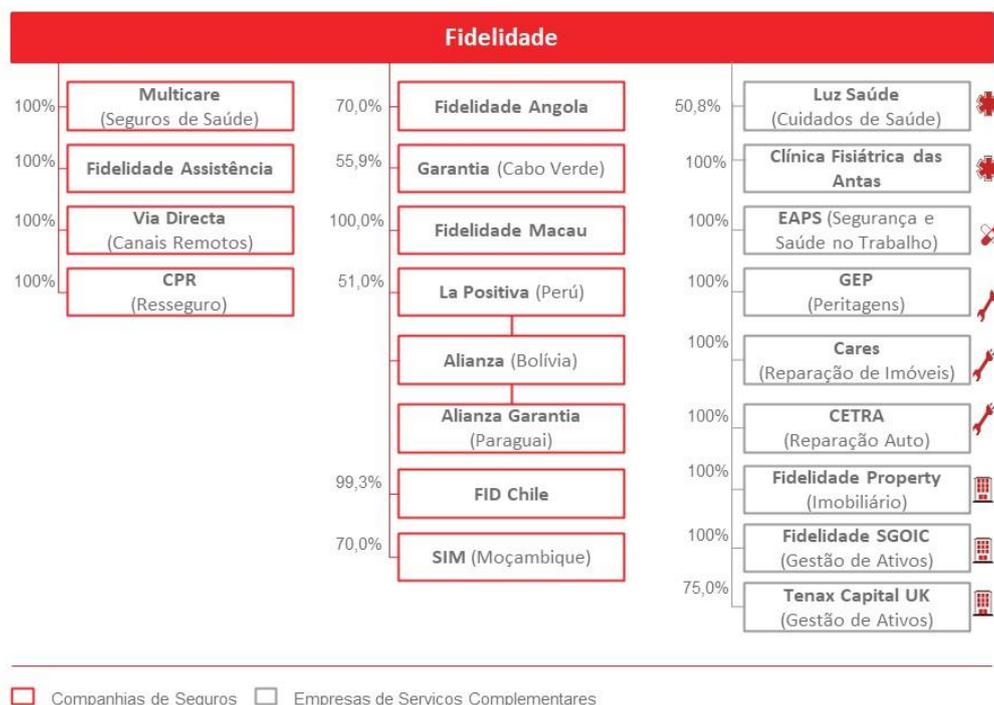
O Grupo Fidelidade opera no mercado nacional de seguros através de cinco companhias: a Fidelidade, Multicare, Fidelidade Assistência, Via Directa e Companhia Portuguesa de Resseguros.

No mercado internacional atua através de sucursais - em Espanha, França, Luxemburgo e Moçambique - e através de empresas subsidiárias - Fidelidade Angola, Garantia Cabo Verde, Fidelidade Macau, La Positiva (Perú), Alianza (Bolívia), Alianza Garantia (Paraguai) e Fid Chile.

Por outro lado, o Grupo Fidelidade detém subsidiárias e participações estratégicas em empresas de prestação de serviços complementares aos seguros (e.g.: Grupo Luz Saúde, CETRA, EAPS, Fidelidade Property, Tenax, etc.), que se enquadram na estratégia de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor, permitindo posicionar o Grupo Fidelidade como um grupo de prestação de serviços globais associados à proteção das pessoas.

As principais empresas que constituem o Grupo Fidelidade são as seguintes:

## Organograma Simplificado



### A.1.6. Síntese de acontecimentos 2021

#### MERCADO E CLIENTES

A pandemia da Covid-19 continuou em 2021 a ter um grande impacto no comportamento dos agentes económicos, embora de modo distinto do que aconteceu em 2020.

2021 caracterizou-se pela recuperação da economia global, pelo comportamento assimétrico ao nível da procura e da oferta de bens e serviços e acima de tudo pelos avanços e recuos da própria pandemia, que geraram níveis elevados de incerteza nos agentes económicos com necessidades constantes de ajustamentos dos seus comportamentos. A aposta na vacinação e no reforço da mesma esteve presente ao longo do ano como medida de saúde pública, mas também enquanto instrumento ao serviço da economia.

O ano de 2021 ficou assim marcado pelos seguintes aspetos:

- Efeito negativo da pandemia na confiança dos consumidores e das empresas.
- Limitação das políticas de ajuda económico-financeiras tomadas por governos e entidades financeiras em 2020.
- Crescimento do mercado de trabalho com mais pessoas a trabalhar e consequentemente mais rendimento disponível e maior propensão ao consumo; o teletrabalho ou um modelo híbrido de trabalho foram a constante em 2021.
- Incremento da procura interna, principalmente nos períodos de desconfinamento associados à procura de serviços relacionados com viagens e turismo e também com o regresso das pessoas às lojas, aos restaurantes e aos eventos culturais e de lazer
- Crescimento do investimento público suportado nos fundos europeus e com foco na transição digital, na transição climática, na competitividade económica e na coesão social.
- Crescimento do preço da energia, escassez de materiais, de equipamentos e de mão de obra que limitou a produção de bens transformados e provocou constrangimentos em setores da construção bem como o atraso na recuperação de alguns setores de serviços.

- Aumento da taxa de inflação, provocada essencialmente pelo preço do petróleo e pela pressão da procura sobre a oferta em determinados setores de produção.

À semelhança do que já tinha acontecido em 2020, também em 2021 o setor segurador mostrou a sua capacidade de adaptação e resiliência a condições adversas. Ao longo destes dois anos de pandemia o setor segurador teve capacidade financeira e níveis de solvência suficientes para fazer face às suas responsabilidades para com os seus colaboradores, parceiros de negócio e clientes.

Os desafios da digitalização e da procura on-line de produtos foi uma realidade em todos os setores da economia e no setor segurador também. Os clientes procuraram produtos e serviços mais acessíveis, digitais, simples e capazes de responder às suas necessidades individuais.

Foi neste contexto de incerteza e mudança, mas simultaneamente de procura de alguma estabilidade que a Via Directa esteve presente no mercado enquanto gestora do risco dos seus mais de 200.000 clientes.

Na qualidade de gestora da marca OK! teleseguros, o ano de 2021 ficou marcado pelos seguintes acontecimentos:

- Lançamento da APP Auto Digital que é uma ferramenta digital que permite aos clientes realizar vistorias à distância aos seus veículos (automóveis e motos), bem como participar um sinistro, tornando os processos mais fáceis, rápidos e cómodos.
- Disponibilização de uma nova versão da APP OK! teleseguros, com o objetivo de melhorar a experiência dos clientes nesta plataforma, quer ao nível da navegação, quer ao nível da abrangência de funcionalidades.
- Lançamento do produto OK! Auto Care que é um produto com coberturas de danos próprios para veículos com idades compreendidas entre os 6 e os 20 anos, que pretende ser mais competitivo, ampliar a oferta da marca e aumentar a representatividade dos danos próprios na carteira do ramo Automóvel.
- Alargamento das garantias da cobertura Quebra Isolada de Vidros, que passou a incluir a regularização de sinistros de quebra isolada de tetos de abrir e tetos panorâmicos.
- Lançamento dos novos produtos OK! Viagem e OK! Saúde, assente na possibilidade de personalização de coberturas, e modularidade, para uma melhor adequação às necessidades de cada cliente.
- Lançamento de novos simuladores no site OK.pt, que visou melhorar a experiência de compra online dos seguros OK! Saúde, OK! Viagem e OK! Bike.
- Reconhecimento dos consumidores portugueses através das distinções atribuídas pelos Prémios “Escolha do Consumidor 2021”, “Cinco Estrelas 2021”, e “Melhor Reputação 2021”, este último resultante do estudo Marktest Reputation Index (MRI).

No âmbito da pandemia do Covid-19, demos continuidade às medidas implementadas em 2020:

- Disponibilização de um Avaliador de Sintomas aos clientes OK! teleseguros, com o objetivo de ajudar a identificar possíveis causas associadas a sintomas de saúde e despistar eventual infeção por Covid-19.
- Alargamento das garantias do OK! Saúde, de forma a abrangerem o tratamento da Covid-19 aos clientes não referenciados pelo Sistema Nacional de Saúde.
- Isenção das despesas de copagamento dos testes de diagnóstico à Covid-19 aos clientes com os seguros de saúde com capital de ambulatório, mediante prescrição médica, obtida através do serviço da Medicina Online, lançada em 2020 como uma medida temporária que foi estendida até 15 de junho de 2021.
- Manutenção da Consulta de Psicologia na Medicina Online do seguro OK! Saúde, que passou, desta forma, a oferecer o apoio de uma equipa especializada em saúde mental, de forma confidencial;
- Prorrogação automática do pagamento dos prémios dos seguros obrigatórios por 60 dias, até ao dia 30 de setembro de 2021, de acordo com a possibilidade concedida pelo Decreto-Lei n.º 22-A/2021, de 17 de março, que procedeu o Decreto-lei n.º 20-F/2020, de 12 de maio;
- Oferta de um benefício aos clientes OK! Auto, atribuído na renovação das apólices, calculado em função da diminuição da sinistralidade verificada nos meses em que vigorou o Estado de Emergência e o confinamento

obrigatório. Esta iniciativa decorreu entre 07 de outubro de 2020 e 06 de outubro de 2021, de forma a abranger todas as renovações que tiveram lugar durante um ano completo.

## INOVAÇÃO NO ADN DA VIA DIRECTA E APOSTA NA PERSONALIZAÇÃO DA OFERTA

Dando continuidade à aposta da seguradora no desenvolvimento de soluções inovadoras, que colocam as novas tecnologias ao serviço dos seus clientes, foi desenvolvida e lançada a APP Auto Digital, a primeira e única aplicação de vistorias em Portugal, que permite aos clientes realizar vistorias à distância aos seus veículos (automóveis e motos), através de realidade aumentada, bem como participar sinistros, simplificando assim os processos de contratação e gestão de sinistros.

A APP Auto Digital foi desenvolvida com o recurso a algoritmos de Inteligência Artificial, usando Computer Vision. Esta tecnologia visa mitigar a fraude, bem como assegurar a automação na aceitação de um contrato de seguro, através da identificação dos danos dos veículos e da matrícula.

A OK! teleseguros aposta assim na fluidez, agilidade e na melhoria da experiência do utilizador. A APP permite ainda detetar se o telemóvel tem capacidade ou não de fazer a vistoria através de realidade aumentada e, caso não tenha, apresenta automaticamente a experiência por fotos, garantindo que a vistoria é sempre realizada.

Esta aplicação permite a participação digital de um sinistro do ramo Automóvel para todas as tipologias de sinistro, sejam elas, choque, colisão ou capotamento, quebra isolada de vidro, furto ou roubo, atos de vandalismo, fenómenos da natureza ou incêndio raio ou explosão, com ou sem uma declaração amigável de acidente automóvel (DAAA).

Tendo sempre presente a mitigação de riscos, nomeadamente de risco de fraude, este aplicativo contribui também para esse objetivo, porque permite a identificação de eventuais danos nas viaturas antes de se iniciar o seguro com coberturas de danos próprios. Isto resulta de uma aposta da seguradora em tornar os processos mais simples, mais acessíveis e inovadores, colocando as novas tecnologias ao serviço dos clientes e obtendo um ganho de eficiência nos processos, um maior conhecimento dos objetos seguros e a melhoria do serviço ao cliente, adaptando desta forma a oferta aos riscos.

Mantendo o foco na sua política de melhoria contínua, a Via Directa lançou também versões melhoradas da APP OK! teleseguros e dos simuladores dos produtos OK! Saúde, OK! Viagem e OK! Bike, com o objetivo de oferecer experiências de navegação mais simples e intuitivas.

Em 2021, a seguradora apostou igualmente na reformulação dos produtos OK! Saúde e OK! Viagem, no sentido de oferecer aos seus clientes soluções feitas à medida de cada um. Através desta possibilidade de personalização, os clientes podem agora criar um seguro apenas com as coberturas que necessitam, para uma proteção mais adequada.

## VIA DIRECTA MAIS DIGITAL

Em 2021, a Via Directa continuou a apostar nas novas tecnologias para oferecer um serviço cada vez mais self-service, tornando a gestão dos seguros mais simples e ágeis para os seus clientes.

Destacam-se, abaixo, os principais indicadores de acesso/adesão às plataformas digitais da marca, em 2021:

- O site da OK! teleseguros recebeu um total de 1.314.787 visitas em 2021.
- Em 2021, a APP OK! teleseguros registou 37.648 downloads únicos, o que corresponde a um crescimento de 18% face a 2020. O número de clientes em carteira que fez, pelo menos, um acesso à aplicação foi de 54.368, o que representa cerca de 30% das entidades com apólices em vigor.
- A área de cliente registou um crescimento de 3,2% no número de adesões, alcançando um total de 164.067 novos registos em 2021.
- Em 2021, 154.933 clientes aderiram à fatura eletrónica, o que representa um crescimento de 4,3% face ao ano anterior.

## PRÉMIOS E DISTINÇÕES

Em 2021, a marca OK! teleseguros voltou a ser premiada pelos consumidores portugueses com os Prémios “Escolha do Consumidor 2021”, “Cinco Estrelas 2021” e “Prémio Melhor Reputação 2021” na categoria “Seguros Diretos”, pelo terceiro, quarto e quinto anos consecutivos, respetivamente.

Promovida pelo ConsumerChoice – Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor, a Escolha do Consumidor dá voz ao consumidor português, que avalia e distingue anualmente as melhores marcas em Portugal, selecionadas pelo grau de satisfação e recomendação que proporcionam aos consumidores. Reconhecida por apresentar os maiores níveis de satisfação e recomendação de compra junto dos consumidores clientes e não clientes, a marca alcançou, nesta avaliação, a nota geral de satisfação de 85,41%.

A Via Directa foi igualmente galardoada com o Prémio Cinco Estrelas 2021, tendo por base os critérios de satisfação pela experimentação, a relação preço-qualidade, a intenção de recomendação, a confiança na marca e a inovação no serviço, obtendo uma satisfação global de 75,3%. O Prémio Cinco Estrelas é um sistema de avaliação que mede o grau de satisfação que os produtos, os serviços e as marcas conferem aos seus utilizadores, dentro da respetiva categoria de consumo, tendo como critérios de avaliação as principais variáveis que influenciam a decisão de compra dos consumidores.

O estudo “Marktest Reputation Index 2021” (MRI) também reconheceu a OK! teleseguros como a marca que tem a “Melhor Reputação na categoria “Seguradoras Diretas”. Neste estudo, a marca OK! teleseguros continua a ser a marca mais bem avaliada em todos os atributos que constituem o MRI – Admiração, Confiança, Familiaridade, Worth of Mouth e Imagem -, com um índice médio de reputação de 54,87 pontos, registando na Familiaridade o valor mais elevado (59,78).

Com a atribuição destes prémios, que identificam as marcas mais relevantes para os consumidores portugueses, a OK! teleseguros vê assim reforçado o seu posicionamento enquanto líder no segmento de mercado das seguradoras que distribuem os seus produtos através de canais diretos.

## GESTÃO DA QUALIDADE

A política da qualidade da Via Directa tem como objetivo a melhoria da satisfação dos clientes, baseado na certeza que é essa a missão de todos os seus colaboradores, que tudo fazem para garantir um serviço de excelência, através da implementação de boas práticas, com espírito crítico e com foco na melhoria contínua.

As boas práticas e o espírito crítico fazem parte do ADN da Via Directa e por isso, ao mesmo tempo que fornecemos produtos e serviços que satisfaçam os clientes, cumprindo leis e regulamentos em vigor e procedimentos internos, avaliamos a satisfação dos clientes através do feedback obtido junto dos mesmos, com recurso a inquéritos de satisfação, audição de chamadas, tratamento de reclamações e elogios.

A avaliação da satisfação dos clientes é um processo preventivo que permite, evitar reclamações e sobretudo “escutar” o cliente, permitindo antecipar o que o cliente espera da companhia e identificar oportunidades de melhoria.

O foco no cliente deverá sempre estar associado à prestação de um Serviço de Excelência, e a sua satisfação consistirá igualmente numa excelente forma de marketing para a empresa.

O aumento da satisfação dos clientes tem sido uma constante ao longo dos anos, sendo em 2021 igual ou superior a 8,4 numa escala de 1 a 10, conforme se pode verificar abaixo:

	2020	2021
	8,4	8,5
	8,6	8,7

Para além da avaliação da satisfação dos clientes, cabe também no âmbito da política de qualidade a gestão das reclamações, cujo resultado final deverá ter impacto positivo quer para o cliente, quer para a empresa.

Ao contrário do processo de avaliação da satisfação dos clientes, a gestão das reclamações é um processo reativo, através do qual o cliente nos dá a oportunidade de conhecer a sua visão e ponto de vista e aquilo que correu menos bem na sua relação com a Via Directa – é preferível ter um cliente que “reage” e reclama do que aquele que simplesmente abandona a seguradora sem que se saiba o motivo. O lema é: “Uma boa gestão de reclamações é um motor de fidelização de clientes e uma oportunidade de melhoria contínua”.

A gestão de reclamações vai muito além da resposta ao cliente ou da identificação e correção de erros. O grande foco é a melhoria contínua, escutando a “voz do cliente” e identificando o que o mesmo espera da Via Directa, ou seja, a perceção das expectativas dos clientes é fundamental para a melhoria e desenvolvimento de negócio.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

Enquadrada numa política socialmente responsável e sustentável, a Via Directa manteve a sua participação em projetos com impacto no desenvolvimento sustentável e na responsabilidade social.

Foram desenvolvidas diversas ações com impacto na sociedade civil, tais como:

- A renovação do apoio à Associação Passo Positivo através da oferta do seguro do ramo Automóvel da carrinha que garante a prestação de serviços pela associação.
- O apoio à atleta de Paradesage, Rita Lagartinho, atleta com paralisia cerebral, cuja prática desportiva contribui para a sua reabilitação.

O compromisso de envolvimento nas questões sociais foi reforçado em 2021, através da manutenção de sinergias e parcerias com as seguintes entidades:

- Grace - Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial.
- APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial.
- Signatários da Carta Diversidade.

No âmbito da inovação e sustentabilidade, destacaram-se as seguintes ações:

- Parceria com a UVE (Utilizadores de Veículos Elétricos)
- Lançamento da APP Auto Digital, projeto com grande impacto no âmbito da digitalização e simplificação de processos.

---

## A.2. Desempenho da subscrição

### A.2.1. Evolução do mercado segurador português

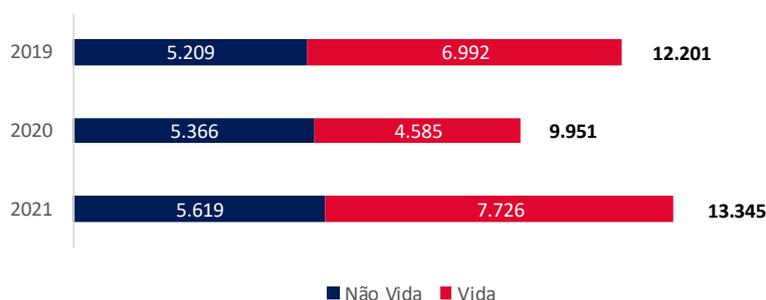
Após um ano de histórica quebra na atividade económica, Portugal registou um forte crescimento em 2021, tendo assim concretizado uma mais rápida recuperação face ao ocorrido nas últimas crises económicas. Dada a sua elevada taxa de vacinação, Portugal foi um dos países da UE que não teve necessidade de regressar a confinamentos, desde que foram aliviadas as medidas mais restritivas. O setor empresarial manteve a resiliência já registada em 2020, conseguindo aumentar o volume de exportações e impulsionar a dinâmica de investimento.

Para o crescimento económico em 2021 contribuiu igualmente a recuperação do consumo público e privado. Também as condições de financiamento da administração pública se mantiveram favoráveis, com Portugal a conseguir emitir dívida de

longo prazo com taxas de juro inferiores ao exigido em 2019. A recuperação do emprego fecha o conjunto de indicadores positivos a contribuir para a favorável evolução da atividade económica, traduzindo uma redução da taxa de desemprego para 6,6%.

O PIB registou assim um crescimento de 4,8%, que só não foi mais expressivo pelos efeitos negativos que as vagas de pandemia tiveram em importantes setores do tecido empresarial, nomeadamente no turismo que terminou o ano com um contributo para o produto próximo de 50 p.p. abaixo do registado em 2019.

Em 2021, o setor segurador registou um forte crescimento, com a produção total a ultrapassar os valores pré-pandemia. Com uma evolução de 34,1% face a 2020, o mercado segurador encerrou o ano de 2021 com valor total de prémios brutos de 13,3 bilhões de euros. O segmento Vida foi o principal impulsionador deste aumento, registando um crescimento de 68,5%, acompanhado pelo segmento Não-Vida, que também continuou a sua trajetória de crescimento – mais 4,7% que em 2020.



Unidade: Milhões de Euros  
Fonte: ASF

O aumento da produção no segmento Vida deveu-se, sobretudo, ao reforço da inovação na oferta de produtos diferenciadores, bem como ao crescente interesse por parte dos clientes nesta nova gama de produtos, predominantemente de capital não garantido. Este crescimento de interesse por parte dos clientes é igualmente suportado pela atual conjuntura de baixas taxas de juro, onde a oferta de aplicações financeiras sem risco detém, na sua maioria, remunerações de capital inexistentes. A incerteza face à evolução da situação económica ainda em contexto de pandemia, levou igualmente a um reforço da taxa de poupança das famílias face aos anos pré pandemia<sup>2</sup>, o que acabou por ter um impacto igualmente positivo na performance deste segmento.

Por sua vez, a produção do segmento Não-Vida manteve a tendência de crescimento, voltando a ganhar maior tração quando comparado com o crescimento homólogo, maioritariamente fruto da recuperação da atividade económica.

Neste segmento, importa destacar, a evolução positiva registada no ramo Saúde (+8,5%), numa altura que a população está cada vez mais sensibilizada para a necessidade de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde. Este crescimento permitiu que o ramo Saúde se mantivesse como segundo maior ramo Não-Vida, com a produção de seguro direto a ascender a 1.032 milhões de euros, ultrapassando pelo segundo ano consecutivo a produção de Acidentes de Trabalho. Não obstante, Acidentes de Trabalho e Automóvel, mantiveram também a tendência de crescimento que marcou os últimos anos, ainda que a um ritmo inferior.

A evolução da produção dos ramos Não-Vida entre 2020 e 2021 está patente no seguinte quadro:

Prémios Brutos Emitidos Não-Vida	Valores em milhares de euros		
	2021	2020	Var. %
Automóvel	1.898	1.873	1,3%
Saúde	1.032	951	8,5%

<sup>2</sup> Fonte: INE in Grau de poupança do agregado familiar.

Acidentes de trabalho	965	905	6,6%
Incêndios e Outros Danos	1.000	946	5,7%
Outros	724	691	4,8%
<b>Total</b>	<b>5.619</b>	<b>5.366</b>	<b>4,7%</b>

## A.2.2. Desempenho da Via Directa

O quadro seguinte apresenta os principais indicadores relativos à atividade da Via Directa:

Valores em milhares de euros

Principais Indicadores	2021	2020
<b>Prémios de Seguro Direto</b>	<b>58.330</b>	<b>57.927</b>
<b>Resultado Líquido Exercício</b>	<b>3.694</b>	<b>2.145</b>
Prémios Adquiridos Líquidos Resseguro	50.308	49.495
Custos Sinistros Líquidos Resseguro	37.680	38.388
Custos Exploração Líquidos Resseguro	9.834	9.721
<b>Claims Ratio</b>	<b>74,9%</b>	<b>77,6%</b>
<b>Expense Ratio</b>	<b>19,5%</b>	<b>19,6%</b>
<b>Combined Ratio</b>	<b>94,4%</b>	<b>97,2%</b>

Nota: os rácios apresentados são calculados numa base de prémios adquiridos e líquidos de resseguro

### SEGURO DIRETO

Em 2021, o volume de prémios brutos emitidos foi de 58,3 milhões de euros, o que representa um crescimento de 0,7% face a 2020.

À exceção dos ramos Acidentes e Doença, que decresceram 10,8% relativamente a 2020, todas as restantes linhas de negócio da Via Directa registaram um crescimento relativamente ao ano transato.

O ramo Automóvel cresceu tanto nas suas coberturas principais (+0,5%), como também nas coberturas acessórias de Assistência em Viagem e Proteção Jurídica (+1,3%), que na sua totalidade representam 95,6% do total da produção da Companhia.

O ramo Incêndio e Outros Danos cresceu 7,7%, face a 2020.

Em 2021 a Via Directa teve uma quota de mercado dos ramos Não Vida de 1,0% e manteve o 15º lugar no ranking das seguradoras Não Vida. No ramo Automóvel a quota de mercado foi menor 0,1 p.p. do que a obtida em 2020, ficando nos 2,5%, mas ainda assim a Companhia manteve a 9ª posição no ranking deste ramo.

A evolução do ramo Incêndio e Outros Danos acima mencionada, através da comercialização e gestão da carteira do seguro de Multiriscos Habitação, possibilitou a manutenção da quota de mercado do ramo (0,2%) e a subida de uma posição no ranking, encontrando-se em 2021 na 19ª posição.

A evolução dos prémios do seguro direto encontra-se refletida no quadro seguinte:

Valores em milhares de euros

Prémios Seguro Direto	2021	2020
<b>Total</b>	<b>58.330</b>	<b>57.927</b>
Taxa Crescimento	0,7%	4,9%
Quota Mercado (Vida e Não Vida)	0,4%	0,6%
Quota de Mercado (Não Vida)	1,0%	1,1%
<b>Ramo Acidentes e Doença</b>	<b>521</b>	<b>584</b>
Taxa Crescimento	-10,8%	-5,0%
Quota Mercado (Ramo AD)	0,0%	0,0%
<b>Ramo Incêndio e Outros Danos</b>	<b>2.017</b>	<b>1.873</b>
Taxa Crescimento	7,7%	9,6%
Quota Mercado (Ramo IOD)	0,2%	0,2%
<b>Ramo Automóvel</b>	<b>48.323</b>	<b>48.094</b>
Taxa Crescimento	0,5%	5,0%
Quota Mercado (Ramo Automóvel)	2,5%	2,6%
<b>Ramo Diversos</b>	<b>7.469</b>	<b>7.375</b>
Taxa Crescimento	1,3%	3,7%
Quota Mercado (Ramo Diversos)	2,4%	2,3%

Fonte: ASF

Em 2021 o mercado segurador português registou um crescimento de 34,1% no total da sua produção, face a 2020. O segmento Não Vida registou um crescimento de 4,7% e o segmento Vida teve uma taxa de crescimento de 68,5%, tendo sido o segmento que alavancou o crescimento total do seguro direto em Portugal, conforme se pode ver no quadro abaixo:

A Via Directa e o Mercado (taxas de variações anuais)				
Ramos	Via Directa		Total Mercado	
	2021	2020	2021	2020
<b>Vida</b>	-	-	<b>68,5%</b>	<b>-34,4%</b>
<b>Não Vida</b>	<b>0,7%</b>	<b>4,9%</b>	<b>4,7%</b>	<b>3,0%</b>
Acidentes e Doença	-10,8%	-5,0%	7,6%	3,4%
Incêndio e Outros Danos	7,7%	9,6%	5,7%	4,4%
Automóvel	0,5%	5,0%	1,3%	1,9%
Diversos	1,3%	3,7%	0,8%	3,5%
<b>Total</b>	<b>0,7%</b>	<b>4,9%</b>	<b>34,1%</b>	<b>-18,5%</b>

O ano de 2021 caracterizou-se pela continuidade de algumas medidas que a Companhia tomou em 2020 para fazer face à pandemia e que se prologaram por 2021, mas simultaneamente na reversão de outras medidas. Falamos no primeiro caso, da devolução do prémio covid devido à baixa sinistralidade automóvel de 2020, que teve impacto na produção de 2021 em cerca de 650 mil euros e, no segundo caso, na diminuição do período de pagamento dos prémios, com impacto no crescimento da taxa de anulação que passou de 19,2% em 2020 para 21,9% em 2021.

Na Via Directa a implementação de modelos de risco, bem como a segmentação de negócio mais ajustada ao risco adquirido, tem sido uma preocupação nos últimos anos, principalmente no ramo Automóvel, tendo como objetivo uma gestão adequada do risco, mas também o aumento do prémio médio. Em 2021, a conjugação das medidas atrás mencionadas refletiu-se no ligeiro aumento do prémio médio do ramo Automóvel (+0,3% que compara com os +1,2% de 2020) e na manutenção da carteira segura, com 253.521 unidades seguras (253.528 em 2020), apesar do crescimento da taxa de anulação acima

mencionada. A inexistência de provisão para riscos em curso em 2021, é sinónimo do equilíbrio técnico do ramo, pese embora o aumento de sinistralidade do corrente ano.

Para reforçar a sua posição no mercado e ampliar a oferta de produtos do ramo Automóvel a Via Directa, lançou no segundo semestre de 2021 uma nova oferta destinada à sua parceria com a MDS – Corretores de Seguros, SA, sob a marca “Seguros Continente” e também um novo produto destinado a segurar danos próprios em viaturas com maior idade – o “OK! Auto Care - que contribuíram também para o crescimento do volume de prémios do ano.

O crescimento de 7,7% nos prémios do ramo Incêndio e Outros Danos teve em 2021 origem no crescimento da carteira segura e do prémio médio do ramo, ou seja, mais 5,2% e 2,6% respetivamente, face a 2020. A taxa de anulação do ramo também cresceu 1,9p.p. face a 2020 e atingiu os 11,8%.

No grupo de ramos Acidentes e Doença os prémios decresceram 10,8% em 2021, face a 2020. A fraca procura do produto OK! Saúde durante o ano de 2021 teve impacto nesta evolução de prémios (-12,2% face a 2020) e também na decisão da Via Directa de lançar um novo produto de saúde, mais customizado às necessidades dos clientes. Esta oferta mais flexível impulsionou as vendas nos últimos meses do ano, no entanto não foi suficiente para compensar a tendência de queda dos meses anteriores, e por isso registou-se um decréscimo de 3,4% na carteira segura e de 3,6% no número de pessoas seguras face a 2020. Em oposição o prémio médio registou um crescimento de 1,4% quando comparado com o período homólogo.

Ainda no grupo de ramos Acidentes e Doença, os prémios dos produtos de Acidentes Pessoais e Viagem cresceram 9,1% relativamente a 2020. O comportamento da produção destes produtos foi naturalmente influenciado pela evolução da pandemia em 2021, que permitiu, principalmente nos meses de verão, um alívio dos períodos de confinamento, favorável à procura de bens e serviços relacionados com o setor do turismo e das viagens, impulsionando desta forma a procura e a produção destes produtos. Aliado a estes fatores a Via Directa lançou, também no verão, um novo produto viagem, com uma lógica de maior flexibilização e adaptação aos requisitos do cliente, assim como uma nova versão do simulador para o produto OK! Bike que permitiram taxas de crescimento da carteira de 102,0% e 14,4% respetivamente, face a 2020.

## SINISTRALIDADE E RESSEGURO

A taxa de sinistralidade (seguro direto) foi em 2021 de 67,5%, ou seja, 4,3 p.p. abaixo da taxa de 2020, influenciada naturalmente pela diminuição da taxa de sinistralidade do ramo Automóvel, mas também com o contributo dos restantes ramos, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

Taxa de Sinistralidade				
Ramos	2021		2020	
	Valor	Var pp	Valor	Var pp
Acidentes Pessoais	8,5%	-23,6	32,1%	25,5
Automóvel	67,4%	-4,4	71,8%	-5,1
Incêndio e Outros Danos	73,8%	-1,3	75,1%	4,7
Doença Individual	47,6%	-9,4	57,0%	13,8
<b>Total</b>	<b>67,5%</b>	<b>-4,3</b>	<b>71,8%</b>	<b>-4,0</b>

À semelhança do que já tinha acontecido em 2020, também em 2021 os custos do ramo Automóvel registaram um decréscimo, neste caso de 4,5% (-1,8 milhões de euros). Apesar do decréscimo, os custos refletem uma gestão prudente não apenas no momento da constituição das provisões, mas também na gestão dos sinistros em curso, através da revisão contínua dos processos, com reajustamentos nos montantes das provisões, para assim fazer face à incerteza sobre a evolução dos pagamentos futuros, principalmente nos produtos com prazos de encerramento mais alargados.

Em 2021 a frequência de sinistralidade automóvel como um todo manteve-se praticamente inalterada relativamente a 2020 (8,32% versus 8,30%, respetivamente), assim como a observada nas principais coberturas do ramo, que cresceram 0,3p.p. em responsabilidade civil e 0,6p.p. em choque, colisão e capotamento. Os custos médios das referidas coberturas tiveram comportamentos diferentes, tendo os custos médios dos danos materiais caído 0,4% e o dos danos corporais crescido 29,7%. Este comportamento das coberturas de danos corporais teve também efeito nos ajustamentos que a companhia fez em termos de resseguro.

A gravidade da sinistralidade do ramo automóvel, acima referida, está patente nos dados publicados pela ANSR (Autoridade Nacional para a Segurança Rodoviária) que já a outubro de 2021 registava mais 7,4% de sinistros face a 2020, com crescimento de 8,2% em sinistros com feridos ligeiros e mais 11,4% em sinistros com feridos graves. Registava também, àquela data, uma redução do número de mortes (-5,7%) face a 2020.

Os custos com sinistros dos restantes grupos de ramos registaram um agravamento em 2021 face a 2020. Os custos com sinistros do ramo Multirriscos Habitação (inserido no grupo de ramos Incêndio e Outros Danos) registaram um aumento de 7,0 % face a 2020 devido sobretudo a fatores sociais e legais que estão estritamente relacionados com os períodos de confinamento e restrições sociais que vivemos desde março de 2020, com permanências em casa muito superiores às verificadas em períodos pré pandemia.

Na Via Directa, embora a frequência de sinistros do ramo Multirriscos Habitação se tenha mantido nos 6,9% face a 2020, o número de coberturas acionadas aumentou 11,4% face ao período homólogo, sobretudo nas coberturas de pesquisa de avarias, cujo crescimento foi de 20,2%, de responsabilidade civil extracontratual - danos causados pelos bens seguros que cresceu 19,9% e de quebra de vidros, espelhos, pedras decorativas e louças sanitárias que cresceu 10,5%. O custo médio de encerramento associado aos sinistros de Multirriscos habitação teve um crescimento de 25,3%, quando comparamos com o período homólogo, sendo em 2021 de 855€.

Por fim, o crescimento dos custos com sinistros dos ramos Acidentes e Doença foi de mais 4,9% do que em 2020, com comportamentos distintos nos produtos de Acidentes Pessoais e Doença. Nos Acidentes Pessoais a frequência de sinistralidade baixou consideravelmente e foi em 2021 de apenas 8,8% (30,4% em 2020). Os custos com os sinistros destes produtos decresceram 74,5% face a 2020. No ramo Doença os custos com sinistros aumentaram 9,0% face a 2020, sendo o produto Doença Grupo o responsável pela subida, dado que os seus custos cresceram 106,0% relativamente a 2020. De salientar que a Companhia gere o ramo Saúde, com um tratado de resseguro a 100%, com a passagem de prémios e sinistros naquela proporção, obtendo uma participação nos resultados, que este ano cresceu 7,6% face a 2020. A participação nos resultados da componente Doença Individual e Doença Grupo tiveram comportamentos opostos: +23,3% e -185,3% respetivamente.

O quadro abaixo é representativo dos custos com sinistros e sua evolução de 2020 para 2021:

Valores em milhares de euros

Custos com Sinistros de Seguro Direto				
Ramos	2021		2020	
	Valor	Var %	Valor	Var %
Acidentes e Doença	330	4,9%	315	0,1%
Automóvel	37.552	-4,5%	39.341	-1,6%
Incêndio e Outros Danos	1.441	7,0%	1.347	55,0%
Diversos	0	0,0%	0	0,0%
<b>Não Vida</b>	<b>39.324</b>	<b>-4,1%</b>	<b>41.002</b>	<b>-0,4%</b>
<b>Total</b>	<b>39.324</b>	<b>-4,1%</b>	<b>41.002</b>	<b>-0,4%</b>

O custo do resseguro cedido cresceu face ao ano anterior, passando a representar 9,2% dos prémios do seguro direto. Em 2021, registaram-se também ajustamentos nos custos com sinistros nos ramos Automóvel que ultrapassaram a retenção da Companhia e que deram origem à comparticipação por parte do ressegurador, mas foi o ramo Multirriscos que contribuiu mais para este crescimento, através do tratado de resseguro proporcional, que passa para os resseguradores prémios e sinistros proporcionalmente à evolução do seguro direto, quem em 2021 foi crescente.

Tal como já tinha acontecido em 2020, em 2021, foi registada também a comparticipação dos resseguradores na provisão de IBNR, conforme política seguida no Grupo Fidelidade.

Valores em milhares de euros

Resultado do Resseguro Cedido	2021	2020
Resultado RC	-5.345	-4.502
Resultado RC/Prémios SD	-9,2%	-7,8%

## COMISSÕES E DESPESAS DE AQUISIÇÃO DE SEGURO DIRETO

Em 2021 o rácio de comissões e custos de aquisição sobre prémios do seguro direto cresceu face ao período homólogo, sendo de 16,5% (15,9% em 2020). O crescimento desta rubrica está diretamente relacionado com o crescimento dos custos de exploração afetos à função aquisição, como foram por exemplo o custo de implementação de soluções mais ágeis ao serviço do cliente.

Em 2021, a distribuição por ramos manteve-se em patamares idênticos aos de 2020 e reflete o peso de cada ramo no total da carteira, conforme se pode verificar no seguinte quadro:

Valores em milhares de euros

Comissões e Despesas de Aquisição de Seguro Direto				
Ramos	2021		2020	
	Valor	% s/ PBE	Valor	% s/ PBE
Acidentes e Doença	77	14,7%	96	16,5%
Incêndio e Outros Danos	282	14,0%	243	13,0%
Automóvel	8.050	16,7%	7.780	16,2%
Diversos	1.196	16,0%	1.109	15,0%
<b>Não Vida</b>	<b>9.605</b>	<b>16,5%</b>	<b>9.227</b>	<b>15,9%</b>
<b>Total</b>	<b>9.605</b>	<b>16,5%</b>	<b>9.227</b>	<b>15,9%</b>

## CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

O total de custos por natureza imputados atingiu, em 2021, o montante de 9,8 milhões de euros, tendo registado um aumento de 5,9% quando comparado com o período homólogo.

Os custos com pessoal cresceram 7,0% face a 2020, apesar da Via Directa ter diminuído o seu quadro de pessoal em 2021, tendo a 31 de dezembro 70 colaboradores (74 em 2020). Esta redução líquida de 4 colaboradores deveu-se efetivamente à saída de colaboradores da empresa (em mobilidade no grupo Fidelidade e para o mercado) mas também à contratação de novos colaboradores, ao contrário do que aconteceu em anos anteriores, com o objetivo de dotar a empresa de talento, tornando-a também mais ágil e mais capaz de responder aos desafios do futuro. Em 2021 a Via Directa voltou a ter na sua estrutura de custos, os custos dos órgãos sociais, que em 2020, por definição societária, não teve, o que contribuiu também para o crescimento da rubrica.

Os custos com fornecimentos e serviços externos (FSE's) registaram um acréscimo de 7,8% em 2021, porque a Via Directa continuou a apostar na compra de bens, serviços e ferramentas que nos permitiram responder com qualidade, sustentabilidade e inovação ao nosso objetivo de acrescentar valor no mercado segurador e responder atempadamente às necessidades dos nossos clientes.

A rubrica de impostos e taxas cresceu 1,4% relativamente a 2021, acima do crescimento dos prémios brutos emitidos, mas justificado pelo crescimento dos custos com certificados de responsabilidade civil automóvel, que está relacionado não só com o crescimento da carteira do ramo Automóvel, mas também com o maior número de contratos de seguro automóvel com fracionamento de prémio, que justificam a emissão de mais "Cartas Verdes".

A redução verificada nas amortizações (+21,4% face a 2020) diz respeito ao fim da amortização de equipamentos em fim de vida.

O resumo dos valores acima referidos pode ver observado no quadro abaixo:

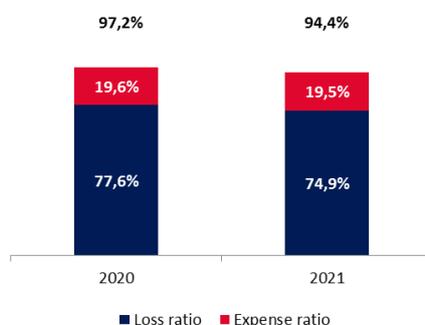
Valores em milhares de euros

Custos por natureza a imputar				
Ramos	2021		2020	
	Valor	Var %	Valor	Var %
Custos c/ Pessoal	2.733	7,0%	2.554	-15,8%
Forn. Serv. Externos	6.180	7,8%	5.731	10,1%
Impostos e Taxas	515	1,4%	508	3,4%
Amortizações	348	-21,4%	442	15,6%
Juros Suportados	2	-54,5%	5	-
Comissões Serv. Fin.	25	10,3%	22	-5,6%
<b>Total s/ Outras Provisões</b>	<b>9.803</b>	<b>5,8%</b>	<b>9.262</b>	<b>1,3%</b>
Outras Provisões	-3	-36,6%	-5	-664,8%
<b>Total</b>	<b>9.800</b>	<b>5,9%</b>	<b>9.258</b>	<b>1,3%</b>

## RÁCIO COMBINADO NÃO VIDA

O rácio combinado Não Vida registou em 2021 uma diminuição de 2,8p.p., tendo-se situado nos 94,4%.

A melhoria deste indicador deveu-se sobretudo ao comportamento do *loss ratio* que decresceu 2,7p.p. face a 2020, embora o *expense ratio* também tenha diminuído ligeiramente em 2021(-0,1p.p.).



A diminuição dos custos com sinistros em 2021, aliada a todas as medidas que a Via Directa tem implementado ao longo dos últimos anos com vista à adequação dos prémios aos riscos assumidos, tem como principal objetivo a evolução sustentada deste indicador.

O comportamento da provisão para riscos em curso é um exemplo da consequência de todas as medidas postas em prática pela Via Directa, principalmente no ramo Automóvel, que juntamente com as coberturas de Assistência em Viagem e Proteção Jurídica representa 95,6% da produção total da Companhia e que não regista provisão para riscos em curso desde janeiro de 2020. Em 2021 a Via Directa registou provisão para riscos em curso apenas no ramo Multiriscos Habitação, pelas razões já mencionadas.

No contexto atual de solvência II, o equilíbrio técnico é muito mais relevante para todos os *stakeholders*.

## COBRANÇAS

Em 2021, o rácio de prémios por cobrar sobre prémios brutos emitidos diminuiu 0,5p.p. face a 2020, passando de 1,2% para 0,7%.

Indicador de Cobranças (% sobre PBE)		
Rácio	2021	2020
Prémios por Cobrar Prémios de Seguro Direto	0,7%	1,2%

A redução do valor do indicador de cobranças encontra-se influenciado por uma das medidas que a Via Directa colocou em prática desde março de 2020 e que como já mencionámos foi progressivamente revertida. Trata-se da redução do *grace period* (período de graça para pagamento dos recibos) dos 60 dias que vigoravam em 2020, para os 25 que vigoravam no final de 2021 e doravante.

## RESULTADO LÍQUIDO E CAPITAL PRÓPRIO

O resultado líquido da Via Directa foi 3,7 milhões de euros, o que representa um aumento de 72,2% face a 2020.

O resultado de 2021 é mais uma vez fruto das medidas que a Via Directa tem posto em prática, com o objetivo de aumentar a sustentabilidade e reforçar os níveis de eficiência interna, alcançando assim o equilíbrio técnico de exploração dos ramos.

O capital próprio da Via Directa atingiu os 33 milhões de euros o que significou um crescimento de 11,2% relativamente ao ano anterior, impulsionado principalmente pela rúbrica do resultado líquido.

A.2.3. Prémios, sinistros e despesas por classe de negócio

Nos quadros seguintes decompõem-se os prémios, sinistros e despesas por classe de negócio.

Valores em milhares de euros

Classe de negócio Saúde – NSLT	Seguro despesas médicas	Seguro proteção de rendimentos	Seguro acidentes de trabalho	Total	Ano anterior
<b>Prémios emitidos</b>					
Valor bruto - Atividade direta	484	37	0	521	584
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	0	0	0	0	0
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	484	5	0	489	551
<b>Líquido</b>	<b>0</b>	<b>32</b>	<b>0</b>	<b>32</b>	<b>33</b>
<b>Prémios adquiridos</b>					
Valor bruto - Atividade direta	488	36	0	524	579
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	0	0	0	0	0
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	488	5	0	493	547
<b>Líquido</b>	<b>0</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>31</b>	<b>32</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>					
Valor bruto - Atividade direta	327	4	0	331	315
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	0	0	0	0	0
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	327	0	0	327	300
<b>Líquido</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>15</b>
<b>Alterações noutras provisões técnicas</b>					
Valor bruto - Atividade direta	0	0	0	0	0
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	0	0	0	0	0
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	0
<b>Líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Despesas efetuadas</b>					
<b>Líquido</b>	<b>-57</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>-50</b>	<b>-22</b>

Valores em milhares de euros

Classe de negócio Não Vida	Seguro RC automóvel	Outros seguros de veículos motorizados	Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	Seguro incêndio e outros danos	Seguro RC geral	Seguro crédito e caução	Seguro proteção jurídica	Assistência	Perdas pecuniárias diversas	Total	Ano anterior
<b>Prémios emitidos</b>											
Valor bruto - Atividade direta	31.601	16.722	0	2.017	0	0	663	6.806	0	57.809	57.343
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	651	349	0	923	0	0	429	5.013	0	7.365	7.122
<b>Líquido</b>	<b>30.950</b>	<b>16.373</b>	<b>0</b>	<b>1.094</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>234</b>	<b>1.793</b>	<b>0</b>	<b>50.444</b>	<b>50.221</b>
<b>Prémios adquiridos</b>											
Valor bruto - Atividade direta	31.590	16.651	0	1.953	0	0	661	6.787	0	57.642	56.584
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	651	349	0	923	0	0	429	5.013	0	7.365	7.122
<b>Líquido</b>	<b>30.939</b>	<b>16.302</b>	<b>0</b>	<b>1.030</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>232</b>	<b>1.774</b>	<b>0</b>	<b>50.277</b>	<b>49.462</b>
<b>Sinistros ocorridos</b>											
Valor bruto - Atividade direta	29.410	8.083	0	1.440	0	0	0	0	0	38.933	40.764
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	952	0	0	553	0	0	0	0	0	1.505	2.445
<b>Líquido</b>	<b>28.458</b>	<b>8.083</b>	<b>0</b>	<b>887</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>37.428</b>	<b>38.319</b>
<b>Alterações noutras provisões técnicas</b>											
Valor bruto - Atividade direta	0	0	0	93	0	0	0	0	0	93	-267
Valor bruto - Resseguro proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor bruto - Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parte dos resseguradores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Líquido</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>93</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>93</b>	<b>-267</b>
<b>Despesas efetuadas</b>											
<b>Líquido</b>	<b>6.140</b>	<b>2.990</b>	<b>0</b>	<b>321</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-71</b>	<b>816</b>	<b>0</b>	<b>10.196</b>	<b>9.845</b>

### A.3. Desempenho dos investimentos

A gestão das carteiras de investimento e o desempenho financeiro, assim como a manutenção das condições de rentabilidade e a solvência das empresas de seguros, são componentes essenciais na exploração técnica e económica das seguradoras, estando sujeita a enquadramento legal e supervisão do regulador (ASF).

A estratégia da política de investimentos da Via Directa é, para além da otimização do retorno e do risco, a de garantir investimentos prudentes, de segurança e com liquidez, ainda que com menor rentabilidade.

A Companhia, em 2021, privilegiou a prudência e tomou medidas no sentido de aumentar a segurança dos seus ativos.

De acordo com o atrás mencionado, a carteira média de investimentos da Via Directa cresceu 11,4% em 2021 face a 2020, com um contributo para o resultado de 1,118 milhões de euros, que representou um crescimento de 366,9% face ao período homólogo.

Pelas razões apontadas, a rentabilidade média da carteira cresceu de 0,3% para 1,4%.

Valores em milhares de euros

Resultado Atividade Financeira	2021	2020
<b>Carteira Média de Investimentos</b>	<b>81.484</b>	<b>73.130</b>
Var. %	11,4%	7,8%
<b>Resultado dos Investimentos</b>	<b>1.118</b>	<b>240</b>
Var. %	366,9%	-83,5%
<b>Rentabilidade da Carteira</b>	<b>1,4%</b>	<b>0,3%</b>

#### A.3.1. Rendimentos e despesas decorrentes de investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, a afetação dos investimentos e outros ativos, a contratos de seguro, é a seguinte (valores para efeitos de solvência):

Valores em milhares de euros

Investimentos e outros ativos	Não Vida	Não afetos	Total	Ano anterior
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	0	148	148	440
Imóveis (que não para uso próprio)	0	0	0	0
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	0	4	4	3
Ações - cotadas em bolsa	1.595	301	1.896	1.035
Ações - não cotadas em bolsa	0	0	0	0
Obrigações de dívida pública	46.795	0	46.795	48.889
Obrigações de empresas	28.900	0	28.900	20.873
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0
Organismos de investimento coletivo	3.044	7	3.051	3.049
Derivados	0	0	0	0
Depósitos que não equivalentes a numerário	0	0	0	0

Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	0	0	0	0
Empréstimos e hipotecas	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	0	8.679	8.679	5.886
<b>Total</b>	<b>80.334</b>	<b>9.139</b>	<b>89.473</b>	<b>80.175</b>

No exercício de 2021, os rendimentos decorrentes de investimentos foram os seguintes:

Valores em milhares de euros

Investimentos	Dividendos	Juros	Rendas	Total	Ano anterior
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo não vida</b>					
Obrigações de dívida pública	0	1.047	0	1.047	1.075
Obrigações de empresas	0	507	0	507	406
Títulos de fundos próprios	53	0	0	53	52
Organismos de investimento coletivo	5	0	0	5	4
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	0	0	0
Empréstimos e hipotecas	0	0	0	0	0
Imóveis	0	0	0	0	0
Derivados	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>58</b>	<b>1.554</b>	<b>0</b>	<b>1.612</b>	<b>1.537</b>
<b>Investimentos não afetos</b>					
Obrigações de dívida pública	0	0	0	0	0
Obrigações de empresas	0	0	0	0	0
Títulos de fundos próprios	6	0	0	6	0
Organismos de investimento coletivo	0	0	0	0	0
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	0	0	0
Empréstimos e hipotecas	0	0	0	0	0
Imóveis	0	0	0	0	0
Derivados	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>64</b>	<b>1.554</b>	<b>0</b>	<b>1.618</b>	<b>1.537</b>

No exercício de 2021, os gastos financeiros decorrentes de investimentos foram os seguintes:

Valores em milhares de euros

Gastos de investimentos	Não vida	Não afetos	Total	Ano anterior
Custos imputados	52	0	52	41
Outros gastos de investimentos	13	0	13	7
<b>Total</b>	<b>65</b>	<b>0</b>	<b>65</b>	<b>48</b>

A.3.2. Informações sobre ganhos e perdas reconhecidos diretamente em capitais próprios

No exercício de 2021, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros, apresentam o seguinte detalhe:

Valores em milhares de euros

Investimentos	Por contrapartida de		Total	Ano anterior
	Resultados	Capitais próprios		
<b>Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo não vida</b>				
Obrigações de dívida pública	1.110	0	1.110	1.210
Obrigações de empresas	469	56	525	173
Títulos de fundos próprios	53	-21	32	-731
Organismos de investimento coletivo	5	2	7	-28
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	0	0
Empréstimos e hipotecas	0	0	0	0
Imóveis	0	0	0	0
Derivados	0	-11	-11	0
Outros	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>1.637</b>	<b>26</b>	<b>1.663</b>	<b>624</b>
<b>Investimentos não afetos</b>				
Obrigações de dívida pública	0	0	0	0
Obrigações de empresas	0	0	0	0
Títulos de fundos próprios	6	1	7	0
Organismos de investimento coletivo	-1	-1	-2	0
Títulos de dívida estruturados	0	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	0	0	0	0
Empréstimos e hipotecas	0	0	0	0
Imóveis	0	0	0	0
Derivados	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>1.642</b>	<b>26</b>	<b>1.668</b>	<b>624</b>

A.3.3. Informações sobre investimentos em titularizações

A Via Directa não possui investimentos em titularizações.

#### A.4. Desempenho de outras atividades

Não existem outras atividades desempenhadas pela Companhia com relevância material para efeitos de divulgação no presente relatório.

---

#### A.5. Eventuais informações adicionais

Não existem outras informações materiais relativas à atividade e ao desempenho da Companhia.

# B. Sistema de Governação

**via directa**

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram alterações materiais no sistema de governação da Companhia.

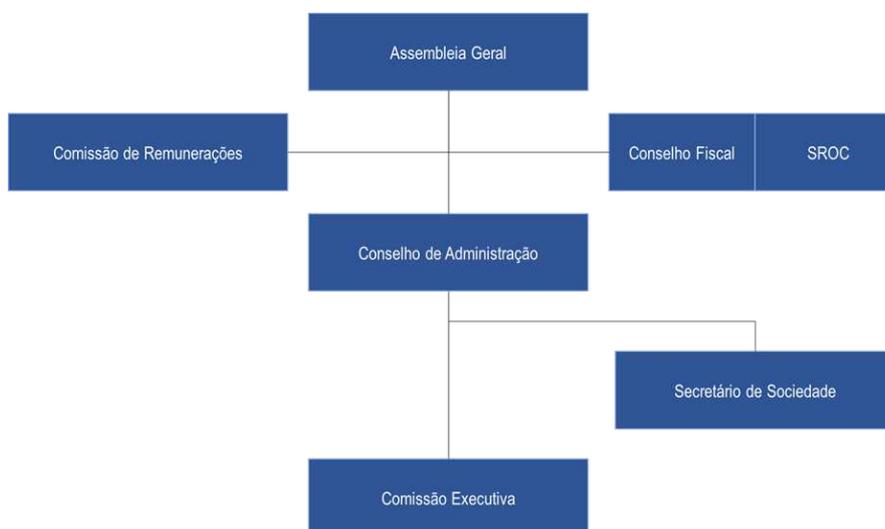
## B.1. Informações gerais sobre o sistema de governação

### B.1.1. Estrutura de governo societário

O governo das sociedades envolve um conjunto de relações entre a gestão da empresa, os seus acionistas e outras partes interessadas, através do qual são definidos os objetivos da empresa, bem como a forma de os alcançar e de os monitorizar.

A Companhia adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração que inclui uma Comissão Executiva e um órgão de fiscalização composto por um Conselho Fiscal e uma SROC.

O quadro seguinte representa a estrutura de governo societário da Companhia durante o exercício de 2021:



As principais competências dos órgãos que compõem a estrutura de governo societário são as seguintes:

#### ASSEMBLEIA GERAL

Nos termos do n.º 2 e 3 do artigo 7º dos Estatutos da Sociedade, a cada 100 (cem) ações corresponde um voto, não sendo consideradas, para efeitos de participação em Assembleia Geral, as transmissões de ações efetuadas durante os 15 dias que precedam a reunião de cada assembleia.

Os acionistas sem direito de voto que exerçam cargos na Assembleia Geral ou no órgão de administração podem, porém, discutir, fazer propostas e intervir nos trabalhos da assembleia. Os acionistas sem direito de voto e que não exerçam cargos na Assembleia Geral ou no órgão de administração, não podem assistir às Assembleias Gerais, mas podem nelas fazer-se representar, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Não é permitido o voto por correspondência.

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

Os Estatutos não contemplam quaisquer deliberações acionistas que só possam ser tomadas com maiorias qualificadas.

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de nove membros, eleitos para mandatos de três anos, renováveis.

O Conselho de Administração, enquanto órgão de governo da Companhia, tem, nos termos do artigo 17.º dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de gestão, de representação da Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, praticando todos os atos tendentes à realização do objeto social, competindo-lhe, em especial:

- Estabelecer, manter, transferir ou encerrar escritórios, sucursais ou quaisquer outras formas de representação social;
- Adquirir, alienar e obrigar por qualquer forma ações, partes sociais, obrigações ou outros títulos de natureza igual ou semelhante, bem como títulos da dívida pública;
- Adquirir e alienar quaisquer outros bens móveis, assim como obrigá-los por qualquer forma;
- Adquirir bens imóveis, bem como aliená-los e obrigá-los por quaisquer atos ou contratos, ainda que de constituição de garantias reais;
- Confessar, desistir ou transigir em quaisquer ações e pleitos jurisdicionais, bem como estabelecer convenções de arbitragem;
- Constituir mandatários nos termos da lei;
- Desempenhar as demais funções previstas nos Estatutos ou na lei.

O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

#### COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva desempenha as funções de gestão corrente da Companhia que o Conselho de Administração não tenha reservado para si.

Sem prejuízo da possibilidade de avocação de poderes sobre qualquer matéria delegada na Comissão Executiva, o Conselho de Administração, delegou nesta, a gestão corrente da Sociedade, com os limites definidos no n.º 4 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais.

#### COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Cabe à Comissão de Remunerações a fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais da Companhia.

A Comissão de Remunerações possui as competências definidas nas normas legais e regulamentares, e bem assim nos Estatutos da Sociedade.

Os membros da Comissão de Remunerações são pessoas que, pela experiência profissional e currículo, asseguram conhecimentos e perfil adequado no que concerne à matéria de política de remunerações.

#### CONSELHO FISCAL E REVISOR OFICIAL DE CONTAS

A fiscalização da Sociedade compete, nos termos do artigo 413.º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2021/2023.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

#### SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

O Secretário da Sociedade é um Órgão Social, nomeado pelo Conselho de Administração, que, para além de assegurar as funções legais de Secretário da Sociedade nas empresas do grupo Fidelidade em que existe tal nomeação, coordena o Secretariado da Sociedade, Órgão de Estrutura que, reportando diretamente à Comissão Executiva, assegura a função corporativa societária em todas as empresas do grupo Fidelidade, em Portugal e no estrangeiro.

#### B.1.2. Governação interna

A governação interna é da responsabilidade do órgão de administração e tem como principais preocupações definir os objetivos de negócio da empresa e o seu apetite ao risco, a organização do negócio da empresa, a atribuição das responsabilidades e autoridade, as linhas de reporte e a informação que devem disponibilizar, bem como a organização do sistema de controlo interno.

A Companhia assegura uma adequada segregação de funções e delegação de responsabilidades, através da aprovação, para cada órgão de estrutura, da sua estrutura orgânica e funcional, definindo o seu âmbito e finalidades gerais, o respetivo organograma, principais funções e nomeando seus os responsáveis.

Encontram-se definidos os meios de comunicação interna, destinadas, quer à transmissão de decisões e deliberações do Conselho de Administração, quer à apresentação de propostas para tomada de decisão, quer ainda à comunicação entre órgãos de estrutura.

Para garantir uma adequada ligação entre o governo societário, personificado na Comissão Executiva, e a estrutura organizativa, que permita assegurar uma maior consistência e operacionalização da gestão executiva da Companhia, são atribuídos pelouros aos membros da Comissão Executiva, ficando assim, cada um deles, responsável pelo acompanhamento de um conjunto de órgãos de estrutura.

#### B.1.3. Funções-chave

As funções-chave estabelecidas no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno são desempenhadas pelos seguintes Órgãos da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. que exercem funções transversais ao Grupo:

<b>Direções</b>	Direção de Gestão de riscos	Direção de Auditoria	Direção de <i>Compliance</i>
<b>Funções-chave</b>	Função de Gestão de Riscos	Função de Auditoria	Função de <i>Compliance</i>
	Função Atuarial		

Relativamente a estes órgãos, encontram-se definidas as seguintes funções:

##### B.1.3.1. Função de Gestão de Riscos

- Assegurar o desenvolvimento e disponibilização de informação que suporte a tomada de decisões, quer ao nível da Comissão Executiva, quer ao nível das várias Direções;
- Assegurar o desenvolvimento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de risco que permita a identificação, avaliação e monitorização de todos os riscos materiais a que as Seguradoras e o grupo estão expostos;

- Elaborar, propor e rever a Política de Gestão de Riscos;
- Elaborar, propor e rever a Política de Gestão de Capital, o Plano de Gestão de Capital de médio prazo e respetivos Planos de Contingência;
- Elaborar, propor e rever a Política ORSA e coordenar a realização do exercício anual;
- Avaliar e monitorizar a situação de solvência, corrente e prospetiva;
- Elaborar, propor e rever a Política de Gestão de Risco de Ativo-Passivo e de Liquidez;
- Colaborar na elaboração e revisão da Política de Investimentos;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de mercado e de crédito de contraparte;
- Monitorizar o cumprimento do grau de liquidez e de cobertura dos pagamentos estimados pelos recebimentos estimados, face ao definido;
- Elaborar, propor e rever a Política de Gestão do Risco Operacional;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de natureza operacional incorridos no grupo segurador, identificando e caracterizando adicionalmente os dispositivos de controlo existentes;
- Diagnosticar e identificar melhorias nos sistemas operacional e de controlo;
- Avaliar e monitorizar os instrumentos de mitigação de risco, nomeadamente o Resseguro;
- Colaborar na revisão das Políticas de Subscrição e de Resseguro;
- Identificar, avaliar e monitorizar os riscos de subscrição, bem como o risco de crédito dos instrumentos de mitigação desses riscos e preparar informação que suporte a tomada de decisões.

#### B.1.3.2. Função Atuarial

- Monitorizar as Provisões Técnicas registadas contabilisticamente, avaliando o seu grau de prudência;
- Efetuar a avaliação atuarial das carteiras, incluindo o cálculo do justo valor das responsabilidades de natureza técnica;
- Elaborar, propor e rever as Políticas de Provisionamento;
- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Avaliar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Informar o órgão de administração sobre o grau de fiabilidade e adequação do cálculo das provisões técnicas;
- Supervisionar o cálculo das provisões técnicas sempre que a seguradora não disponha de dados suficientes e com a qualidade necessária à aplicação de um método atuarial fiável e, por esse motivo, se utilizem aproximações;
- Emitir parecer sobre a política global de subscrição;
- Emitir parecer sobre a adequação dos acordos de resseguro;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

#### B.1.3.3. Função de Auditoria Interna

- Elaborar, implementar e manter um Plano Anual de Auditoria baseado numa análise metódica do risco, abrangendo todas as atividades significativas e o sistema de governação das Seguradoras do Grupo Fidelidade Portugal, incluindo desenvolvimentos previstos em matéria de atividades e inovações;
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- Desenvolver ações de auditoria fundamentadas numa metodologia própria que, tendo sempre presente a avaliação dos riscos, possa contribuir para determinar a probabilidade da sua ocorrência e o impacto que os mesmos podem acarretar para o Grupo Fidelidade;
- Apresentar ao Conselho de Administração e à Comissão Executiva, através de aplicação informática, os relatórios de auditoria efetuados, evidenciando as conclusões obtidas e as recomendações emitidas;
- Elaborar o Relatório Anual de Auditoria, com uma síntese dos principais problemas detetados e das recomendações emitidas nos trabalhos de auditoria, e proceder à sua apresentação ao Conselho de Administração, à Comissão Executiva e aos Órgãos de Fiscalização;
- Proceder à análise do grau de implementação das recomendações emitidas;
- Apoiar, quando solicitado pela Comissão Executiva, no apuramento de factos relativos a eventuais infrações disciplinares praticadas por colaboradores e irregularidades praticadas por mediadores ou prestadores de serviços;
- Realizar auditorias *ad hoc* solicitadas pelo Conselho de Administração, pela Comissão Executiva ou por outro Órgão de Estrutura;
- Colaborar com a Auditoria Externa e com o Revisor Oficial de Contas.

#### B.1.3.4. Função de *Compliance*

- Assegurar a coordenação e ou o acompanhamento de assuntos de *Compliance*;
- Assegurar a coordenação da função de *Compliance*, com vista ao cumprimento da legislação e demais regulamentação, assim como de políticas e de procedimentos internos, visando prevenir sanções de carácter legal ou regulamentar e prejuízos financeiros ou de ordem reputacional;
- Garantir a elaboração e propor o Manual de *Compliance* das Companhias e assegurar a sua manutenção e divulgação;
- Assegurar as ações necessárias para a promoção de uma cultura de *Compliance* nas Companhias.

#### B.1.4. Comitês

A gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes Comitês que exercem funções transversais ao Grupo:

##### COMITÉ DE RISCO

Este Comité, reformulado em 2021, tem como objetivo fazer recomendações em todos os assuntos relacionados com a Gestão de Risco e com o Controlo Interno, incluindo a revisão de políticas de risco, o enquadramento do apetite ao risco e a monitorização de processos, em apoio à Comissão Executiva.

## COMITÉ DE ACEITAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA DE SUBSCRIÇÃO

Este Comité, abrangendo todos os canais e produtos, tem como principal função deliberar sobre a aceitação de riscos que ultrapassem as competências das Direções de Negócio, ou bem que, pela sua especificidade, estas considerem oportuno pedir a sua intervenção.

## COMITÉ DE PRODUTOS

O Comité de Produtos tem como principal missão a aprovação e coordenação do lançamento de novos produtos de todas as empresas do Grupo, bem como a atualização e monitorização dos produtos existentes, durante o seu ciclo de vida, garantindo que a oferta seja coerente com a estratégia omnicanal e de criação de valor. Cabe ao Comité assegurar o alinhamento da nova oferta e a oferta existente com o planeamento estratégico e o apetite ao risco da Companhia definido pela Comissão Executiva e que as várias orientações ao nível de Políticas de Conceção e Aprovação de Produtos, Gestão de Risco, Investimento, Subscrição e Resseguro são respeitadas.

## COMITÉ DE GESTÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO) tem como principais objetivos supervisionar a situação ativo/ passivo, a carteira de investimentos e os riscos de mercado (nomeadamente o risco de taxa de juro, o risco cambial e o risco de liquidez). Tem ainda por objetivo estabelecer a estrutura ótima do balanço patrimonial da Companhia para proporcionar a máxima rentabilidade, limitando o nível de risco possível, assim como monitorizar o desempenho dos investimentos da Companhia em termos de risco e retorno e a implementação da estratégia ALM, bem como os riscos de mercado e liquidez.

### B.1.5. Política de remuneração

Os membros executivos do órgão de administração auferem, para além de uma remuneração fixa, uma remuneração variável, determinada em função do desempenho aferido com base num conjunto de objetivos definidos, nomeadamente, financeiros, operacionais, de risco e estratégicos, sendo atribuída, individualizada e anualmente, em relação ao exercício findo, não devendo representar mais do que uma percentagem da remuneração fixa bruta em vigor no termo desse exercício, de forma a estarem adequadamente equilibradas.

Estão previstos, relativamente aos membros executivos do órgão de administração, um conjunto de benefícios de natureza não remuneratória com as mesmas condições que as aplicáveis aos colaboradores.

Os membros do Conselho de Administração sem funções executivas não auferem qualquer remuneração, fixa ou variável. Os membros do Conselho Fiscal auferem, apenas, uma remuneração fixa.

Para além do descrito, não existem outros mecanismos de remuneração, nem estão previstos outros pagamentos em caso de destituição de administradores. Em caso de cessão de funções por acordo, os montantes envolvidos carecem de aprovação pela Comissão de Remunerações.

Não existem planos de atribuições de ações, nem opções de aquisição de ações, por parte dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

Em relação aos colaboradores da Via Directa, a Política de remuneração, definida pelo Conselho de Administração, assenta nos seguintes princípios:

- É estruturada no que respeita à sua definição, implementação e monitorização;
- Assegura uma remuneração total, alinhada com as tendências verificadas a nível nacional e europeu, em particular com os peers do Grupo Fidelidade;
- Incorpora uma componente fixa, ajustada às funções e responsabilidade de cada colaborador, adequadamente equilibrada com uma componente variável de curto prazo condicionada pelo desempenho individual e organizacional, de acordo com a realização de objetivos alinhados com os objetivos estratégicos da Via Directa.

Nestes termos, a remuneração dos colaboradores comporta uma componente fixa e uma componente variável, assente num modelo de *Job Families*.

No que se refere à componente variável, esta componente, de curto prazo, visa remunerar o desempenho individual, ocorrendo a sua atribuição posteriormente à aprovação de contas de cada exercício e uma vez verificado o cumprimento de objetivos predefinidos.

Em 2019 a Companhia iniciou um processo de revisão dos modelos de remuneração dos colaboradores, tanto na componente fixa como na componente variável. Este processo culminará com o desenvolvimento de uma nova política retributiva ajustada às necessidades atuais da Companhia.

Estão previstos, relativamente aos colaboradores, um conjunto de benefícios gerais de natureza não remuneratória, como mecanismos de apoio à família, cartão refeição, condições especiais em seguros próprios e protocolos para acesso a condições especiais em diversos prestadores de serviços.

Os regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, em vigor na Companhia, são aplicáveis de forma genérica a todos os colaboradores.

Para além do descrito, não existem outros mecanismos de remuneração, nem estão previstos outros pagamentos.

As desvinculações por iniciativa do colaborador ou por iniciativa do empregador seguem os mecanismos regulatórios aplicáveis em cada momento.

A componente variável da remuneração dos colaboradores envolvidos na realização das tarefas associadas às funções-chave é determinada em função dos objetivos associados às respetivas funções e não em relação ao desempenho financeiro da Companhia.

#### B.1.6. Transações com partes relacionadas

A Via Directa adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação e de deliberação do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Companhia, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas encontra-se na Nota 37 às demonstrações financeiras.

#### B.1.7. Avaliação da adequação do sistema de governação

A Companhia considera que o seu sistema de governação é adequado face à natureza, dimensão e complexidade dos riscos a que está exposta, cumprindo com os requisitos previstos no Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora.

## B.2. Requisitos de qualificação e de idoneidade

A Política de *Fit & Proper*, atualmente em vigor, enquadrada no Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), tem como objetivo estabelecer os princípios gerais da avaliação da adequação das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam, são responsáveis ou exercem funções-chave.

Os requisitos de adequação avaliados nos termos e para os efeitos desta Política são:

- Idoneidade;
- Qualificação profissional;
- Independência, Disponibilidade e Capacidade.

A qualificação profissional é avaliada através da habilitação académica, da formação especializada e da experiência profissional.

Na avaliação de habilitação académica e da formação especializada é especialmente valorizada a obtenção de conhecimentos no domínio segurador e financeiro em geral ou em qualquer outro domínio relevante para a atividade a desempenhar.

Na avaliação de experiência profissional é confrontada a natureza, dimensão e complexidade das atividades previamente exercidas com as que vão ser exercidas.

No caso concreto dos Diretores de Topo, implicando cargos de gestão com reporte direto ao órgão de Administração executivo, destaca-se, como experiência profissional requerida, um período de experiência prévio de 5 anos.

Já no caso de funções-chave são requeridas as seguintes qualificações profissionais:

	Habilitação Académica	Formação Especializada	Experiência Profissional
<b>Auditoria Interna</b> (Responsável)	Licenciatura em Gestão de Empresas, Economia, Auditoria ou área similar	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função.	15 Anos de experiência na área
<b>Compliance</b> (Responsável)	Licenciatura em Direito	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função.	15 Anos de experiência na área ou similar
<b>Gestão de Riscos</b> (Responsável)	Formação superior em Organização e Gestão de Empresas, Matemática, Atuariado, Economia, Estatística ou similar	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função.	15 Anos de experiência na área ou similar
<b>Função Atuarial</b> (Responsável)	Formação superior em Matemática, Atuariado, Economia ou Estatística	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função. É ainda valorizada formação superior (pós-graduação) em Ciências Atuariais.	10 Anos de experiência em atuariado
<b>Responsável interno pela Função Atuarial</b>	Formação superior em Matemática, Atuariado, Economia, Estatística, Engenharia ou similar	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função.	5 Anos de experiência na área ou similar
<b>Responsável interno pela Gestão de Riscos; Compliance</b>	Formação superior em Gestão de Empresas, Auditoria, Direito, Matemática, Atuariado,	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função.	5 Anos de experiência na área

	Economia, Estatística ou similar		
<b>Responsável interno pela Auditoria Interna</b>	Licenciatura em Gestão de Empresas, Economia, Auditoria, Marketing ou área similar	Formação contínua, promovida pelo Grupo Fidelidade, com o objetivo de desenvolver competências técnicas e comportamentais para a execução da função.	5 Anos de experiência na área ou similar

De acordo com a Política *Fit & Proper*, que tem um âmbito de aplicação único, englobando as várias empresas de seguros do universo Longrun Portugal, SGPS, S.A., e a própria Longrun, as pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam, são responsáveis ou exercem funções-chave devem possuir e demonstrar a capacidade de assegurarem, em permanência, a gestão sã e prudente da empresa de seguros, tendo em vista, de modo particular, a salvaguarda dos interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

Para isso, devem cumprir os requisitos de qualificação, idoneidade, independência e disponibilidade. No caso de órgãos colegiais estão previstos requisitos adicionais.

Estão sujeitos a avaliação, os membros do órgão de administração, os membros do órgão de fiscalização, o revisor oficial de contas a quem compete emitir a certificação legal das contas e o atuário responsável.

Estão também sujeitos a avaliação, as pessoas que exercem outras funções que confirmam influência significativa na gestão das Companhias, os Diretores de Topo, as pessoas que são responsáveis ou exercem funções de gestão de risco, *compliance*, auditoria interna e atuarial, os mandatários das sucursais das Companhias e, no caso de funções-chave subcontratadas, o interlocutor interno pelas mesmas.

Cabe às Companhias verificar que as pessoas sujeitas a avaliação, reúnem os requisitos de adequação necessários para o exercício das respetivas funções, pelo que se encontra estabelecido o processo de avaliação daqueles requisitos, dividido em três grandes atividades: (1) Avaliação; (2) Registo; (3) Nomeação.

O Comité de Avaliação é responsável pela avaliação da adequação dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável. O Comité de Avaliação é também responsável pela avaliação dos responsáveis pelas funções de gestão de risco, *compliance* e auditoria interna, bem como do responsável da Direção de Pessoas e Organização.

A responsabilidade pela avaliação das restantes pessoas – diretores de topo, responsável pela função atuarial, mandatários das sucursais, colaboradores que exercem funções-chave e responsáveis por funções ou atividades importantes ou fundamentais subcontratadas – é da Direção de Pessoas e Organização da Fidelidade.

A avaliação é feita antes do início de funções (avaliação inicial) sendo a manutenção das condições de adequação confirmada com uma periodicidade trienal (avaliação sucessiva), mediante declaração a apresentar, para o efeito, pelo interessado, sempre que tais condições se mantenham.

Uma vez que as pessoas designadas devem comunicar à empresa de seguros quaisquer factos supervenientes à designação ou ao registo que alterem o conteúdo da declaração apresentada inicialmente, sempre que, no exercício das funções, se tome conhecimento de quaisquer circunstâncias supervenientes que possam determinar o não preenchimento dos requisitos, será efetuada uma avaliação extraordinária.

---

### B.3. Sistema de gestão de riscos com inclusão da autoavaliação do risco e da solvência

A gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é assegurada pelos seguintes órgãos da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. que exercem funções transversais ao Grupo: Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria, Direção de *Compliance*, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos Vida e Não Vida, e Comité de Gestão de Ativos e Passivos.

### B.3.1. Função de Gestão de Riscos

A função de gestão de risco está integrada no sistema de gestão de riscos, sendo exercida pela Direção de Gestão de Risco, um órgão de estrutura de primeira linha de reporte direto à Comissão Executiva, sendo esta função desenvolvida no âmbito das empresas de seguros do Grupo Fidelidade.

A missão da função de gestão de risco assenta na definição, implementação e manutenção de um sistema de gestão de risco que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos, de forma individual e agregada, incluindo os riscos não considerados no requisito de capital de solvência, permitindo à Comissão Executiva e às várias Direções envolvidas incorporar este conhecimento na sua tomada de decisão.

As atividades desenvolvidas pela Direção de Gestão de Risco, no ano de 2021, enquadraram-se, fundamentalmente, no aprofundamento e consolidação de diversas matérias relacionadas com os três pilares do regime Solvência II, bem como de aspetos tecnológicos e de certificação da informação produzida neste âmbito.

Destaca-se, dessas atividades:

- a realização do exercício anual de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) e o reporte à ASF dos seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão;
- a preparação e envio, quer da informação anual, com data de referência a 31 de dezembro de 2020, incorporada nos mapas de reporte quantitativo (Quantitative Report Templates – QRT), a qual foi sujeita a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável nos termos da regulamentação emitida pela ASF, quer do Relatório Periódico de Supervisão;
- o reporte à ASF e a divulgação pública do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira, referente a 31 de dezembro de 2020, acompanhado da certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável;
- a preparação e envio do reporte trimestral quantitativo em regime Solvência II.

Importa também referir as atividades relacionadas com a revisão do sistema de governação, designadamente, a revisão e manutenção de políticas, a revisão de processos e de qualidade de dados, com a revisão do Framework de Apetite ao Risco, com a implementação de medidas de otimização de capital, nomeadamente melhorias no processo de ALM e a realização do Ciclo ROCI – 2021.

### B.3.2. Processos de gestão de riscos

Nos subcapítulos seguintes são descritos os processos e procedimentos da Companhia por categoria de risco, incluindo a sua identificação, monitorização e gestão.

#### B.3.2.1. Risco Estratégico

A concretização da estratégia da Companhia é efetuada através de uma cadeia de responsabilidades com início na Comissão Executiva, que define os objetivos estratégicos de alto nível, passando pelos responsáveis de primeira linha de cada Departamento, que têm a responsabilidade de delinear planos para atingir esses objetivos, e termina nos colaboradores da Companhia que, diariamente, no âmbito das suas funções, procuram atingir os objetivos propostos.

As decisões estratégicas tomadas pela Companhia assentam em processos, quer de aprovação, quer da sua concretização e acompanhamento, bem definidos, que se têm demonstrado, por um lado, eficazes na materialização da estratégia e, por outro, adequados na reação a fatores externos que possam afetar a atividade da Companhia.

#### B.3.2.2. Risco Específico de Seguros – Desenho de Produtos e Tarifação

No que se refere à gestão e desenvolvimento de produtos da Companhia, é elaborado anualmente, com base no Orçamento Anual aprovado pelo Conselho de Administração, o Plano de Marketing em articulação com outros instrumentos de análise.

O processo de desenho ou de reposicionamento de um produto envolve a definição do público-alvo, objetivos e estratégias que a Companhia pretende alcançar com o seu lançamento, rentabilidade que se pretende obter e canais de distribuição a utilizar.

A monitorização deste risco é efetuada pelos departamentos técnico (produtos, tarifas e subscrição) e atuarial e *analytics*, com o apoio dos restantes departamentos da Companhia.

Adicionalmente, o desenho de produtos está ligado ao processo de tarificação, que compreende a análise da viabilidade económica dos produtos, que é feita periodicamente.

### B.3.2.3. Risco Específico de Seguros – Subscrição

As políticas de aceitação de riscos têm-se mantido estáveis ao longo dos últimos anos. Contudo, a par de algumas alterações tarifárias, a Companhia, de acordo com o posicionamento pretendido no mercado, revê periodicamente as medidas de restrição à aceitação de riscos que reúnam determinadas características.

No sentido de minimizar o risco subjacente ao processo de subscrição, em cada interação (contacto telefónico, presencial ou internet) valida as características do risco. Para além disso, procede à confirmação aleatória de uma amostra, com particular destaque para a verificação das características do risco do canal internet.

No caso dos produtos do Ramo Doença, a política de aceitação de riscos segue de perto as normas de subscrição definidas pela Multicare – Seguros de Saúde, S.A..

### B.3.2.4. Risco Específico de Seguros – Provisionamento das Responsabilidades

No momento de abertura do sinistro é constituída uma provisão no sistema informático com base num valor médio, o qual resulta de análises estatísticas. Sempre que considerado necessário, este valor é revisto. Ao longo da tramitação do sinistro, esta provisão inicial pode, se necessário, ser ajustada, consoante o conhecimento que a gestão vai adquirindo relativamente ao sinistro, tendo em vista a correta valoração do seu custo.

Paralelamente a este processo, são efetuadas análises às provisões constituídas, considerando as metodologias usadas para o cálculo das provisões e a experiência histórica da seguradora associada a cada uma das responsabilidades. Importa referir que, no âmbito destas análises, é validado o cumprimento dos normativos em vigor relativos ao cálculo de provisões.

### B.3.2.5. Risco Específico de Seguros – Gestão de Processos de Sinistros

A gestão dos processos de regularização de sinistros automóvel da Companhia é efetuada pela Direção Negócio Automóvel da Fidelidade, em consonância com as regras, circuitos e procedimentos da gestão de sinistro automóvel da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A..

No âmbito da monitorização do risco inerente a este processo produzem vários mapas e informação estatística, com periodicidade variada e pré-definida, contribuindo nomeadamente para a sua monitorização, controlo de risco e cumprimento de objetivos.

A gestão de sinistros dos outros ramos é reduzida face ao automóvel e está distribuída da seguinte forma:

- No ramo multiriscos habitação a gestão é efetuada pela Direção Negócio Particulares da Fidelidade, em consonância com as regras, circuitos e procedimentos da gestão de sinistros multiriscos habitação da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.;
- No ramo acidentes pessoais a gestão é efetuada pela Direção Negócio Acidentes Pessoais e Trabalho da Fidelidade, em consonância com as regras, circuitos e procedimentos da gestão de sinistros acidentes pessoais da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.;

- No ramo doença a gestão é efetuada pela Multicare, em consonância com as regras, circuitos e procedimentos da gestão de sinistros doença da Multicare – Seguros de Saúde, S.A..

A gestão de sinistros do ramo doença, assumida pela Multicare, dispõe de uma rede de prestadores de serviços com preços convencionados. Devido às características deste ramo, existem algumas particularidades na gestão dos sinistros, a qual pode ser:

- Gestão totalmente automática – aplicada aos sinistros participados através da rede de prestadores, sem necessidade de autorização prévia para a prestação do serviço. É constituída uma provisão automática, que é igual ao valor do pagamento, que se anula quando o valor do serviço passa a montante pago;
- Gestão manual – aplicada aos sinistros em regime de reembolso e aos sinistros mais complexos ou que necessitem de pré-autorização:
  - Nos sinistros de reembolso é necessário verificar se existe enquadramento do sinistro – nos sinistros de reembolso não são constituídas provisões;
  - Nos sinistros mais complexos que estão sujeitos a pré-autorização são constituídas provisões pela soma do valor dos honorários médicos, das despesas hospitalares, dos medicamentos, das próteses e dos consumíveis.

#### B.3.2.6. Risco Específico de Seguros – Resseguro e Formas Alternativas de Transferência de Risco

No que diz respeito à gestão do resseguro, a Companhia possui, essencialmente, tratados de cedência de riscos com empresas de seguros do Grupo Fidelidade.

#### B.3.2.7. Risco de Mercado

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado na Companhia estão regulados através da sua Política de Investimentos, revista em dezembro de 2021.

A Política de Investimentos define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como a Companhia avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza as suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- as atividades relacionadas ao processo de investimento da Companhia, que vão da Strategic Asset Allocation (SAA) à Tactical Asset Allocation (TAA), incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e reporting;
- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento da Companhia.

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos da Companhia é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- Definir – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo (ALM) e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- Investir – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- Monitorizar – Monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;

- Gerir – Revisão das estratégias, políticas, benchmarks e limites de acordo com as atuais e futuras condições/ expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- Controlar – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

#### B.3.2.8. Risco de Crédito

A exposição da Companhia ao Risco de Crédito verifica-se essencialmente ao nível da seleção e acompanhamento dos investimentos nas diferentes classes de ativos.

Como forma de aferir a qualidade creditícia dos emitentes, a Direção de Investimentos efetua uma avaliação dos mesmos, recorrendo, entre vários elementos quantitativos e qualitativos, a informações sobre a sua notação de *rating* e avaliando o cumprimento dos limites de exposição da carteira a esse emitente definidos na Política de Investimentos.

A política de gestão de risco / análise por investimento decorre essencialmente da grelha de seleção no momento da compra do ativo definido na Política de Investimentos, de forma a proteger os segurados através de restrições sobre a utilização dos ativos da Companhia. O risco é, no entanto, monitorizado continuamente procurando-se acompanhar as opiniões/ *outlooks* das casas internacionais de *rating* de maneira a não deixar degradar o *rating* dos títulos detidos. Por outro lado, o estabelecimento de limites internos por classe de ativo, *rating*, duração, indústria, geografia e moeda, não se autorizando situações de cúmulo de risco, permite garantir ao longo do tempo uma boa dispersão de risco.

No que diz respeito à área de resseguro, as decisões relativas à seleção de resseguradores são tomadas de acordo com a Política de Resseguro, onde apenas está autorizada a contratualização junto de resseguradores com notação de crédito (*rating*), no mínimo “A-“ ou de acordo com as exceções definidas na Política de Resseguro.

#### B.3.2.9. Risco de Concentração

A gestão deste risco encontra-se interligada com os processos de gestão de outros riscos uma vez que é transversal a várias Áreas.

No que diz respeito ao Risco de Concentração associado aos investimentos, a Política de Investimentos em vigor define, conforme já referido, diversos limites de exposição designadamente, por classe de ativo, *rating*, duração, indústria, moeda e geografia. Estes limites são revistos anualmente e, quando considerado necessário, procede-se à sua alteração.

A gestão deste risco associado ao resseguro cedido fora do grupo é assegurada pela Direção de Resseguro da Fidelidade pois os tratados em causa são comuns. Esta gestão é realizada em cumprimento com a Política de Resseguro.

#### B.3.2.10. Risco de Liquidez

Numa perspetiva de curto prazo, encontra-se, atribuída à Direção de Investimentos da Fidelidade a responsabilidade da gestão da liquidez de investimentos e garantir a sua operacionalização.

Numa perspetiva de médio/longo prazo, a Companhia prepara mensalmente uma análise ALM incidindo sobre as responsabilidades e ativos afetos ao ramo Não Vida.

As análises efetuadas abrangem o *gap* de taxa de juro, considerando a *yield to maturity* e a *modified duration* das responsabilidades e dos respetivos ativos, incluindo o efeito da convexidade, bem como o *cash flow matching* no curto e no longo prazo.

Esta análise inclui também uma comparação entre a capacidade de geração de liquidez e o *cash-flow* estimado.

A articulação das funções relativas ao investimento, gestão de ativo-passivo e liquidez estão estabelecidas na Política de Investimentos da Companhia.

No tocante, especificamente, aos processos de Gestão de Ativo-Passivo e de Liquidez, a Companhia aprovou em 2021 a revisão da Política de Gestão de Risco de Ativo-Passivo e de Liquidez (Política de ALM e Liquidez).

Esta Política descreve, juntamente com a Política de Investimentos, a estratégia de gestão de riscos financeiros, de seguros e de liquidez, no curto, médio e longo prazo, num contexto de gestão ativo-passivo.

Desta forma, a Política de ALM e Liquidez visa assegurar o alinhamento entre ativos e passivos, com especial foco na maximização do retorno e na minimização do risco de taxa de juro e do risco de liquidez.

Tendo em consideração estes aspetos, a gestão ativo-passivo deve ser executada, por um lado, como um exercício de mitigação de risco e, por outro lado, como parte da estrutura de tomada de decisões da Companhia, formulando estratégias relacionadas com os seus ativos e passivos, pelo que é composta pelas seguintes atividades fundamentais:

- Definir – Definição e aprovação da estratégia de gestão ativo-passivo e de liquidez;
- Monitorizar – Monitorizar a evolução do cash-flow matching e de diversas métricas associadas à gestão ativo-passivo, produzindo relatórios mensais e anuais;
- Gerir – Revisão dos objetivos e limites previstos na Política de ALM e Liquidez de acordo com as atuais e futuras condições/ expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- Controlar – Garantir que a estratégia de gestão ativo-passivo, limites, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

#### B.3.2.11. Risco de Reputação

A gestão do risco de reputação da Companhia centra-se, fundamentalmente:

- Na existência de uma função responsável pela comunicação corporativa e de relação com os *media*;
- Na existência de uma função de comunicação da marca;
- Na função de gestão das reclamações de clientes, onde se inclui a disponibilização de informação de gestão para os responsáveis das diversas Áreas da Companhia e Comissão Executiva;
- No planeamento e acompanhamento dos Recursos Humanos da Companhia;
- No Programa de Responsabilidade Social.

Além dos processos de gestão deste risco assentes na existência da função de gestão de reclamações, no adequado planeamento e acompanhamento dos recursos humanos da Companhia e no Programa de Responsabilidade Social, o Grupo Fidelidade gere a sua imagem pública, recorrendo, sempre que necessário a notas de imprensa, presença nos meios de comunicação social e publicações de interesse, o que permite gerir eficazmente possíveis efeitos reputacionais.

Na qualidade de gestora da marca OK! teleseguros, o ano de 2021 ficou marcado, entre outros aspetos, pelo reconhecimento dos consumidores portugueses através das distinções atribuídas pelos Prémios “Escolha do Consumidor 2021”, “Cinco Estrelas 2021”, e “Melhor Reputação 2021”, este último resultante do estudo Marktest Reputation Index (MRI), na categoria “Seguros Diretos”, pelo terceiro, quarto e quinto anos consecutivos, respetivamente.

#### B.3.2.12. Risco Operacional

Estão implementados procedimentos destinados especificamente à gestão do risco operacional e do controlo interno, nomeadamente:

- Documentação e caracterização das atividades de controlo existentes, associando-as aos riscos previamente identificados nos processos de negócio;
- Registo descentralizado dos eventos e das consequentes perdas, incluindo quase-perdas, resultantes dos riscos associados aos processos de negócio, assim como de autoavaliações dos riscos e das atividades de controlo.

Este risco será desenvolvido no capítulo B.4.1. Informação sobre o sistema de controlo interno.

### B.3.3. Autoavaliação do risco e da solvência

A Companhia possui uma Política ORSA com o objetivo de estabelecer os princípios gerais da autoavaliação do risco e da solvência no que respeita a:

- Processos e procedimentos;
- Funções e responsabilidades;
- Critérios e metodologias;
- *Reporting*;
- Articulação com o processo de gestão estratégica e utilização dos resultados do ORSA.

De acordo com aquela Política, pretende-se com o exercício ORSA fornecer um nível de segurança aceitável à Comissão Executiva da Companhia sobre o cumprimento dos seus objetivos estratégicos, enquadrados pelo apetite ao risco estabelecido.

Nestes termos, o ORSA, considerando o apetite ao risco definido, visa proporcionar uma visão prospetiva sobre a capacidade de o capital disponível da Companhia suportar diferentes níveis de risco, resultantes, quer das decisões estratégicas, quer de cenários incorporando fatores externos.

O ORSA é, assim, um processo integrado na gestão estratégica da Companhia, que permite, numa base regular, uma visão global sobre todos os riscos relevantes que ameaçam a prossecução dos objetivos estratégicos e as suas consequências em termos das necessidades (futuras) de capital.

Este processo contribui, adicionalmente, para a promoção da cultura de risco na Companhia, através da mensuração dos riscos a que a Companhia está exposta (incluindo aqueles não considerados nos requisitos de capital), da introdução do conceito de capital económico nos processos de gestão e da comunicação dos riscos, permitindo aos diversos destinatários a incorporação deste conhecimento na tomada de decisão.

Para cumprimento destes objetivos, encontra-se definido o processo ORSA constituído por cinco grandes atividades: (1) definição da estratégia de negócio e apetite ao risco; (2) avaliação das necessidades globais de solvência; (3) testes de *stress* e análise de cenários; (4) avaliação prospetiva das necessidades globais de solvência; (5) *reporting*. Para além destas cinco grandes atividades, encontra-se também definida uma atividade de monitorização contínua da posição de solvência da Companhia.

A Comissão Executiva é responsável pela condução de todo o processo ORSA, incluindo a aprovação do mesmo. A monitorização regular do processo ORSA é responsabilidade do CRO (elemento da Comissão Executiva responsável pela gestão de risco) e pelo Comité de Risco através das reuniões regulares de monitorização. São intervenientes na execução do processo, a Direção de Gestão de Risco e a Direção de Planeamento Estratégico e Desenvolvimento de Negócio.

Na execução do ORSA, a Companhia começa por efetuar uma avaliação (qualitativa e, sempre que se justificar, quantitativa) das possíveis diferenças entre o perfil de risco da Companhia e os pressupostos subjacentes ao cálculo do SCR através da fórmula-padrão.

É, posteriormente, efetuado o cálculo das necessidades globais de solvência tendo em conta o perfil de risco da Companhia. Para esse cálculo, que tem como base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência (SCR), é utilizado o conceito de Capital Económico, sendo introduzidas as alterações que a Companhia considera relevantes para

melhor refletir o seu perfil de risco. Neste processo, serão identificados todos os riscos a que a Companhia esteja ou possa vir a estar exposta. A avaliação destes riscos é quantitativa e/ou qualitativa.

Em complemento à avaliação das necessidades globais de solvência, está prevista a realização de um conjunto de testes de stress e de análises de sensibilidade de forma a validar a estratégia definida em cenários extremos.

Para proporcionar uma visão prospetiva sobre o perfil de risco da Companhia e, conseqüentemente, sobre as suas necessidades globais de solvência, serão projetados, num horizonte temporal coincidente com o período definido no planeamento estratégico, a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, as alterações nos seus fundos próprios e as suas necessidades de solvência.

O ORSA tem uma periodicidade anual, estando prevista a sua realização com caráter extraordinário em determinadas situações. São produzidos relatórios destinados, quer à supervisão, quer a uso interno.

Ainda no âmbito do processo ORSA, é efetuada uma avaliação contínua dos requisitos de capital regulamentar e dos requisitos aplicáveis às provisões técnicas. Esta avaliação consubstancia-se na produção de um relatório mensal contendo a posição estimada de Solvência II, ajustada pelo efeito de medidas de otimização de capital em curso ou em estudo.

O ORSA assume um papel fundamental na gestão da Companhia. Os resultados obtidos durante o exercício são levados em conta na Gestão de Riscos da Companhia, na Gestão de Capital e na Tomada de Decisões.

Um dos elementos fundamentais do ORSA é a identificação e mensuração dos riscos a que a Companhia se encontra exposta e a projeção da sua evolução para o período em análise.

Assim, tendo como base os resultados obtidos, a Companhia define possíveis ações a tomar:

- Assumir os riscos;
- Tomar medidas adicionais de mitigação (controlos/ capital, etc.);
- Transferir os riscos; ou
- Eliminar as atividades que geram riscos que a Companhia não esteja disposta a correr.

Também suporta as principais atividades relacionadas com a Gestão de Capital, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação de adequação de capital no período mais recente, envolvendo, quer o capital regulamentar, quer o capital económico;
- Monitorização da adequação do capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, a Companhia define as ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

---

## B.4. Sistema de controlo interno

### B.4.1. Informação sobre o sistema de controlo interno

A Direção de Gestão de Risco é responsável pela gestão do risco operacional e do sistema de controlo interno da Companhia.

Por sua vez, a Direção de Auditoria é responsável pela avaliação da adequação do sistema de gestão de risco operacional e do sistema de controlo interno, de forma a reportar as fragilidades/deficiências detetadas e as respetivas recomendações de melhoria.

A gestão do risco operacional e do controlo interno da Companhia é feita periodicamente com base no seguinte fluxo:



## PROCESSOS DE NEGÓCIO

A documentação de todos os processos de negócio da Companhia é efetuada considerando uma “árvore” de processos pré-definida de três níveis (macroprocesso; processo; subprocesso) que representam as atividades de uma companhia de seguros.

A documentação e atualização dos processos de negócio da Companhia são um requisito aos sistemas de gestão de risco e controlo interno.

## RISCOS E CONTROLOS

Para os processos de negócio documentados, são identificados os riscos relevantes a que os mesmos estão expostos, classificados de acordo com uma matriz de riscos pré-definida. Para estes riscos são identificados os mecanismos de mitigação existentes (controlos).

São assim documentados e caracterizados os riscos e controlos existentes na Companhia.

## AVALIAÇÃO

No sentido de avaliar o risco operacional da Companhia, é recolhida informação quantitativa sobre os riscos, previamente identificados, através de questionários de autoavaliação de risco e do registo dos eventos de perda e consequentes perdas.

A avaliação do sistema de controlo interno é suportada por um processo de autoavaliação dos controlos, concretizado através da resposta a questionários. Estes questionários têm por objetivo avaliar a eficácia dos controlos na mitigação do risco.

Importa referir que aos diversos Órgãos de Estrutura da Companhia compete o papel de dinamizadores no processo de gestão de risco e de controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

#### B.4.2. Informação sobre as atividades realizadas pela Função de *Compliance*

A Direção de *Compliance* desempenha funções de gestão dos riscos de *Compliance* incluindo, entre outros, o risco de falhas no tratamento e proteção de dados pessoais. A Direção de *Compliance* é um órgão de estrutura, dotado de independência funcional, que desempenha funções-chave no quadro do sistema de Gestão de Risco e Controlo Interno.

A Direção de *Compliance* tem por principal missão contribuir para que os órgãos de gestão, a estrutura diretiva e os colaboradores das Empresas do Grupo cumpram a legislação, as regras, os códigos e os normativos em cada momento em vigor, externos e internos, por forma a evitar situações de não conformidade que prejudiquem a imagem das empresas do Grupo e a sua reputação no mercado e/ou que originem eventuais prejuízos de ordem financeira.

No âmbito dos processos e controlos da função de *Compliance*, realizados pela Direção de *Compliance* ao longo do ano de 2021, salienta-se, nomeadamente, o seguinte:

- Análise das principais alterações regulamentares;
- Registo de incidentes de compliance;
- Análise de novos produtos e de suportes de publicidade e marketing;
- Desenvolvimento e implementação de processos de gestão e mitigação dos riscos associados à proteção de dados;
- Desenvolvimento de um projeto para fazer face aos riscos de sustentabilidade associados aos investimentos, produtos e stakeholders do Grupo;
- Desenho e implementação de um plano de comunicação e formação a médio prazo para consciencializar e capacitar o universo de colaboradores do Grupo para as diferentes temáticas de Compliance;
- Reformulação da função de Compliance do Grupo através da implementação de um modelo de Compliance assente, por um lado, numa visão “risk based” (ficada nos riscos mais críticos) e, por outro, uma visão prospetiva em relação a nova regulamentação, processos e modelos de negócio.

A política de *Compliance* da Companhia está devidamente formalizada no “Manual de *Compliance*”, documento divulgado a todos os colaboradores e disponível na intranet, que define a estratégia de *Compliance*, a missão e estrutura do órgão responsável pela implementação da função de *Compliance*, os processos de trabalho e de controlo associados ao exercício da função de *Compliance*, bem como as regras de conduta ética e profissional que, refletindo os valores que pautam a atuação do grupo Fidelidade, traduzem o comportamento esperado e obrigatório para todos os seus colaboradores.

---

#### B.5. Função de Auditoria Interna

Tal como referido anteriormente, a função de auditoria interna encontra-se atribuída à Direção de Auditoria, que exerce funções transversais ao Grupo.

A Direção de Auditoria é um Órgão de Estrutura de primeira linha de reporte direto ao Conselho de Administração da Fidelidade. A sua missão passa por garantir a avaliação e monitorização dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia. Tem, assim, como finalidade geral, contribuir para a criação de valor e melhoria de circuitos e procedimentos, visando o aumento de eficácia e eficiência das operações, salvaguarda dos ativos, confiança no relato financeiro e *compliance* legal e regulamentar.

As normas e princípios a que deve obedecer a função de auditoria interna encontram-se estabelecidos na Política de Auditoria Interna, aprovada em dezembro de 2021.

Encontra-se estabelecido nesta Política a competência e âmbito de intervenção da função de auditoria interna, cabendo à Direção de Auditoria, no âmbito das empresas de seguros do Grupo Fidelidade, o exercício desta função.

A independência, imparcialidade e objetividade da função de Auditoria Interna é preservada através de três mecanismos. Em primeiro lugar, as pessoas que desempenham a função de auditoria interna não assumem qualquer tipo de responsabilidade relativamente a quaisquer outras funções operacionais. Em segundo lugar, a função de auditoria interna comunica as suas conclusões direta e exclusivamente ao Presidente do Conselho de Administração. Por fim, todo o trabalho de auditoria efetuado, em especial as conclusões obtidas e as recomendações emitidas, é devidamente documentado e arquivado, existindo uma aplicação informática específica para circulação dos relatórios de auditoria pelos Administradores e Diretores das Áreas auditadas, sem possibilidade de os mesmos serem alterados.

Para o exercício da função, a Direção de Auditoria dispõe de acesso a todos os órgãos de estrutura, bem como a toda a documentação, devendo os órgãos de administração, diretores de topo e colaboradores das diversas empresas de seguros colaborar com a Direção de Auditoria, facultando toda a informação que disponham e que lhes seja solicitada.

Por sua vez, os auditores internos, no exercício das suas funções, devem atender aos princípios deontológicos previstos na Política de Auditoria Interna, em particular, de independência, integridade, confidencialidade, objetividade e competência, estando também aí previstas regras destinadas à comunicação de situações de conflito de interesses.

Relativamente ao processo de auditoria, encontram-se definidos os tipos de auditoria interna, as modalidades de intervenção (presencial e à distância) e o âmbito das ações de auditoria (global ou setorial) que deverão constar do plano de auditoria anual a ser submetido à apreciação do Presidente do Conselho de Administração e à apreciação e ratificação pela Comissão Executiva.

Na realização das auditorias internas devem observar-se os procedimentos estabelecidos na Política no que respeita, quer à designação da equipa, quer ao estabelecimento do programa de auditoria, quer ainda à preparação e condução da auditoria.

Relativamente ao reporte, encontram-se previstos os princípios que devem presidir à elaboração dos relatórios, o seu conteúdo mínimo, os destinatários e o tipo de relatórios (relatório preliminar e relatório final). Encontra-se também previsto o acompanhamento, pela auditoria interna, da aplicação das ações de melhoria propostas com a produção, sempre que se justifique, de relatórios de *follow-up*.

Finalmente, compete à função de Auditoria Interna a elaboração do Relatório Anual de Auditoria, documento onde deverá constar a análise do cumprimento do Plano Anual de Auditoria, a identificação dos trabalhos efetuados e uma síntese das principais conclusões obtidas e das recomendações emitidas. O Relatório Anual de Auditoria é submetido para análise do Presidente do Conselho de Administração e para análise e aprovação pela Comissão Executiva.

---

## B.6. Função Atuarial

A função atuarial coordena e monitoriza o cálculo das provisões técnicas contabilísticas, procedendo, para o efeito, à avaliação, quer das metodologias aplicadas, quer dos valores constantes nas demonstrações financeiras.

No cálculo das provisões técnicas são observados os normativos da ASF, nomeadamente, no que respeita à identificação das provisões a constituir e regras de cálculo a observar em cada uma das provisões técnicas.

A função atuarial tem como funções o cálculo das provisões técnicas para efeitos de solvência calculando para o efeito a melhor estimativa e a margem de risco.

Os cálculos são efetuados no âmbito do reporte à ASF, procedendo-se à análise de evoluções entre momentos de cálculo e comparações com valores estatutários, identificando-se e documentando-se as respetivas diferenças.

A função atuarial reporta à Comissão Executiva os resultados relativos à monitorização dos níveis de provisionamento.

Anualmente, a função atuarial produz relatórios de índole atuarial relacionados com o período anual em análise.

A informação utilizada pela função atuarial é alvo de processos de validação que incluem, entre outros, comparações com posições anteriores e com valores estatutários, identificando-se e justificando-se divergências e procedendo-se, se necessário, à sua correção.

A função atuarial acompanha a avaliação prospetiva das provisões técnicas para efeitos de solvência avaliando a razoabilidade das mesmas, tendo em conta os objetivos estratégicos assumidos pela Companhia, os fatores de conversão da avaliação das provisões técnicas nas demonstrações financeiras para a sua avaliação para efeitos de solvência e a aplicação de medidas, quer regulamentares (dedução transitória às provisões técnicas), quer de gestão.

No âmbito do Grupo existe uma política de conceção e aprovação de produtos e das correspondentes alterações, onde está prevista a articulação da função atuarial com as áreas de negócios e de *marketing*, responsáveis pelas propostas de novos produtos e respetivas especificações. O mesmo se aplica para as alterações de produtos já existentes, onde a função atuarial intervém de modo a dar o seu parecer relativo às alterações propostas.

A Companhia possui maioritariamente tratados de resseguro com empresas do grupo, pelo que a função atuarial, que é transversal ao Grupo, acompanha por essa via a sua evolução.

---

## B.7. Subcontratação

### B.7.1. Política de Subcontratação

De acordo com a Política de Subcontratação, que tem um âmbito de aplicação único, englobando as várias empresas de seguros do universo Longrun Portugal, SGPS, S.A., são estabelecidos os princípios gerais aplicáveis à subcontratação de funções ou atividades fundamentais ou importantes, bem como as principais atividades do processo conducente à sua contratação, quer intragrupo, quer fora do grupo: (1) Identificação e documentação de funções ou atividades fundamentais ou importantes; (2) Seleção do prestador de serviços; (3) Formalização contratual; (4) Notificação à ASF.

Na medida em que as Companhias mantêm total responsabilidade pelas funções ou atividades suscetíveis de serem subcontratadas, estão definidos os principais aspetos a implementar relacionados com o acompanhamento inerente à função ou atividade subcontratada, estando identificadas as responsabilidades de cada um dos intervenientes, quer no processo de subcontratação, quer no posterior acompanhamento do prestador de serviços.

A Política de Subcontratação estabelece os princípios e o processo aplicáveis às novas subcontratações de funções ou atividades fundamentais ou importantes.

### B.7.2. Funções ou atividades fundamentais ou importantes subcontratadas

Em relação à aplicação da Política de Subcontratação, identificaram-se, no âmbito do Grupo Fidelidade, um conjunto de funções ou atividades consideradas fundamentais ou importantes que se encontram subcontratadas, na sua maioria intragrupo, relacionadas com funções-chave, investimentos, contabilidade, tecnologias de informação, sinistros e *Contact Centers*. Os prestadores de serviços dessas funções ou atividades localizam-se fundamentalmente em Portugal.

Das funções subcontratadas fora do grupo, destacam-se os serviços de gestão e operação de *Contact Center*, prestados em Évora e Lisboa, nas instalações de um prestador de serviços com sede em Portugal e os serviços de gestão e operação dos *Datacenters*, prestados em Évora, Lisboa e Porto, por prestadores de serviços com sede em Portugal.

## B.8. Eventuais informações adicionais

Não existem outras informações materiais relativas ao sistema de governação da Companhia.

# C. Perfil de Risco

**via directa**

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

A gestão de risco é parte integrante das atividades diárias da Companhia, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que os objetivos estratégicos da Companhia (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, esta abordagem integrada assegura a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, assegurando-se, simultaneamente, as obrigações da Companhia para com os seus *stakeholders*.

A gestão de risco suporta a Companhia na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, de forma a assegurar a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Companhia, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida, à sua avaliação.

A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

Assim, o cálculo do requisito de capital solvência (SCR) da Companhia com referência a 31 de dezembro de 2021 foi o seguinte:

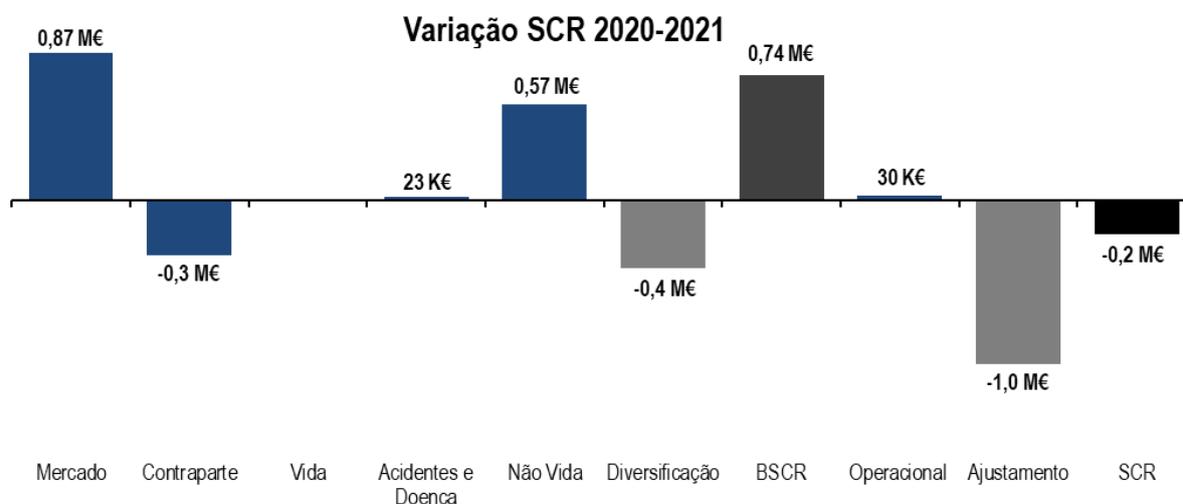


Deste requisito, destaca-se o risco específico de seguros Não Vida, seguindo-se, com uma dimensão inferior, os riscos de mercado, de incumprimento pela contraparte e operacional.

O mesmo cálculo, relativo a 31 de dezembro de 2020 foi o seguinte:



A diferença, de -0,2 milhões de euros, encontra-se refletida no gráfico seguinte:



Da evolução registada, destaca-se:

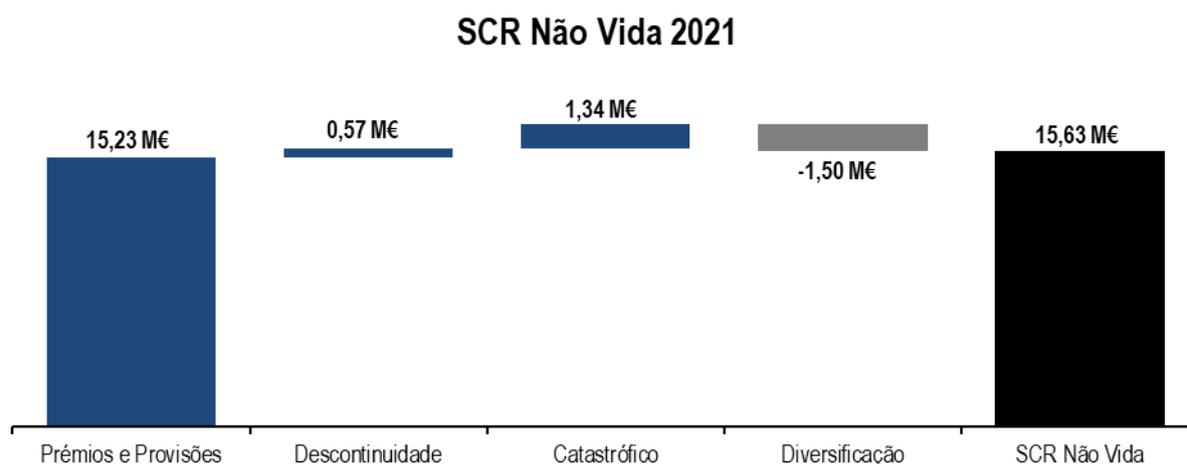
- o aumento do risco de mercado, o qual se encontra detalhado no ponto C.2.;
- o aumento do risco específico de seguros não vida, o qual se encontra detalhado no ponto C.1.1..

Procede-se, de seguida, a uma análise destes riscos, designadamente, quanto à sua natureza e ao seu impacto na Companhia.

## C.1. Risco específico de seguros

### C.1.1. Risco específico de seguros de não vida

O risco específico de seguros de não vida é o risco mais relevante para a Companhia, destacando-se claramente dos restantes módulos de risco.



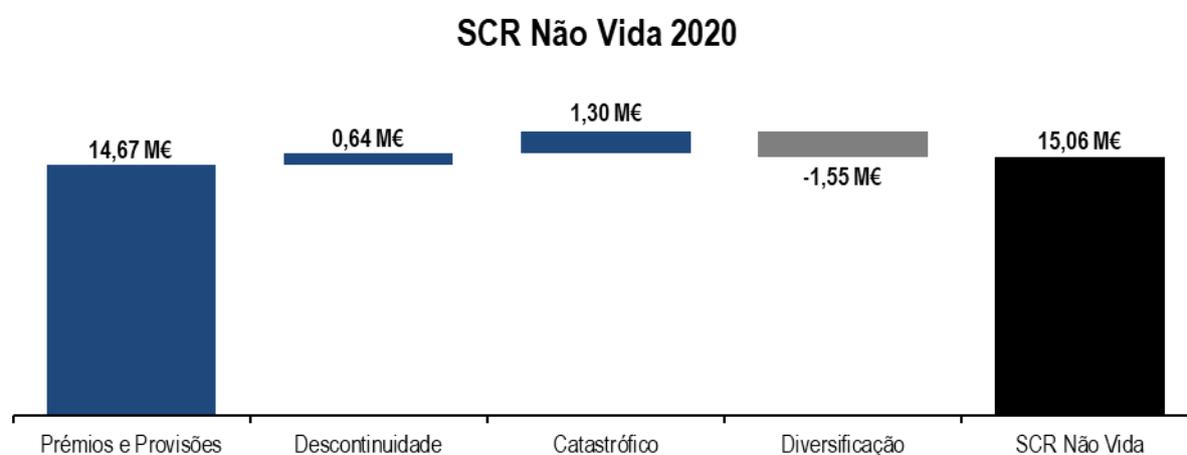
Dentro deste módulo, o risco de prémios e provisões é o mais expressivo.

O peso deste risco resulta, fundamentalmente, do volume de prémios e reservas relativos aos contratos de responsabilidade civil automóvel, resultante da dimensão da carteira da Companhia.

Com um valor bastante inferior, surge o risco catastrófico que advém, essencialmente, da cobertura relativa a fenómenos sísmicos.

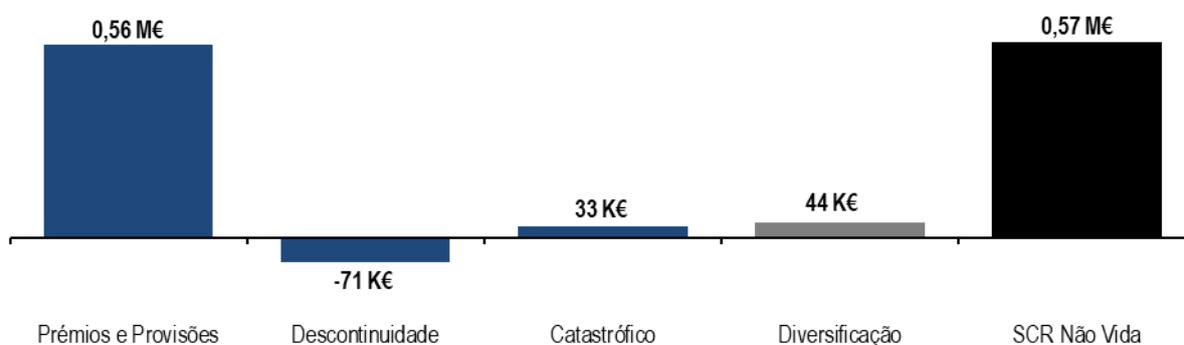
Em relação ao risco de descontinuidade, o seu peso é muito pouco significativo, atendendo ao fato dos contratos de seguro terem um limite contratual até à próxima anuidade e a margem operacional ser reduzida.

O cálculo do SCR Não Vida, relativo a 31 de dezembro de 2020 foi o seguinte:



O aumento de 0,57 milhões de euros, encontra-se refletido no gráfico seguinte:

### Variação SCR Não Vida 2020-2021

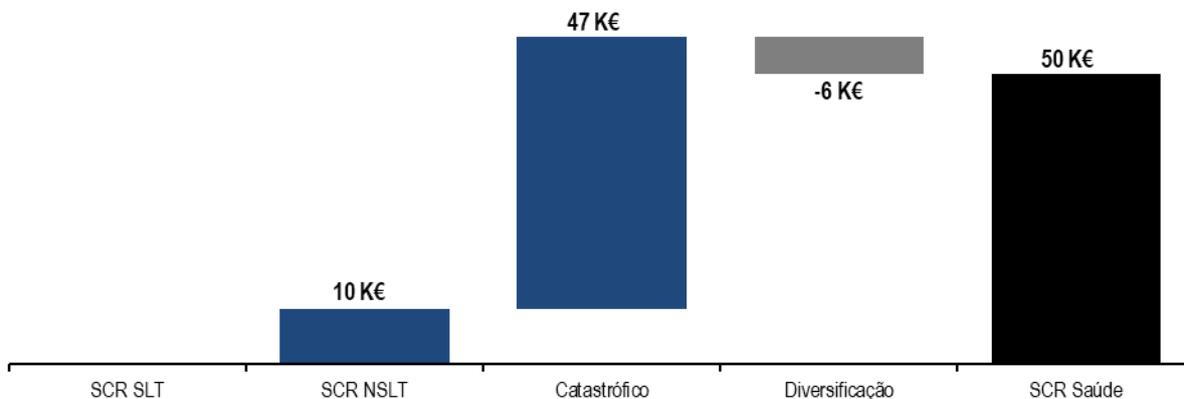


Como se pode verificar, o crescimento deste risco deve-se ao módulo de prémios e provisões, reflexo da evolução do negócio da Companhia.

#### C.1.2. Risco específico de seguros de acidentes e doença

Trata-se de um risco pouco relevante no total de riscos da Companhia.

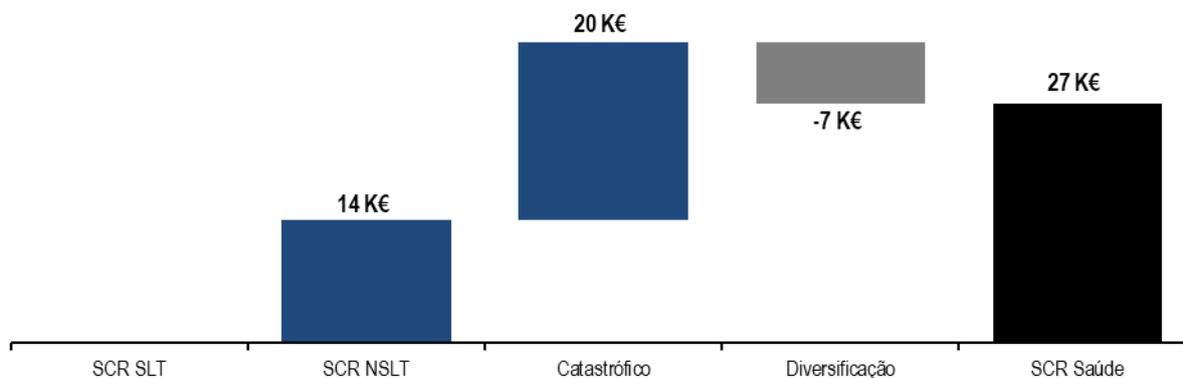
### SCR Acidentes e Doença 2021



O pouco peso deste risco resulta da pouca expressividade deste negócio.

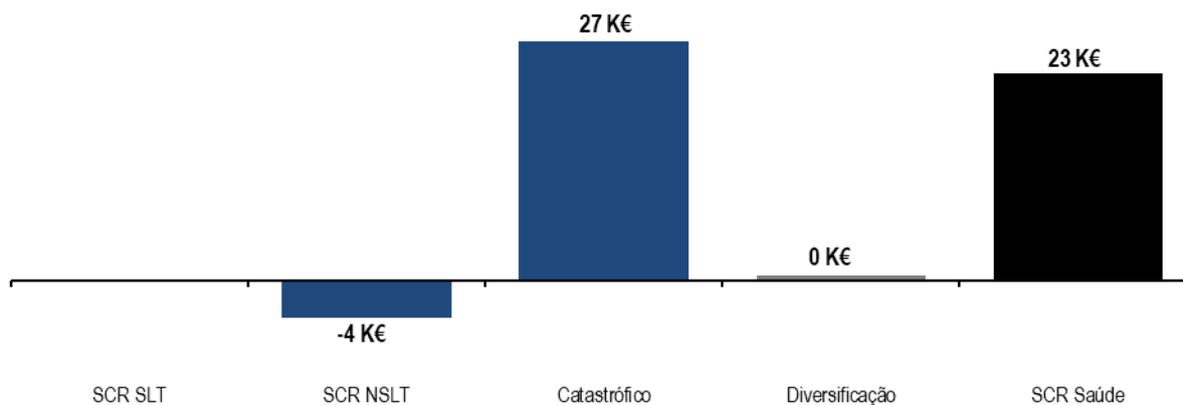
O cálculo do SCR Acidentes e Doença, relativo a 31 de dezembro de 2020 foi o seguinte:

### SCR Acidentes e Doença 2020



O aumento de cerca de 23 mil euros, encontra-se refletido no gráfico seguinte:

### Variação SCR Acidentes e Doença 2020-2021

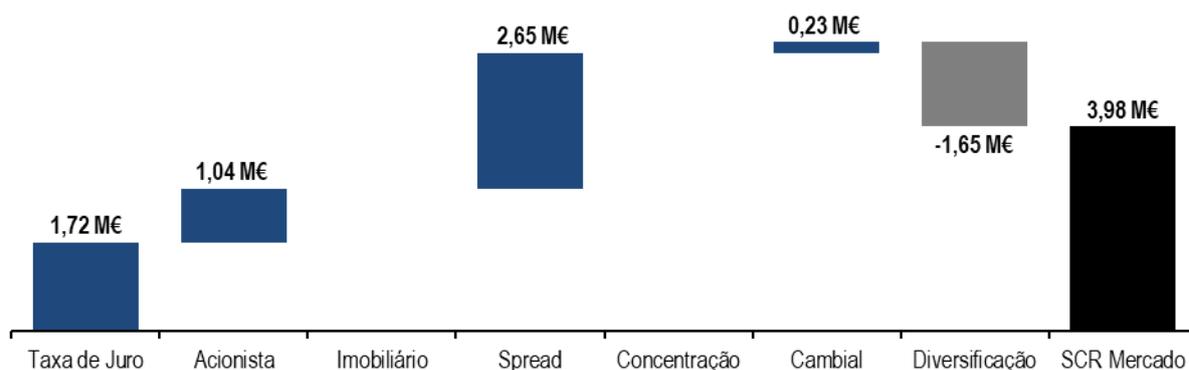


As principais variações verificam-se no submódulo de risco catastrófico devido ao risco de concentração de acidentes.

## C.2. Risco de mercado

O risco de mercado é o segundo risco com maior peso para a Companhia, sendo o seu valor considerado alto.

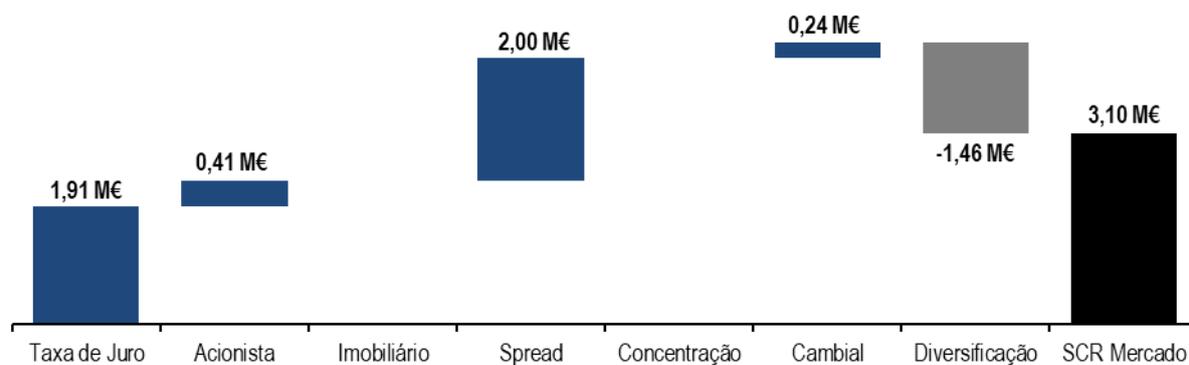
### SCR Mercado 2021



O perfil de investimento da empresa, nomeadamente a exposição significativa a ações cotadas em mercados regulamentados nos países membros do EEE ou da OCDE e a obrigações corporativas justificam a relevância deste risco.

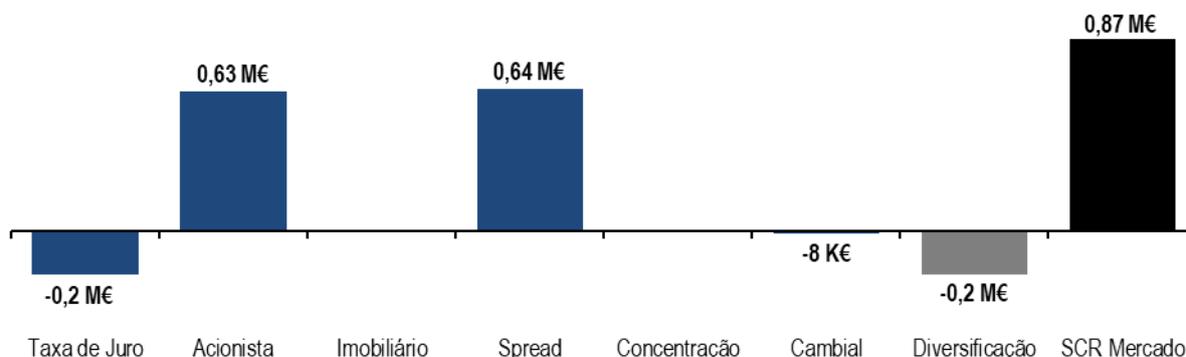
O cálculo do SCR do Risco de Mercado, relativo a 31 de dezembro de 2020 foi o seguinte:

### SCR Mercado 2020



O aumento de 870 mil euros, encontra-se refletido no gráfico seguinte.

### Variação SCR Mercado 2020-2021



Como se pode verificar, registou-se um aumento significativo do risco acionista e do risco de spread. Os submódulos do risco de taxa de juro, risco cambial e diversificação registaram um reduzido decréscimo.

#### C.2.1. Técnicas de mitigação do risco de mercado

O processo de investimento da Companhia além de assegurar a conformidade com o princípio do gestor prudente, visa potenciar, quer decisões racionais e fundamentadas no âmbito da seleção de ativos, quer a existência de uma adequada relação entre risco e retorno.

Assim, o processo inicia-se com a identificação de oportunidades de investimento, através do rastreamento, identificação e análise de oportunidades de investimento em todo o mundo dando origem à apresentação de propostas de investimento tomando por base, por um lado, aspetos qualitativos, como sejam, a título de exemplo, a descrição do investimento, incluindo diferentes hipóteses para a sua concretização, e a descrição do racional do negócio, e, por outro, aspetos quantitativos como sejam, a título de exemplo, indicadores financeiros ou retorno esperado.

Estas propostas são analisadas, incluindo uma primeira abordagem em termos de consumo de capital à luz do regime Solvência II.

Sendo a proposta de investimento aceite, é preparado um *investment case* contendo um resumo do investimento a realizar, uma análise do cumprimento dos limites legais e dos limites previstos na Política de Investimentos da Companhia, uma análise de adequação do investimento em termos de ALM (*cash flow matching*) e o cálculo do consumo de capital associado ao investimento de acordo com as regras do regime Solvência II.

Este *investment case*, integra uma Comunicação Interna dirigida à Comissão Executiva contendo proposta e fundamentação para a realização do investimento além de outra informação adicional. Na parte da execução das transações de títulos, os *traders* encarregues estão sujeitos aos limites definidos na Proposta de Investimentos.

Todo este processo encontra-se enquadrado nas orientações gerais de investimentos da Companhia.

De acordo com essas orientações, o objetivo primordial da carteira de investimento é gerar rendimento para a Companhia, considerando, no entanto, os riscos associados e demais restrições resultantes da estratégia de negócio definida pela Comissão Executiva.

A alocação dos ativos, em cada carteira de investimentos, é efetuada de forma que o retorno agregado de todas as carteiras e o respetivo risco cumulativo cumpram os objetivos de investimento estabelecidos.

### Risco de Mercado - Cambial

A exposição a ativos denominados em dólar americano (USD) é mitigada através do recurso a contratos *forwards* em USD.

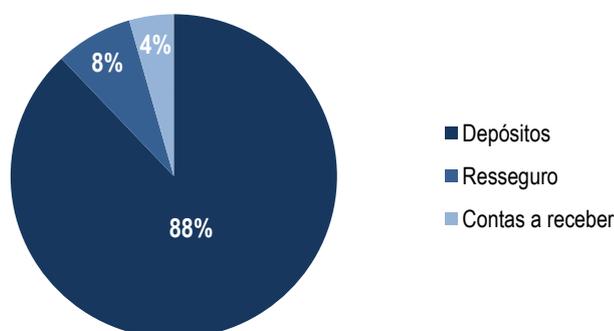
---

## C.3. Risco de crédito

O módulo de risco de incumprimento pela contraparte apresenta o terceiro valor mais elevado no conjunto dos riscos avaliados pela Companhia.

A decomposição deste risco por tipo de contraparte a 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

**Decomposição do Risco de Crédito**



Este valor resulta essencialmente de depósitos à ordem junto da Caixa Geral de Depósitos, cujo decréscimo justificou a evolução deste risco.

---

## C.4. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é definida na Política de ALM e Liquidez, que é revista anualmente no ALCO (Comité de Gestão de Ativos e Passivos). Mensalmente é produzido, pela DGR, um relatório de monitorização deste risco, bem como o relatório de ALM que apresenta análises de *cash-flows* distribuídos pelas várias linhas de negócio e assumindo vários cenários. Trimestralmente, é enviado para a ASF (Autoridade de supervisão dos Seguros e Fundos) um relatório com o detalhe dos ativos ilíquidos detidos em carteira.

O objetivo de liquidez do grupo é deter uma tesouraria com capacidade para gerir todas as necessidades de fundos do grupo (*cash-flows*) em tempo adequado, sem recorrer a financiamentos ou a vendas não planeadas de ativos. Por este motivo foram definidos sete níveis de liquidez de ativos, que variam entre o step 0 (cash com disponibilidade em 1 dia) até ao step 6 (investimentos estratégicos, dos quais a Companhia não pretende vender num futuro próximo) e dois rácios de liquidez de curto e médio prazo que relacionam os ativos líquidos com a necessidade de *cash-flow*, que devem ser superiores a 100%. Para além disso foram definidos três níveis de liquidez (imediate, curto prazo e médio e longo prazo) que pretende avaliar se a Companhia tem ativos líquidos suficientes para cobrir as responsabilidades incluindo eventos inesperados tanto do lado do passivo como do lado dos ativos.

Em 2021 existiu uma revisão à Política de ALM e Liquidez em novembro (no ALCO) que alterou os targets relativos ao risco de taxa de juro nomeadamente a alteração do *interest rate gap ratio* para o *interest rate gap*.

Durante 2021, os limites e targets definidos foram cumpridos em todos os meses e a Companhia concluiu o ano com 94% dos seus ativos líquidos, ou seja, redimíveis até 3 meses.

Este risco é considerado baixo, não se considerando que este possa causar algum impacto na posição de solvência da Via Directa.

No que respeita ao risco de liquidez, entende-se por “lucros esperados incluídos nos prémios futuros” (EPIFP – *expected profit included in future premiums*) o valor atual esperado dos fluxos de caixa futuros resultante da inclusão nas provisões técnicas dos prémios referentes aos contratos de seguro e de resseguro existentes, que devam ser recebidos no futuro, mas que possam não ser recebidos por qualquer outra razão que não a ocorrência dos eventos segurados, independentemente dos direitos legais ou contratuais do tomador do seguro de cessar a apólice.

O valor dos EPIFP (*Expected Profit Included in Future Premiums*), em 31 de dezembro de 2021, é zero.

---

## C.5. Risco operacional

O risco operacional traduz-se no risco de perdas resultantes quer da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas, quer da ocorrência de eventos externos.

Trata-se de um módulo de risco com pouco peso no conjunto dos riscos avaliados pela Companhia.

Na gestão do risco operacional e do controlo interno, a Companhia identifica, no âmbito dos seus processos, os riscos operacionais mais relevantes a que cada um deles se encontram expostos (com base numa matriz de riscos pré-definida) e documenta os controlos existentes que os mitigam.

Adicionalmente, no sentido de avaliar o risco operacional da Companhia, é recolhida informação quantitativa sobre os riscos previamente identificados e é efetuada uma avaliação do sistema de controlo interno, suportada por um processo de autoavaliação das atividades de controlo documentadas.

---

## C.6. Outros riscos materiais

Como parte do processo ORSA são identificados riscos que não se encontram incorporados na fórmula-padrão.

Os riscos seguintes são reconhecidos pela Companhia como potencialmente materiais.

### C.6.1. Risco de reputação

Além dos processos de gestão deste risco assentes na existência da função de gestão de reclamações, no adequado planeamento e acompanhamento dos recursos humanos da Companhia e no Programa de Responsabilidade Social, o Grupo Fidelidade gere a sua imagem pública, recorrendo, sempre que necessário a notas de imprensa, presença nos meios de comunicação social e publicações de interesse, o que permite gerir eficazmente possíveis efeitos reputacionais.

A Companhia considera, assim, que este risco está adequadamente mitigado, pelo que o mesmo é classificado como baixo.

#### C.6.2. Risco estratégico

A concretização da estratégia da Companhia é efetuada através de uma cadeia de responsabilidades com início na Comissão Executiva, que define os objetivos estratégicos de alto nível passando pelos responsáveis de primeira linha de cada Departamento, que têm a responsabilidade de delinear planos para atingir esses objetivos, e termina nos colaboradores da Companhia que, diariamente, no âmbito das suas funções, procuram atingir os objetivos propostos.

As decisões estratégicas tomadas pela Companhia assentam em processos, quer de aprovação, quer da sua concretização e acompanhamento, bem definidos, que se têm demonstrado, por um lado, eficazes na materialização da estratégia e, por outro, adequados na reação a fatores externos que possam afetar a atividade da Companhia. Deste modo, este risco é considerado como baixo.

#### C.6.3. Risco de (continuidade de) negócio

A Companhia, como qualquer outra a operar em Portugal, pode estar exposta a alguns potenciais eventos de mercado. Não obstante, considera-se este risco baixo, atendendo ao forte posicionamento que a Companhia tem em relação aos seus concorrentes do setor e que tem vindo, inclusive, a ser reforçado.

No âmbito da análise deste risco, teve-se também em conta, a possibilidade da Companhia incorrer em perdas como consequência de centrar o desenvolvimento da sua atividade num determinado setor, área geográfica, canal de distribuição ou clientes específicos.

Ora, a forte presença da Companhia no mercado dos seguros diretos leva a que este risco de concentração esteja mitigado pelo facto de estar inserida no Grupo Fidelidade, beneficiando do alto nível de diversificação que se verifica nos canais mediante os quais opera e dos clientes com quem subscreve os seus contratos.

#### C.6.4. Risco legal

Embora este risco esteja incluído na definição de risco operacional, optou-se por isolar a sua análise atendendo, quer à sua importância, quer à forma de avaliação/medição prevista na fórmula-padrão para o risco operacional onde não é possível destacá-lo.

A Companhia encontra-se num processo de adaptação contínua às normativas em vigor (tanto a nível nacional, como internacional) e às modificações que as mesmas impactam na sua atividade.

Tendo em conta todos os pontos abordados anteriormente, o risco legal associado à Companhia é considerado baixo.

---

### C.7. Eventuais informações adicionais

#### C.7.1. Ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos

A Companhia, desde 2018, reconhece o ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos, não só do impacto no imposto diferido passivo, mas também o impacto no imposto diferido ativo, neste caso usando exclusivamente o efeito que deriva das diferenças temporais e não a recuperação de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, a Companhia decidiu limitar o impacto do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos, na componente que implicaria um aumento do ativo por impostos diferidos, da seguinte forma: a soma do imposto diferido ativo líquido atual com o ajustamento não poderá ultrapassar 15% do SCR considerando que, caso o cenário subjacente a este cálculo ocorresse, esse seria o limite de elegibilidade dado corresponder a fundos próprios de nível 3.

### C.7.2. Sensibilidade ao risco

A sensibilidade do rácio de solvência, em 31 de dezembro de 2021, aos principais riscos a que a Companhia está exposta, expresso como o impacto absoluto naquele rácio (em pontos percentuais), é apresentada no quadro seguinte:

Tipo de Risco em %	Efeito das variações em:		Efeito total no Rácio de Solvência
	Fundos Próprios Elegíveis	Requisito de Capital	
Acionista	-2,0%	+0,5%	-1,4%
Imobiliário	-0,0%	+0,0%	-0,0%
Spread	-10,5%	+0,3%	-10,2%
Taxa de Juro (Up)	-7,1%	+3,1%	-4,1%
Taxa de Juro (Down)	+3,7%	-1,6%	+2,1%

Em 31 de dezembro de 2020 a sensibilidade do rácio de solvência era a seguinte:

Tipo de Risco em %	Efeito das variações em:		Efeito total no Rácio de Solvência
	Fundos Próprios Elegíveis	Requisito de Capital	
Acionista	-1,0%	+0,1%	-0,9%
Imobiliário	+0,0%	0,0%	0,0%
Spread	-10,9%	-0,9%	-11,8%
Taxa de Juro (Up)	-7,9%	+2,4%	-5,6%
Taxa de Juro (Down)	+4,2%	-1,2%	+2,9%

Explicação das análises de sensibilidade Solvência II:

Risco	Cenário
Acionista	Impacto de uma descida de 20% no valor das ações, incluindo os Fundos de ações.
Imobiliário	Impacto de uma descida de 10% no valor dos imóveis, incluindo os Fundos Imobiliários.
Spread	Impacto de uma subida de 100 pontos base nos títulos de dívida.
Taxa de juro	Impacto de um aumento paralelo de 100 pontos base ao longo de toda a curva.
	Impacto de uma diminuição paralela de 50 pontos base ao longo de toda a curva.

# D. Avaliação para efeitos de Solvência

**via directa**

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Neste capítulo apresenta-se a informação relativa à avaliação dos ativos, provisões técnicas e outros passivos para efeitos de solvência e a comparação dessa avaliação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras, com referência a 31 de dezembro de 2021.

É também apresentada a mesma informação, para efeitos de solvência, relativa a 31 de dezembro de 2020.

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram alterações materiais, em comparação com o período abrangido pelo relatório anterior, quer nas bases, métodos e principais pressupostos utilizados na avaliação dos elementos do ativo da Companhia, quer nos pressupostos relevantes utilizados no cálculo das suas provisões técnicas.

Nos parágrafos seguintes são descritas as bases, os métodos e os principais pressupostos usados na valorização para efeitos de Solvência II, com a seguinte decomposição:

Valores em milhares de euros

		Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
<b>Ativo</b>					
D.1	<b>Total do Ativo</b>	<b>94.000</b>	<b>101.656</b>	<b>-7.656</b>	<b>84.696</b>
<b>Passivo</b>					
D.2	Provisões Técnicas	51.104	63.990	-12.886	48.214
D.3	Outras responsabilidades	7.120	5.292	1.828	6.830
<b>Total do Passivo</b>		<b>58.224</b>	<b>69.282</b>	<b>-11.058</b>	<b>55.044</b>
<b>Excesso do ativo sobre o passivo</b>		<b>35.776</b>	<b>32.374</b>	<b>3.402</b>	<b>29.652</b>

## D.1. Ativos

A avaliação dos ativos para efeitos de solvência e a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras, é apresentada neste relatório segmentada por:

- Ativos financeiros;
- Ativos imobiliários;
- Outros ativos.

São também apresentados neste capítulo os montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais.

No quadro seguinte é apresentado um resumo dessa comparação, que se encontra desenvolvida nos subcapítulos seguintes.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativos financeiros	80.645	80.608	37	73.849
Ativos imobiliários	148	148	0	440
Outros ativos	10.826	15.144	-4.318	8.657
Recuperáveis de resseguro	2.381	5.756	-3.375	1.750
<b>Total</b>	<b>94.000</b>	<b>101.656</b>	<b>-7.656</b>	<b>84.696</b>

### D.1.1. Ativos financeiros

A tabela seguinte apresenta a avaliação dos ativos financeiros para efeitos de solvência, por classe de ativos.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Solvência II ano anterior
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	4	3
Ações — cotadas em bolsa	1.896	1.036
Ações — não cotadas em bolsa	0	0
Obrigações de dívida pública	46.794	48.889
Obrigações de empresas	28.900	20.873
Títulos de dívida estruturados	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0
Organismos de investimento coletivo	3.051	3.048
Derivados	0	0
Depósitos que não equivalentes a numerário	0	0
Outros investimentos	0	0
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	0	0
<b>Total</b>	<b>80.645</b>	<b>73.849</b>

Para efeitos de solvência os ativos financeiros são avaliados de acordo com as seguintes bases, métodos e pressupostos.

Os ativos financeiros são registados ao justo valor, correspondendo este ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado (*exit price*).

No âmbito do regime Solvência II, para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros, os ativos são classificados à luz de critérios de hierarquia de justo valor definidos no âmbito da norma IFRS 13 (*Fair Value Measurement*) nas seguintes categorias:

*QMP - Quoted market price in active markets for the same assets*

Nesta categoria, o justo valor é determinado considerando o *bid price* do mercado ativo disponível na plataforma eletrónica.

*QMPS - Quoted market price in active markets for similar assets*

Nesta categoria, o justo valor é determinado considerando preços obtidos junto do *market maker*.  
O universo de ativos da carteira da Companhia nesta situação representa essencialmente *private placements*.

*AVM - Alternative valuation methods*

A Companhia não efetua valorizações a partir de modelos financeiros.

*AEM - Adjusted equity method*

Os ativos considerados nesta categoria, são reconhecidos inicialmente a custo sendo periodicamente sujeitos a reavaliações em função da divulgação das demonstrações financeiras.

*IEM - IFRS equity methods*

Atualmente não aplicável.

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação dos ativos financeiros para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	4	2	2
Ações — cotadas em bolsa	1.896	1.896	0
Ações — não cotadas em bolsa	0	0	0
Obrigações de dívida pública	46.794	46.778	16
Obrigações de empresas	28.900	28.900	0
Títulos de dívida estruturados	0	0	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	0	0	0
Organismos de investimento coletivo	3.051	3.032	19
Derivados	0	0	0
Depósitos que não equivalentes a numerário	0	0	0
Outros investimentos	0	0	0
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	0	0	0
<b>Total</b>	<b>80.645</b>	<b>80.608</b>	<b>37</b>

As diferenças, por classe de ativos, são as seguintes:

*Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações*

Resulta da valorização, para efeitos de solvência, de participações não cotadas pelo *Adjusted Equity Method* (AEM).

*Obrigações de dívida pública*

A diferença corresponde a valias potenciais da carteira de ativos financeiros valorizados ao custo amortizado reconhecidas em Solvência II.

*Organismos de investimento coletivo*

Resulta de ajustes à valorização dos fundos para os quais foi efetuada a abordagem look-through. Nas demonstrações financeiras foi considerada a valorização disponível à data de encerramento das contas, o que em alguns fundos não correspondia à valorização de final do ano. Para Solvência II foi possível considerar o valor de final do ano entretanto disponibilizado pelos Organismos de investimento coletivo.

## D.1.2. Ativos imobiliários

A tabela seguinte apresenta a avaliação dos ativos imobiliários para efeitos de solvência, por classe de ativos.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Solvência II ano anterior
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	148	440
Imóveis (que não para uso próprio)	0	0
Organismos de investimento coletivo	0	0
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>440</b>

Para efeitos de solvência, os ativos imobiliários são avaliados de acordo com as seguintes bases, métodos e pressupostos.

Os ativos imobiliários da Companhia são contabilizados ao seu Valor de Mercado, consistindo o mesmo no preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador, interessados e independentes, subentendendo-se que:

- i) o ativo é objeto de uma oferta pública no mercado;
- ii) as condições deste permitem uma venda regular;
- iii) se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do imóvel.

Neste seguimento, um dos seguintes métodos de avaliação deve ser utilizado na determinação do Valor de Mercado:

*Método Comparativo (Market Approach)*

O Método Comparativo consiste na determinação do valor de um imóvel através da comparação deste com imóveis idênticos ou semelhantes, em função da informação disponível no mercado relativamente a valores de transação ou de preços praticados para imóveis comparáveis.

De acordo com esta metodologia, o valor do imóvel resulta do ajustamento dos valores e preços obtidos no mercado, face à localização e características físicas do imóvel em avaliação.

*Método do Custo (Cost Approach)*

O Método do Custo consiste na aplicação do princípio de que um comprador não pagará mais por um ativo do que o custo para obter outro de igual utilidade, seja por compra ou por construção, a menos que tempo indevido, inconveniência, risco ou outros fatores estejam envolvidos.

Esta abordagem fornece uma indicação de valor, calculando a substituição atual ou o custo de reprodução do ativo, fazendo deduções para deterioração e todas as outras formas relevantes de obsolescência.

*Método do Rendimento (Income Approach)*

O Método do Rendimento considera a informação relativa ao rendimento e às despesas operacionais do imóvel em avaliação, determinando o valor através de um processo de capitalização. Neste método, tendo em conta o princípio da substituição do bem, assume-se que a uma dada taxa de retorno exigida pelo mercado, o fluxo de receitas gerado pelo imóvel conduzirá à obtenção do seu valor mais provável.

Desta forma, a estimativa do valor do imóvel resulta da conversão do rendimento gerado pelo mesmo (usualmente a receita líquida) através da aplicação de uma dada taxa de capitalização ou taxa de atualização, ou mesmo as duas, as quais refletem uma medida do retorno esperada sobre o investimento.

Por forma a refletir a regulamentação aplicável ao setor segurador português, é seguida a seguinte metodologia no âmbito da avaliação de ativos imobiliários na Fidelidade e respetivas empresas participadas:

- Devem ser seguidos os critérios definidos para a avaliação de imóveis por entidades do setor segurador no âmbito do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), nomeadamente conforme previsto no regime futuro do documento “A Avaliação e Valorização de Imóveis – Uma Abordagem Integrada para o Sistema Financeiro Português”;
- O perito avaliador deverá, além de estar registado na CMVM (com exceção para processos de avaliação de ativos localizados fora do território português, para os quais são considerados avaliadores locais) e ter subscrito um seguro de responsabilidade civil, ser membro RICS, seguindo deste modo as normas previstas por esta entidade;
- No caso de imóveis cujo Valor de Mercado se estime ser superior €2,5 milhões, deverão ser realizadas duas avaliações por peritos distintos, prevalecendo a de menor valor;
- Deverão ser usados pelo menos um dos três métodos da IFRS 13, sendo um deles obrigatoriamente o *Income Approach* (método do rendimento);
- O relatório de avaliação deverá apresentar uma discriminação do valor de avaliação do(s) terreno(s) e do valor de avaliação do(s) edifício(s);
- No caso de edifícios em propriedade horizontal, o relatório de avaliação deverá apresentar adicionalmente uma alocação dos valores de avaliação por fração, ou seja, incluir uma discriminação da quota-parte do(s) terreno(s) e do(s) edifício(s) por fração;
- O relatório de avaliação poderá incluir uma análise de sensibilidade às variáveis mais relevantes na respetiva avaliação;
- Quanto à periodicidade mínima para a avaliação dos ativos imobiliários, por um princípio de prudência, os mesmos deverão ser reavaliados anualmente.

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação dos ativos imobiliários para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras:

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	148	148	0
Imóveis (que não para uso próprio)	0	0	0
Organismos de investimento coletivo	0	0	0
<b>Total</b>	<b>148</b>	<b>148</b>	<b>0</b>

Não foram apuradas diferenças visto que todas as classes de ativos imobiliários se encontrarem valorizadas nas demonstrações financeiras ao justo valor.

D.1.3. Outros Ativos

A tabela seguinte apresenta a avaliação dos outros ativos para efeitos de solvência, por classe de ativos:

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Solvência II ano anterior
Goodwill	0	0
Custos de aquisição diferidos	0	0
Ativos intangíveis	0	0
Ativos por impostos diferidos	1.007	953
Excedente de prestações de pensão	0	0
Empréstimos e hipotecas a particulares	0	0
Outros empréstimos e hipotecas	0	0
Empréstimos sobre apólices de seguro	0	0
Depósitos em cedentes	0	0
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	315	593
Valores a receber a título de operações de resseguro	363	0
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	429	1.200
Ações próprias (detidas diretamente)	0	0
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou dos fundos iniciais mobilizados mas ainda não realizados	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	8.679	5.886
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	33	25
<b>Total</b>	<b>10.826</b>	<b>8.657</b>

Os outros ativos encontram-se avaliados nas demonstrações financeiras, de uma forma genérica, ao justo valor. Situações particulares em que tal não ocorra encontram-se explicadas na tabela seguinte onde é apresentada a comparação da avaliação dos outros ativos para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras.

Valores em milhares de euros

Ativo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença
Goodwill	0	0	0
Custos de aquisição diferidos	0	3.304	-3.304
Ativos intangíveis	0	187	-187
Ativos por impostos diferidos	1.007	167	840
Excedente de prestações de pensão	0	0	0
Empréstimos e hipotecas a particulares	0	0	0
Outros empréstimos e hipotecas	0	0	0
Empréstimos sobre apólices de seguro	0	0	0
Depósitos em cedentes	0	0	0
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	315	1.982	-1.667
Valores a receber a título de operações de resseguro	363	363	0
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	429	429	0
Ações próprias (detidas diretamente)	0	0	0
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou dos fundos iniciais mobilizados mas ainda não realizados	0	0	0
Caixa e equivalentes de caixa	8.679	8.679	0
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	33	33	0
<b>Total</b>	<b>10.826</b>	<b>15.144</b>	<b>-4.318</b>

As principais diferenças, por classe de ativos, são as seguintes:

*Custos de aquisição diferidos*

O valor destes ativos para efeitos de solvência é zero.

*Ativos intangíveis*

Para que estes ativos tenham valor no balanço para efeitos de solvência, deveriam ser suscetíveis de serem vendidos separadamente e, para além disso, seria necessário demonstrar que existe um mercado ativo onde se transacionam ativos intangíveis semelhantes. Visto que os ativos da Companhia considerados nesta classe não reúnem estas características, o seu valor para efeitos de solvência é zero.

*Ativos por impostos diferidos*

A diferença resulta da aplicação da taxa de imposto às perdas com diferenças temporárias tributáveis implícitas no balanço para efeitos de solvência, ou seja, após os ajustamentos com impacto negativo nos fundos próprios.

*Valores a receber de operações de seguro e mediadores*

A diferença relaciona-se com valores a receber por reembolsos de montantes pagos em sinistros. Este montante encontra-se considerado na melhor estimativa das provisões técnicas Não Vida, visto a sua avaliação, para efeitos de solvência, ter sido efetuada líquida destes valores a receber.

D.1.4. Recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais

A tabela seguinte apresenta os montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades instrumentais, por classe de negócio:

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida, excluindo seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	0	0	0	0
Vida, ligado a índices e a unidades de participação	0	0	0	0
Não-vida, excluindo seguros de acidentes e doença	2.274	5.654	-3.380	1.676
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida	0	0	0	0
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	107	102	5	74
<b>Total</b>	<b>2.381</b>	<b>5.756</b>	<b>-3.375</b>	<b>1.750</b>

Os recuperáveis de resseguro foram calculados seguindo metodologias consonantes com as usadas para a avaliação das provisões técnicas considerando-se o ajustamento para refletir a probabilidade de incumprimento do ressegurador.

Nos ramos Não Vida e Saúde NSLT, à exceção de despesas médicas, o valor das provisões contabilísticas foi assumido como o valor base que foi distribuído em *cash-flows* anuais futuros calculados com base no padrão de pagamentos futuro obtido para o seguro direto em cada uma das linhas de negócio.

Na componente de despesas médicas do ramo saúde NSLT, dado existir um tratado de cedência a 100%, à melhor estimativa do seguro direto foi aplicado o peso que o valor da provisão contabilística de resseguro cedido representa na provisão de seguro direto do ramo.

A componente da provisão para prémios dos ramos não vida e saúde NSLT foi calculada conforme descrito nos pontos D.2.1. e D.2.2..

A estes *cash-flows* foram aplicadas as estruturas de inflação esperada e de taxa juro referidas nos pontos D.2.3. e D.2.4..

---

## D.2. Provisões técnicas

A avaliação das provisões técnicas para efeitos de solvência e a sua comparação com aquela que é usada nas demonstrações financeiras, é apresentada neste relatório segmentada por:

- Não vida;
- Saúde:
  - NSLT (*Not Similar to Life Techniques*).

No quadro seguinte é apresentado um resumo dessa comparação, que se encontra detalhada nos subcapítulos seguintes:

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Não Vida	51.004	63.870	-12.866	48.134
Saúde – NSLT	100	120	-20	80
<b>Total</b>	<b>51.104</b>	<b>63.990</b>	<b>-12.886</b>	<b>48.214</b>

A avaliação das provisões técnicas resulta da aplicação de métodos estatísticos que têm associado um grau de incerteza resultante de fatores aleatórios que podem não estar ainda refletidos na informação base utilizada, designadamente, fatores de mercado, alterações legais e fatores políticos.

Refira-se, contudo, que o facto de a Companhia não utilizar simplificações no cálculo das provisões técnicas, reduz aquele grau de incerteza.

### D.2.1. Não Vida

A tabela seguinte apresenta o valor das provisões técnicas Não Vida por classe de negócio, incluindo o valor da melhor estimativa e da margem de risco:

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Melhor estimativa	Margem de Risco	Provisões Técnicas	Provisões Técnicas ano anterior
Seguro RC automóvel	42.863	1.321	44.184	41.603
Outros seguros de veículos motorizados	5.888	439	6.327	6.331
Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	0	0	0	0
Seguro incêndio e outros danos	1.187	29	1.216	1.028
Seguro RC geral	0	0	0	0
Seguro crédito e caução	0	0	0	0
Seguro proteção jurídica	-65	6	-59	-66
Assistência	-706	42	-664	-762
Perdas pecuniárias diversas	0	0	0	0
Resseguro não proporcional aceite	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>49.167</b>	<b>1.837</b>	<b>51.004</b>	<b>48.134</b>

As provisões técnicas Não Vida resultam da adição do valor da melhor estimativa das provisões para sinistros e para prémios e da margem de risco.

A melhor estimativa das provisões corresponde ao valor atual dos *cash-flows* futuros projetados relativos aos contratos de seguro, incluindo prémios, sinistros, comissões e despesas, descontados utilizando a curva de taxas de juro de referência (ver ponto D.2.4.).

Para projeção dos *cash-flows* futuros são aplicadas probabilidades de ocorrência de eventos baseadas na análise histórica dos mesmos na carteira da Companhia, nomeadamente de sinistros, descontinuidade, despesas e inflação.

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%.

Para efeitos desse método o capital corresponde ao requisito de capital de solvência dos Riscos de Subscrição Não Vida, Operacional e de Contraparte (na parte correspondente ao negócio Não Vida), alocado por linha de negócio.

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação das provisões técnicas Não Vida para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras:

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Provisões Técnicas	Demonstrações financeiras	Diferença
Seguro RC automóvel	44.184	50.320	-6.136
Outros seguros de veículos motorizados	6.327	9.247	-2.920
Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	0	0	0
Seguro incêndio e outros danos	1.216	1.578	-362
Seguro RC geral	0	0	0
Seguro crédito e caução	0	0	0
Seguro proteção jurídica	-59	233	-292
Assistência	-664	2.361	-3.025
Perdas pecuniárias diversas	0	0	0

Resseguro não proporcional aceite	0	0	0
Outras provisões técnicas	0	131	-131
<b>Total</b>	<b>51.004</b>	<b>63.870</b>	<b>-12.866</b>

As principais diferenças identificadas entre os montantes das provisões contabilísticas e as provisões calculadas com base em princípios económicos decorrem de:

- As provisões calculadas com base em princípios económicos incluem a estimativa de reembolsos associada, enquanto as provisões contabilísticas apresentadas são brutas de reembolsos, conforme já referido anteriormente no parágrafo designado por 'valores a receber de operações de seguro e mediadores' do ponto D.1.3..
- As provisões estatutárias refletem:
  - Provisões para prémios e para riscos em curso, cuja metodologia de cálculo diverge da metodologia aplicada para obtenção da provisão para prémios no âmbito de Solvência II;
  - A estimativa de montantes a pagar não descontados.

A rubrica "Outras provisões técnicas" apenas presente nas demonstrações financeiras corresponde a montantes afetos à provisão para desvios de sinistralidade.

#### D.2.2. Saúde – NSLT

A tabela seguinte apresenta o valor das provisões técnicas Saúde-NSLT por classe de negócio, incluindo o valor da melhor estimativa e da margem de risco:

Classe de Negócio	Melhor estimativa	Margem de Risco	Valores em milhares de euros	
			Provisões Técnicas	Provisões Técnicas ano anterior
Seguros despesas médicas	84	0	84	63
Seguros proteção de rendimentos	13	3	16	17
Seguros acidentes trabalho	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>97</b>	<b>3</b>	<b>100</b>	<b>80</b>

As provisões técnicas Saúde – NSLT resultam da adição do valor da melhor estimativa das provisões para sinistros e para prémios e da margem de risco.

A melhor estimativa das provisões corresponde ao valor atual dos *cash-flows* futuros projetados relativos aos contratos de seguro, incluindo prémios, sinistros, comissões e despesas, descontados utilizando a curva de taxas de juro de referência (ver ponto D.2.4).

Para projeção dos *cash-flows* futuros são aplicadas probabilidades de ocorrência de eventos baseadas na análise histórica dos mesmos na carteira da Companhia, nomeadamente de sinistros, descontinuidade, despesas e inflação.

A margem de risco é calculada usando a fórmula referida no n.º 1 do artigo 37.º do Regulamento Delegado (EU) 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014, ou seja, usando o método do custo de capital com uma taxa de 6%.

Para efeitos desse método o capital corresponde ao requisito de capital de solvência dos Riscos de Subscrição Saúde - NSLT, Operacional e de Contraparte (na parte correspondente ao negócio Saúde - NSLT), alocado por linha de negócio.

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação das provisões técnicas Saúde-NSLT para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras:

Valores em milhares de euros

Classe de Negócio	Provisões Técnicas	Demonstrações financeiras	Diferença
Seguros despesas médicas	84	102	-18
Seguros proteção de rendimentos	16	18	-2
Seguros acidentes trabalho	0	0	0
<b>Total</b>	<b>100</b>	<b>120</b>	<b>-20</b>

As principais diferenças identificadas entre os montantes das provisões contabilísticas e as provisões calculadas com base em princípios económicos decorrem de:

- As provisões calculadas com base em princípios económicos incluem a estimativa de reembolsos associada, enquanto as provisões contabilísticas apresentadas são brutas de reembolsos, conforme já referido anteriormente no parágrafo designado por 'valores a receber de operações de seguro e mediadores' do ponto D.1.3..
- As provisões estatutárias refletem a estimativa de montantes a pagar não descontados.

#### D.2.3. Taxa de inflação

Para o apuramento da melhor estimativa, é utilizado o índice de preços harmonizados, projetado a três anos, divulgado em dezembro de 2021 pelo Banco de Portugal.

Nas projeções da melhor estimativa, considerou-se 1,8% em 2022, 1,1% em 2023 e 1,3% nos anos subsequentes.

#### D.2.4. Taxas de juro de referência

Na avaliação das provisões técnicas, a Companhia utilizou as estruturas pertinentes das taxas de juro sem risco estabelecidas no Regulamento de Execução (UE) 2022/186 da Comissão, de 10 de fevereiro de 2022 sem o ajustamento de volatilidade.

### D.3. Outras responsabilidades

Na tabela seguinte é apresentada a comparação da avaliação de outros passivos para efeitos de solvência e a sua avaliação nas demonstrações financeiras:

Valores em milhares de euros

Passivo	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Passivos contingentes	0	0	0	0
Provisões que não provisões técnicas	120	120	0	119
Obrigações a título de prestações de pensão	2	2	0	2
Depósitos de resseguradores	287	287	0	110
Passivos por impostos diferidos	2.450	622	1.828	1.711
Derivados	11	11	0	0
Dívidas a instituições de crédito	0	0	0	0
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	125	125	0	417
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	1.413	1.413	0	1.479
Valores a pagar a título de operações de resseguro	125	125	0	262
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	1.290	1.290	0	1.098
Passivos subordinados	0	0	0	0
Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço	1.297	1.297	0	1.632
<b>Total</b>	<b>7.120</b>	<b>5.292</b>	<b>1.828</b>	<b>6.830</b>

As outras responsabilidades encontram-se avaliadas nas demonstrações financeiras, de uma forma genérica, ao justo valor.

A diferença, por classe de passivos, é a seguinte:

*Passivos por impostos diferidos*

A diferença resulta da aplicação da taxa de imposto aos ganhos com diferenças temporárias tributáveis implícitas no balanço para efeitos de solvência, ou seja, após os ajustamentos com impacto positivo nos fundos próprios.

### D.4. Métodos alternativos de avaliação

Conforme referido no ponto D.1.1. do presente relatório, a Companhia não efetua valorizações dos seus ativos a partir de modelos financeiros.

D.5. Eventuais informações adicionais

Sem informações adicionais.

# E. Gestão de Capital

**via directa**

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

Durante o período abrangido pelo presente relatório, não ocorreram alterações significativas relacionadas com os objetivos, as políticas e os processos adotados pela Companhia na gestão dos seus fundos próprios.

As variações ocorridas em 2021, quer nos fundos próprios da Companhia, quer no seu requisito de capital de solvência, encontram-se explicadas ao longo do presente capítulo.

## E.1. Fundos próprios

### E.1.1. Gestão dos fundos próprios

O novo regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora exige que as empresas de seguros possuam um sistema eficaz de gestão de riscos.

Neste sentido, a autoavaliação do risco e da solvência, normalmente identificada pelo acrónimo ORSA (*Own Risk and Solvency Assessment*), é considerada o elemento central deste sistema ao relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pela empresa de seguros.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico da Companhia (nunca inferior a 3 anos), assume, assim, um papel fundamental na Gestão da Capital da Companhia, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação de adequação de capital no período mais recente,;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

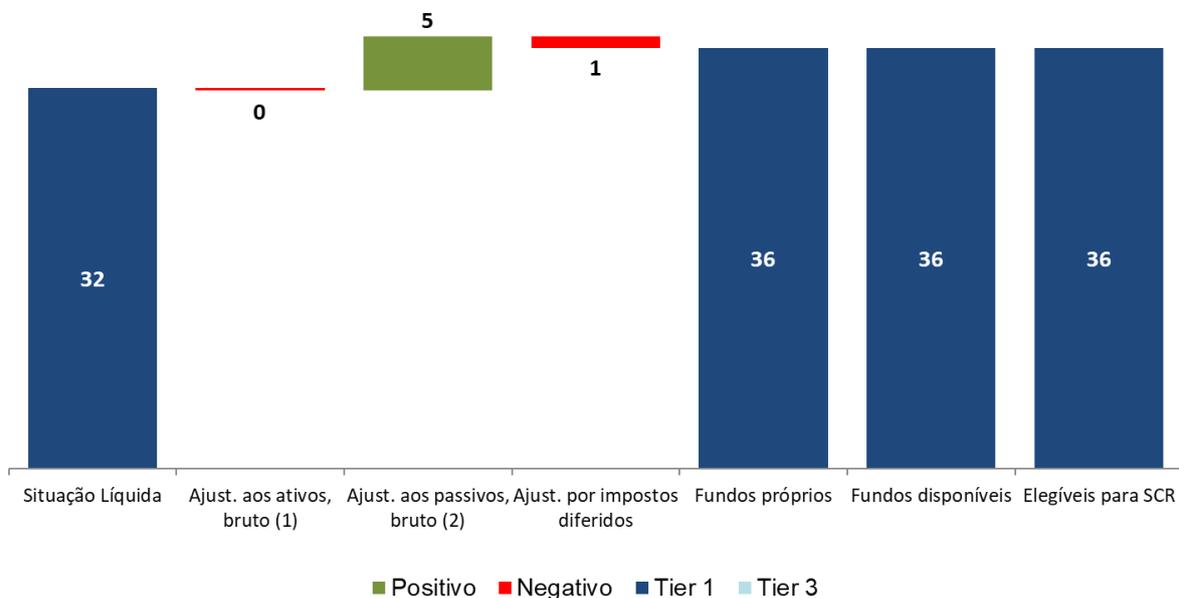
### E.1.2. Estrutura, montante e qualidade dos fundos próprios

Apresenta-se no quadro seguinte, a comparação dos capitais próprios, tal como constam nas demonstrações financeiras da Companhia, e o excesso do ativo sobre o passivo calculado para efeitos de solvência:

Valores em milhares de euros

	Solvência II	Demonstrações financeiras	Diferença	Solvência II ano anterior
Ativos	94.000	101.656	-7.656	84.696
Provisões Técnicas	51.104	63.990	-12.886	48.214
Outras responsabilidades	7.120	5.292	1.828	6.830
<b>Excedente do ativo sobre o passivo</b>	<b>35.776</b>	<b>32.374</b>	<b>3.402</b>	<b>29.652</b>

A diferença encontra-se justificada no gráfico seguinte em milhões de euros.



- (1) Impacto nos Fundos Próprios resultante da diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico dos ativos
- (2) Impacto nos Fundos Próprios resultante da diferença entre o justo valor mais a margem de risco e a medida transitória aplicável às provisões técnicas, e o valor contabilístico dos passivos (líquido de resseguro, custo de aquisição diferidos e reembolsos de montantes pagos em sinistros)

No quadro seguinte ponto, apresenta-se informação sobre a estrutura, montante e qualidade dos fundos próprios de base e dos fundos próprios complementares, em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

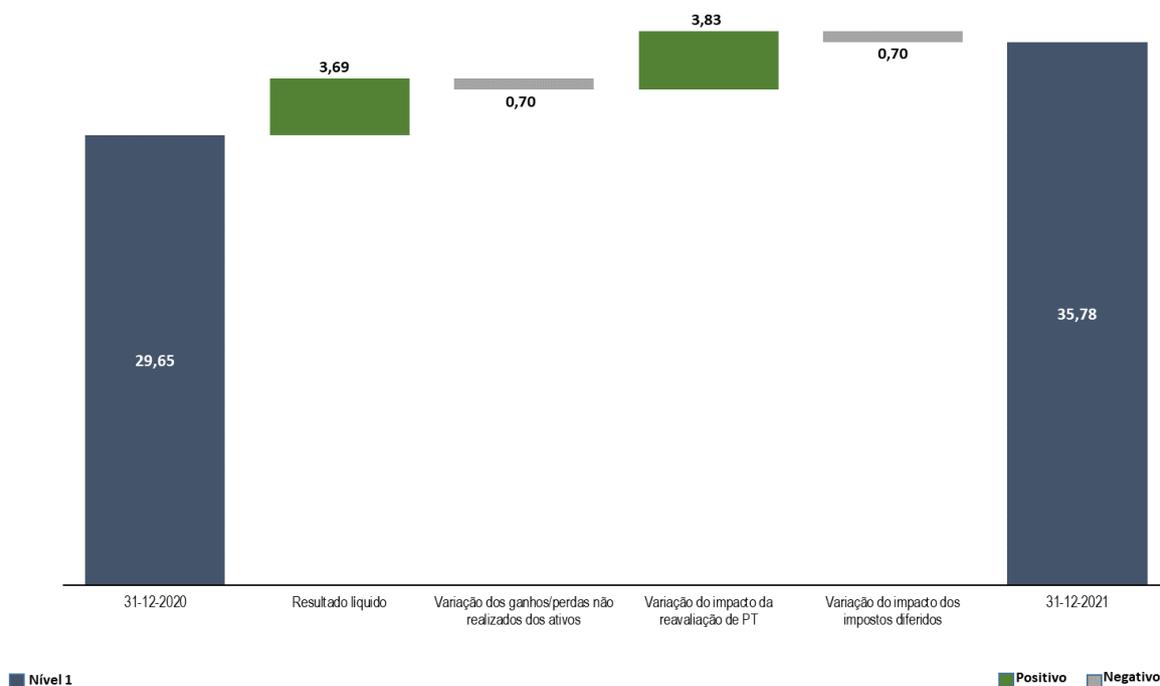
Valores em milhares de euros

Fundos Próprios - Estrutura		Montante	Nível	Montante ano anterior	Nível ano anterior
Fundos próprios de base	Capital em ações ordinárias (sem dedução das ações próprias)	23.000	1	23.000	1
	Conta de prémios de emissão relacionados com o capital em ações ordinárias	0		0	
	Fundos iniciais, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e sociedades sob a forma mútua	0		0	
	Contas subordinadas dos membros de mútuas	0		0	
	Fundos excedentários	0		0	
	Ações preferenciais	0		0	
	Conta de prémios de emissão relacionados com ações preferenciais	0		0	
	Reserva de reconciliação	12.776	1	6.652	1
	Passivos subordinados	0		0	
	Montante igual ao valor líquido dos ativos por impostos diferidos	0		0	
	Outros elementos dos fundos próprios aprovados pela autoridade de supervisão como fundos próprios de base, não especificados acima	0		0	
	Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II	0		0	
	Deduções por participações em instituições financeiras e instituições de crédito	0		0	
	<b>Total dos fundos próprios de base</b>	<b>35.776</b>		<b>29.652</b>	

Valores em milhares de euros

Fundos Próprios - Estrutura		Montante	Nível	Montante ano anterior	Nível ano anterior
Fundos próprios complementares	Capital não realizado e não mobilizado em ações ordinárias, mobilizáveis mediante pedido	0		0	
	Fundos iniciais não realizados e não mobilizados, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e as sociedades sob a forma mútua, mobilizáveis mediante pedido	0		0	
	Ações preferenciais não realizadas e não mobilizadas, mobilizáveis mediante pedido	0		0	
	Um compromisso juridicamente vinculativo de subscrição e pagamento dos passivos subordinados mediante pedido	0		0	
	Cartas de crédito e garantias nos termos do artigo 96.o, n. 2, da Diretiva 2009/138/CE	0		0	
	Cartas de crédito e garantias não abrangidas pelo artigo 96.o, n. 2, da Diretiva 2009/138/CE	0		0	
	Reforços de quotização dos membros nos termos do artigo 96.o, n. 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	0		0	
	Reforços de quotização dos membros — não abrangidos pelo artigo 96.o, n. 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	0		0	
	Outros fundos próprios complementares	0		0	
<b>Total dos fundos próprios complementares</b>		<b>0</b>		<b>0</b>	
<b>Total dos fundos próprios disponíveis</b>		<b>35.776</b>		<b>29.652</b>	
Ações próprias (detidas direta e indiretamente)		0		0	
<b>Excedente do ativo sobre o passivo</b>		<b>35.776</b>		<b>29.652</b>	

O gráfico seguinte apresenta em milhões de euros, as principais alterações nos fundos próprios disponíveis da Companhia durante o período abrangido pelo presente relatório:



Os montantes disponíveis e elegíveis dos fundos próprios para satisfazer o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito mínimo de capital (MCR), classificados por níveis, relativos a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, encontram-se no quadro seguinte.

Valores em milhares de euros

	Fundos próprios disponíveis para satisfazer				Fundos próprios elegíveis para satisfazer			
	SCR	SCR ano anterior	MCR	MCR ano anterior	SCR	SCR ano anterior	MCR	MCR ano anterior
Nível 1	35.776	29.652	35.776	29.652	35.776	29.652	35.776	29.652
Nível 2	0	0	0	0	0	0	0	0
Nível 3	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>35.776</b>	<b>29.652</b>	<b>35.776</b>	<b>29.652</b>	<b>35.776</b>	<b>29.652</b>	<b>35.776</b>	<b>29.652</b>

Não foi identificada qualquer restrição que afete a disponibilidade e a transferibilidade dos fundos próprios na empresa.

## E.2. Requisito de capital de solvência e requisito de capital mínimo

Para o cálculo do requisito de capital de solvência, a Companhia aplica a fórmula-padrão prevista nos artigos 119.º a 129.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, não utilizando cálculos simplificados nem parâmetros específicos da empresa.

O cálculo do requisito de capital mínimo foi efetuado de acordo com o previsto no artigo 147.º daquele Regime.

Apresenta-se, de seguida, informação sobre o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR), bem como o respetivo rácio de cobertura, relativos a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

Valores em milhares de euros

	Requisitos de Capital	Requisitos de Capital ano anterior	Rácio de Cobertura	Rácio de Cobertura ano anterior
SCR	18.116	18.318	197,48%	161,87%
MCR	8.152	8.243	438,83%	359,71%

No quadro seguinte apresenta-se a decomposição do SCR em grandes componentes, com referência 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, focando, nomeadamente, a composição do BSCR e os ajustamentos para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas e dos impostos diferidos.

Valores em milhares de euros

	Decomposição do SCR	Decomposição do SCR ano anterior
Risco de mercado	3.978	3.104
Risco de incumprimento pela contraparte	2.533	2.861
Risco específico dos seguros de vida	0	0
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	50	27
Risco específico dos seguros não-vida	15.627	15.059
Diversificação	-3.686	-3.287
Risco de ativos intangíveis	0	0
<b>Requisito de Capital de Solvência de Base</b>	<b>18.502</b>	<b>17.764</b>

Risco operacional	1.745	1.715
Capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas	0	0
Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos	-2.131	-1.161
<b>Requisito de Capital de Solvência</b>	<b>18.116</b>	<b>18.318</b>

As informações relativas às principais alterações ao requisito de capital de solvência no período abrangido pelo presente relatório, bem como os motivos dessas alterações, encontram-se incluídas no Capítulo C.

---

### E.3. Utilização do submódulo de risco acionista baseado na duração para calcular o requisito de capital de solvência

A Companhia não utiliza o submódulo de risco acionista baseado na duração, previsto no n.º 5 do artigo 125.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

---

### E.4. Diferenças entre a fórmula-padrão e qualquer modelo interno utilizado

Conforme referido, a Companhia utiliza a fórmula-padrão, não aplicando qualquer modelo interno.

---

### E.5. Incumprimento do requisito de capital mínimo e incumprimento do requisito de capital de solvência

Não ocorreu qualquer incumprimento do requisito de capital mínimo e do requisito de capital de solvência durante o período abrangido pelo presente relatório.

---

### E.6. Informações relativas aos impostos diferidos

A Companhia reconhece no seu balanço em 2021 o montante de 1.007.467 euros relativo a ativos por impostos diferidos.

Este montante corresponde na sua totalidade a ativos por impostos diferidos reconhecidos com base na existência de diferenças temporárias dedutíveis. A Companhia não reconheceu ativos por impostos diferidos passíveis de serem utilizados em função dos prováveis lucros tributáveis futuros.

Não existem elementos dos fundos próprios de base disponíveis referentes a ativos líquidos por impostos diferidos.

## E.7. Eventuais informações adicionais

### E.7.1. Medida transitória sobre o risco acionista

A Companhia não aplicou o regime transitório aplicável ao risco acionista previsto nos números 2 e 3 do artigo 20.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

### E.7.2. Contratos de futuros, *Forward* e *Swaps*

O cálculo dos requisitos de capital do submódulo de risco cambial incorpora o efeito da cobertura da exposição cambial dos ativos em carteira denominados em dólar americano (USD), através do recurso a contratos de *forward* cambiais.

A exposição às contrapartes com as quais a cobertura referida acima é efetuada também é tida em conta no módulo de risco de incumprimento pela contraparte.

### E.7.3. Informações suplementares facultativas

A Companhia encontra-se a monitorizar o impacto da evolução do conflito na Ucrânia nos seus rácios de solvência, mantendo uma posição confortável acima do Requisito de Capital de Solvência. Não obstante este facto, a Companhia continuará a manter a atenção contínua sobre a situação e avaliará e reagirá ativamente aos seus impactos no rácio de solvência.

# Anexos

**via directa**

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.

## Anexo - Informação quantitativa\*

---

\* Valores apresentados em milhares de euros

S.02.01.02  
Balanço

Valor  
Solvência II  
C0010

ATIVOS		
Goodwill	R0010	
Custos de aquisição diferidos	R0020	
Ativos intangíveis	R0030	0
Ativos por impostos diferidos	R0040	1.007
Excedente de prestações de pensão	R0050	0
Imóveis, instalações e equipamento para uso próprio	R0060	148
Investimentos (que não ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação)	R0070	80.645
Imóveis (que não para uso próprio)	R0080	0
Interesses em empresas relacionadas, incluindo participações	R0090	4
Títulos de fundos próprios	R0100	1.896
Ações — cotadas em bolsa	R0110	1.896
Ações — não cotadas em bolsa	R0120	0
Obrigações	R0130	75.695
Obrigações de dívida pública	R0140	46.795
Obrigações de empresas	R0150	28.900
Títulos de dívida estruturados	R0160	0
Títulos de dívida garantidos com colateral	R0170	0
Organismos de investimento coletivo	R0180	3.051
Derivados	R0190	0
Depósitos que não equivalentes a numerário	R0200	0
Outros investimentos	R0210	0
Ativos detidos no quadro de contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0220	0
Empréstimos e hipotecas	R0230	0
Empréstimos sobre apólices de seguro	R0240	0
Empréstimos e hipotecas a particulares	R0250	0
Outros empréstimos e hipotecas	R0260	0
Montantes recuperáveis de contratos de resseguro dos ramos:	R0270	2.381
Não-vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	R0280	2.381
Não-vida, excluindo seguros de acidentes e doença	R0290	2.274
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida	R0300	107
Vida e acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida, excluindo seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0310	0
Acidentes e doença com bases técnicas semelhantes às do ramo vida	R0320	0
Vida, excluindo seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0330	0
Vida, ligado a índices e a unidades de participação	R0340	0
Depósitos em cedentes	R0350	0
Valores a receber de operações de seguro e mediadores	R0360	316
Valores a receber a título de operações de resseguro	R0370	363
Valores a receber (de operações comerciais, não de seguro)	R0380	429
Ações próprias (detidas diretamente)	R0390	0
Montantes devidos a título de elementos dos fundos próprios ou dos fundos iniciais mobilizados mas ainda não realizados	R0400	0
Caixa e equivalentes de caixa	R0410	8.679
Quaisquer outros ativos, não incluídos noutros elementos do balanço	R0420	33
<b>ATIVOS TOTAIS</b>	<b>R0500</b>	<b>94.000</b>

S.02.01.02  
Balanço

Valor  
Solvência II  
C0010

PASSIVOS		
Provisões técnicas — não-vida	R0510	51.104
Provisões técnicas — não-vida (excluindo acidentes e doença)	R0520	51.004
PT calculadas no seu todo	R0530	0
Melhor Estimativa	R0540	49.167
Margem de risco	R0550	1.837
Provisões técnicas — acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo não-vida)	R0560	100
PT calculadas no seu todo	R0570	0
Melhor Estimativa	R0580	97
Margem de risco	R0590	3
Provisões técnicas — vida (excluindo os seguros ligados a índices e a unidades de participação)	R0600	0
Provisões técnicas — acidentes e doença (com bases técnicas semelhantes às do ramo vida)	R0610	0
PT calculadas no seu todo	R0620	0
Melhor Estimativa	R0630	0
Margem de risco	R0640	0
Provisões técnicas — vida (excluindo os seguros de acidentes e doença e contratos ligados a índices e a unidades de participação)	R0650	0
PT calculadas no seu todo	R0660	0
Melhor Estimativa	R0670	0
Margem de risco	R0680	0
Provisões técnicas — contratos ligados a índices e a unidades de participação	R0690	0
PT calculadas no seu todo	R0700	0
Melhor Estimativa	R0710	0
Margem de risco	R0720	0
Outras provisões técnicas	R0730	
Passivos contingentes	R0740	0
Provisões que não provisões técnicas	R0750	119
Obrigações a título de prestações de pensão	R0760	2
Depósitos de resseguradores	R0770	287
Passivos por impostos diferidos	R0780	2.450
Derivados	R0790	11
Dívidas a instituições de crédito	R0800	0
Passivos financeiros que não sejam dívidas a instituições de crédito	R0810	125
Valores a pagar de operações de seguro e mediadores	R0820	1.413
Valores a pagar a título de operações de resseguro	R0830	125
Valores a pagar (de operações comerciais, não de seguro)	R0840	1.290
Passivos subordinados	R0850	0
Passivos subordinados não classificados nos fundos próprios de base (FPB)	R0860	0
Passivos subordinados classificados nos fundos próprios de base (FPB)	R0870	0
Quaisquer outros passivos não incluídos noutros elementos do balanço	R0880	1.297
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<b>R0900</b>	<b>58.225</b>
<b>EXCEDENTE DO ATIVO SOBRE O PASSIVO</b>	<b>R1000</b>	<b>35.776</b>

S.05.01.02

Prémios, sinistros e despesas por classe de negócio

	Classe de negócio: responsabilidades de seguro e de resseguro não-vida (atividade direta e resseguro proporcional aceite)											Classe de negócio: resseguro não proporcional aceite				Total	
	Seguro despesas médicas	Seguro proteção de rendimentos	Seguro acidentes de trabalho	Seguro RC automóvel	Outros seguros de veículos motorizados	Seguro marítimo, de aviação e dos transportes	Seguro Incêndio e outros danos	Seguro RC geral	Seguro crédito e caução	Seguro proteção jurídica	Assistência	Perdas pecuniárias diversas	Acidentes e doença	Acidentes	Marítimo, aviação, transporte		Imobiliário
	C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130	C0140	C0150	C0160	C0200
<b>Prémios emitidos</b>																	
Valor bruto - Atividade direta	R0110	484	37	31.601	16.722		2.017			663	6.806						58.330
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	R0120																
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite	R0130												0	0	0	0	
<b>Parte dos resseguradores</b>	R0140	484	5	651	349		923			429	5.013						7.854
<b>Líquido</b>	R0200		32	30.950	16.373		1.094			234	1.793						50.477
<b>Prémios adquiridos</b>																	
Valor bruto - Atividade direta	R0210	488	36	31.590	16.651		1.953			661	6.787						58.166
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	R0220																
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite	R0230												0	0	0	0	
<b>Parte dos resseguradores</b>	R0240	488	5	651	349		923			429	5.013						7.858
<b>Líquido</b>	R0300		31	30.939	16.302		1.030			232	1.774						50.308
<b>Sinistros ocorridos</b>																	
Valor bruto - Atividade direta	R0310	327	4	29.410	8.083		1.440										39.264
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	R0320																
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite	R0330												0	0	0	0	
<b>Parte dos resseguradores</b>	R0340	327		952			553										1.831
<b>Líquido</b>	R0400		4	28.459	8.083		887										37.433
<b>Alterações noutras provisões técnicas</b>																	
Valor bruto - Atividade direta	R0410						93										93
Valor bruto — Resseguro proporcional aceite	R0420																
Valor bruto — Resseguro não proporcional aceite	R0430												0	0	0	0	
Parte dos resseguradores	R0440																
Líquido	R0500						93										93
<b>Despesas efetuadas</b>	R0550	-57	7	6.140	2.990		321			-71	816						10.146
<b>Outras despesas</b>	R1200																57
<b>Despesas totais</b>	R1300																10.203

S.17.01.02

Provisões Técnicas Não-Vida

	Seguro direto e resseguro proporcional aceite												Resseguro não proporcional aceite				Responsabilidades Totais Não-Vida	
	Seguro despesas médicas	Seguro proteção de rendimentos	Seguro acidentes de trabalho	Seguro RC automóvel	Outros seguros de veículos motorizados	Seguro marítimo, da aviação e dos transportes	Seguro Incêndio e outros danos	Seguro RC geral	Seguro crédito e caução	Seguro proteção jurídica	Assistência	Perdas pecuniárias diversas	Resseguro de acidentes e doença não proporcional	Resseguro de acidentes não proporcional	Resseguro não proporcional marítimo, da aviação e dos transportes	Resseguro de danos patrimoniais não proporcional		
	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110	C0120	C0130	C0140	C0150	C0160	C0170	C0180	
<b>Provisões técnicas calculadas como um todo</b>	R0010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total dos Montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte associados às provisões técnicas calculadas no seu todo	R0050	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Provisões técnicas calculadas como a soma da ME e da MR</b>																		
<b>Melhor Estimativa</b>																		
<b>Provisões para prémios</b>																		
Valor bruto	R0060	-14	7	0	12.182	4.316	0	628	0	0	-65	-706	0	0	0	0	0	16.349
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	R0140	11	0	0	0	0	0	0	0	0	-268	-3.262	0	0	0	0	0	-3.520
Valor líquido da melhor estimativa das provisões para prémios	R0150	-25	7	0	12.182	4.316	0	628	0	0	204	2.556	0	0	0	0	0	19.869
<b>Provisões para sinistros</b>																		
Valor bruto	R0160	98	5	0	30.680	1.572	0	559	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32.914
Total do Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte	R0240	96	0	0	5.567	0	0	237	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.900
Valor líquido da melhor estimativa das provisões para sinistros	R0250	2	5	0	25.113	1.572	0	322	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27.014
<b>Melhor estimativa total — valor bruto</b>	R0260	84	12	0	42.862	5.888	0	1.187	0	0	-65	-706	0	0	0	0	0	49.264
<b>Melhor estimativa total — valor líquido</b>	R0270	-23	12	0	37.295	5.888	0	950	0	0	204	2.556	0	0	0	0	0	46.883
<b>Margem de Risco</b>	R0280	0	3	0	1.321	439	0	29	0	0	6	42	0	0	0	0	0	1.841
<b>Montante das medidas transitórias nas provisões técnicas</b>																		
Provisões técnicas calculadas como um todo	R0290	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Melhor estimativa	R0300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Margem de Risco	R0310	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>PROVISÕES TÉCNICAS - TOTAL</b>																		
Provisões técnicas - Total	R0320	84	16	0	44.184	6.327	0	1.216	0	0	-59	-664	0	0	0	0	0	51.104
Montante recuperável de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito após o ajustamento para perdas esperadas por incumprimento da contraparte — total	R0330	107	0	0	5.567	0	0	237	0	0	-268	-3.262	0	0	0	0	0	2.381
Provisões técnicas menos montantes recuperáveis de contratos de resseguro/EOET e Resseguro Finito — total	R0340	-23	16	0	38.617	6.327	0	979	0	0	210	2.598	0	0	0	0	0	48.724

S.19.01.21

Sinistros de seguros não-vida

Total do negócio não-vida

Ano do acidente/Ano de subscrição

Z0020 1

Valor Bruto dos Sinistros Pagos (não cumulativo)  
(montante absoluto)

Exercício	Ano de desenvolvimento											Exercício em curso	Soma dos exercícios (cumulativo)		
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 & +			C0170	C0180
	C0010	C0020	C0030	C0040	C0050	C0060	C0070	C0080	C0090	C0100	C0110				
<b>Anteriores</b>															
<b>R0100</b>												338			
<b>N-9</b>	R0160	19.593	6.131	1.207	778	623	429	86	105	62	0	0	R0100	338	125.631
<b>N-8</b>	R0170	20.768	6.154	937	1.066	520	184	228	191	43	0	0	R0160	0	29.015
<b>N-7</b>	R0180	22.552	6.283	909	583	269	420	215	183	0	0	0	R0170	43	30.092
<b>N-6</b>	R0190	23.576	7.195	1.710	610	554	328	191	0	0	0	0	R0180	183	31.415
<b>N-5</b>	R0200	25.027	6.903	1.441	982	650	1.247	0	0	0	0	0	R0190	191	34.165
<b>N-4</b>	R0210	24.825	9.500	2.068	1.215	380	0	0	0	0	0	0	R0200	1.247	36.251
<b>N-3</b>	R0220	26.815	9.297	1.744	1.136	0	0	0	0	0	0	0	R0210	380	37.987
<b>N-2</b>	R0230	27.802	10.459	2.326	0	0	0	0	0	0	0	0	R0220	1.136	38.992
<b>N-1</b>	R0240	22.989	7.092	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R0230	2.326	40.587
<b>N</b>	R0250	23.792	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R0240	7.092	30.081
													R0250	23.792	23.792
<b>Total</b>	<b>R0260</b>											<b>36.728</b>	<b>458.008</b>		

Valor bruto não descontado da melhor estimativa das provisões para sinistros

Exercício	Ano de desenvolvimento											Final do exercício (dados descontados)		
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10 & +		C0360	
	C0200	C0210	C0220	C0230	C0240	C0250	C0260	C0270	C0280	C0290	C0300			
<b>Anteriores</b>														
<b>R0100</b>												351		
<b>N-9</b>	R0160	0	0	0	0	502	684	702	641	692	809	0	R0100	352
<b>N-8</b>	R0170	0	0	0	799	579	484	249	222	94	0	0	R0160	813
<b>N-7</b>	R0180	0	0	1.494	1.503	1.168	1.013	957	755	0	0	0	R0170	95
<b>N-6</b>	R0190	0	3.331	2.339	1.568	1.182	747	825	0	0	0	0	R0180	760
<b>N-5</b>	R0200	12.779	4.196	2.415	2.631	2.012	877	0	0	0	0	0	R0190	830
<b>N-4</b>	R0210	10.305	4.345	3.137	4.027	4.364	0	0	0	0	0	0	R0200	882
<b>N-3</b>	R0220	12.283	4.866	3.699	3.192	0	0	0	0	0	0	0	R0210	4.385
<b>N-2</b>	R0230	12.761	6.002	3.378	0	0	0	0	0	0	0	0	R0220	3.208
<b>N-1</b>	R0240	11.365	4.730	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R0230	3.394
<b>N</b>	R0250	13.215	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	R0240	4.752
													R0250	13.265
<b>Total</b>	<b>R0260</b>											<b>32.734</b>		

S.23.01.01

Fundos próprios

		Total	Nível 1 - sem restrições	Nível 1 - com restrições	Nível 2	Nível 3
		C0010	C0020	C0030	C0040	C0050
<b>Fundos próprios de base antes da dedução por participações noutros setores financeiros como previsto no artigo 68.o do Regulamento Delegado 2015/35</b>						
Capital em ações ordinárias (sem dedução das ações próprias)	R0010	23.000	23.000		0	
Conta de prémios de emissão relacionados com o capital em ações ordinárias	R0030	0	0		0	
Fundos iniciais, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e sociedades sob a forma mútua	R0040	0	0		0	
Contas subordinadas dos membros de mútuas	R0050	0		0	0	0
Fundos excedentários	R0070	0	0			
Ações preferenciais	R0090	0		0	0	0
Conta de prémios de emissão relacionados com ações preferenciais	R0110	0		0	0	0
Reserva de reconciliação	R0130	12.776	12.776			
Passivos subordinados	R0140	0		0	0	0
Montante igual ao valor líquido dos ativos por impostos diferidos	R0160	0		0		0
Outros elementos dos fundos próprios aprovados pela autoridade de supervisão como fundos próprios de base, não especificados acima	R0180	0	0	0	0	0
<b>Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II</b>						
Fundos próprios das demonstrações financeiras que não devem ser consideradas na reserva de reconciliação e não cumprem os critérios para serem classificados como fundos próprios nos termos da Solvência II	R0220	0				
<b>Deduções</b>						
Deduções por participações em instituições financeiras e instituições de crédito	R0230	0	0	0	0	0
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE APÓS DEDUÇÕES</b>	<b>R0290</b>	<b>35.776</b>	<b>35.776</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Fundos próprios complementares</b>						
Capital não realizado e não mobilizado em ações ordinárias, mobilizáveis mediante pedido	R0300	0			0	
Fundos iniciais não realizados e não mobilizados, contribuições dos membros ou elemento dos fundos próprios de base equivalente para as mútuas e as sociedades sob a forma mútua, mobilizáveis mediante pedido	R0310	0			0	
Ações preferenciais não realizadas e não mobilizadas, mobilizáveis mediante pedido	R0320	0			0	0
Um compromisso juridicamente vinculativo de subscrição e pagamento dos passivos subordinados mediante pedido	R0330	0			0	0
Cartas de crédito e garantias nos termos do artigo 96.o, n.o 2, da Diretiva 2009/138/CE	R0340	0			0	
Cartas de crédito e garantias não abrangidas pelo artigo 96.o, n.o 2, da Diretiva 2009/138/CE	R0350	0			0	0
Reforços de quotização dos membros nos termos do artigo 96.o, n.o 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	R0360	0			0	
Reforços de quotização dos membros — não abrangidos pelo artigo 96.o, n.o 3, primeiro parágrafo, da Diretiva 2009/138/CE	R0370	0			0	0
Outros fundos próprios complementares	R0390	0			0	0

S.23.01.01  
Fundos próprios

		Total	Nível 1 - sem restrições	Nível 1 - com restrições	Nível 2	Nível 3
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES</b>	R0400	0	0	0	0	0
<b>Fundos próprios disponíveis e elegíveis</b>						
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCS	R0500	35.776	35.776	0	0	0
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCM	R0510	35.776	35.776	0	0	0
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCS	R0540	35.776	35.776	0	0	0
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCM	R0550	35.776	35.776	0	0	0
<b>RCS</b>	R0580	18.116				
<b>RCM</b>	R0600	8.152				
<b>Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCS</b>	R0620	197,48%				
<b>Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCM</b>	R0640	438,83%				
		<b>C0060</b>				
<b>Reserva de reconciliação</b>						
Excedente do ativo sobre o passivo	R0700	35.776				
Ações próprias (detidas direta e indiretamente)	R0710	0				
Dividendos previsíveis, distribuições e encargos	R0720	0				
Outros elementos dos fundos próprios de base	R0730	23.000				
Ajustamentos para elementos dos fundos próprios com restrições em relação com carteiras de ajustamento de congruência e fundos circunscritos para fins específicos	R0740	0				
Reserva de reconciliação	R0760	12.776				
<b>Lucros Esperados</b>						
Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP) — Ramo vida	R0770	0				
Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP) — Ramo não-vida	R0780	0				
<b>Total dos Lucros Esperados incluídos nos prémios futuros (EPIFP)</b>	R0790	0				

S.25.01.21

Requisito de Capital de Solvência — para as empresas que utilizam a fórmula-padrão

		Requisito de capital de solvência bruto	Parâmetro Específico da Empresa (PEE)	Simplificações
		C0110	C0090	C0120
Risco de mercado	R0010	3.978		0
Risco de incumprimento pela contraparte	R0020	2.533		0
Risco específico dos seguros de vida	R0030	0	0	0
Risco específico dos seguros de acidentes e doença	R0040	50	0	0
Risco específico dos seguros não-vida	R0050	15.627	0	0
Diversificação	R0060	-3.686		0
Risco de ativos intangíveis	R0070	0		0
<b>Requisito de Capital de Solvência de Base</b>	<b>R0100</b>	<b>18.502</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Cálculo do Requisito de Capital de Solvência

		C0100	
Risco operacional	R0130	1.745	
Capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas	R0140	0	
Capacidade de absorção de perdas dos impostos diferidos	R0150	-2.130	
Requisito de capital para atividades exercidas nos termos do artigo 4.º da Diretiva 2003/41/CE	R0160	0	
<b>Requisito de capital de solvência excluindo acréscimos de capital</b>	<b>R0200</b>	<b>18.116</b>	
Acréscimos de capital já decididos	R0210	0	
<b>REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA</b>	<b>R0220</b>	<b>18.116</b>	
<b>Outras informações sobre o RCS</b>			
Requisito de capital para o submódulo de risco acionista baseado na duração	R0400	0	
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para a parte remanescente	R0410	0	
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para os fundos circunscritos para fins específicos	R0420	0	
Montante total do Requisito de Capital de Solvência Nocial para as carteiras de ajustamento de congruência	R0430	0	
Efeitos de diversificação devidos à agregação RCSI dos FCFE para efeitos do artigo 304.º	R0440	0	
Abordagem à taxa de imposto		0	Sim/Não
			C0109
Abordagem relativamente à taxa de imposto	R0590	2	
		0	
Abordagem baseada na taxa média de imposto		0	LAC DT
			C0130
LAC DT	R0640	-2.130	
LAC DT justificada pela reversão de passivos por impostos diferidos	R0650	-1.861	
LAC DT justificada por referência aos prováveis lucros económicos tributáveis futuros	R0660	-269	
LAC DT justificada pelo reporte para exercícios anteriores, ano em curso	R0670	0	
LAC DT justificada pelo reporte para exercícios anteriores, anos futuros	R0680	0	
LAC DT máxima	R0690	-4.556	



Anexo - Certificação pelo Atuário Responsável

**VIA DIRECTA - COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.**

**RELATÓRIO**

**CERTIFICAÇÃO SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA E DA  
INFORMAÇÃO A PRESTAR À ASF PARA EFEITOS DE SUPERVISÃO**

**SITUAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO 2021**

Lisboa, 6 de abril de 2022

## Índice

1. Introdução.....	3
2. Âmbito.....	5
3. Responsabilidades .....	7
4. Opinião.....	8

## 1. Introdução

A elaboração deste relatório foi feita na qualidade de Atuário-Responsável certificado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e tendo em vista fornecer uma opinião independente sobre a solvência e a situação financeira da companhia Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. a 31 de dezembro de 2021.

Nos quadros seguintes resumimos os principais resultados da certificação efetuada:

### *Provisões Técnicas*

#### **Vida**

Melhor Estimativa	-
Margem de Risco	-
<b>Total</b>	<b>-</b>

#### **Não Vida**

Melhor Estimativa	49.166.994
Margem de Risco	1.837.400
<b>Total</b>	<b>51.004.394</b>

#### **Saúde STV**

Melhor Estimativa	-
Margem de Risco	-
<b>Total</b>	<b>-</b>

#### **Saúde NSTV**

Melhor Estimativa	96.614
Margem de Risco	3.471
<b>Total</b>	<b>100.085</b>

<b>Total Provisões Técnicas</b>	<b>51.104.479</b>
---------------------------------	-------------------

U: Euros

*Montantes Recuperáveis*

<b>Vida</b>	-
<b>Não Vida</b>	2.273.774
<b>Saúde STV</b>	-
<b>Saúde NSTV</b>	106.838
<b>Total Montantes Recuperáveis</b>	<b>2.380.612</b>

U: Euros

*Benefícios Discricionários Futuros*

<b>Benefícios Discricionários Futuros</b>	-
---	---

U: Euros

*Riscos Específicos de Seguros*

	<b>Requisito de Capital Líquido</b>	<b>Requisito de Capital Bruto</b>
Riscos Específicos de Seguros de Vida	-	-
Riscos Específicos de Seguros Não Vida	15.627.315	15.627.315
Riscos Específicos de Seguros de Acidentes e Doença	50.011	50.011
Ajustamento de Perdas das Provisões Técnicas	-	

U: Euros

Usando a informação da empresa concluímos ainda:

*Total dos fundos próprios*

Requisito de Capital para a Solvência (RCS)	18.116.469
Requisito de Capital Mínimo para a Solvência (RCM)	8.152.411
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCS	197%
Rácio de fundos próprios elegíveis para o RCM	439%
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCS	35.775.599
Fundos próprios totais disponíveis para satisfazer o RCM	35.775.599
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCS	35.775.599
Fundos próprios totais elegíveis para satisfazer o RCM	35.775.599

U: Euros

## 2. Âmbito

O presente relatório apresenta-se como a certificação do relatório sobre a solvência e a situação financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, prevista na Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

Este relatório encontra-se elaborado em consonância com a estrutura apresentada no Anexo II da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

É função do atuário responsável certificar a adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguro e das componentes do requisito de capital relacionadas com esses itens.

Os elementos a certificar pelo atuário responsável são definidos em norma regulamentar da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), a qual também deve fixar o conteúdo, os termos, a periodicidade, os princípios e os moldes de apresentação do relatório de certificação, bem como os termos e meios de reporte e publicação, conforme habilitação regulamentar conferida pelos n.ºs 1 e 3 e alíneas a) a c) do n.º 11 do citado artigo 77.º.

A certificação abrange a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo dos seguintes elementos:

- a) Das provisões técnicas, incluindo a aplicação do ajustamento de volatilidade, de ajustamentos de congruência e dos regimes transitórios previstos nos artigos 24.º e 25.º da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro;
- b) Dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro e de entidades com objeto específico de titularização de riscos de seguros;
- c) Dos módulos de risco específico de seguros de vida, de risco específico de seguros não vida, de risco específico de seguros de acidentes e doença e do ajustamento para a capacidade de absorção de perdas das provisões técnicas do requisito de capital de solvência, divulgados no relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Este relatório só pode ser analisado no seu conjunto e no contexto e propósito com que foi elaborado, não podendo as suas conclusões ser utilizadas com outros objetivos e/ou em qualquer outro âmbito.

Convém ter presente que os resultados da aplicação de métodos estatísticos têm sempre um grau de incerteza implícito fruto de fatores aleatórios, mudanças estruturais ainda não refletidas no sistema de informação da Companhia e porventura no mercado, bem como de alterações legais, judiciais e políticas que possam ter reflexo nos modelos aplicados.

### 3. Responsabilidades

O presente encontra-se elaborado em conformidade com o disposto na Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março.

É responsabilidade do órgão de administração da entidade a aprovação do relatório sobre a solvência e a situação financeira.

É responsabilidade do atuário responsável a emissão de uma opinião de índole atuarial, independente, sobre os elementos referidos no número anterior.

Na data em que esta declaração é feita ainda não temos a informação do auditor externo sobre as conclusões a que chegou sobre os riscos que são da sua responsabilidade certificar. As nossas conclusões já foram enviadas aos auditores externos.

#### 4. Opinião

Consideram-se adequados, de acordo com as disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis, os cálculos das provisões técnicas, dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, os cálculos dos riscos específicos de seguros e das componentes do requisito de capital de solvência relacionadas com esses itens.

Lisboa, 6 de abril de 2022

Actuarial - Consultadoria Lda.



Luís Portugal  
Sócio-Director

Anexo - Certificação pelo Revisor Oficial de Contas

## **Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/ 2017-R, de 24 de março, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões**

Ao Conselho de Administração da  
Via Directa – Companhia de Seguros, S.A.

### **Introdução**

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da Norma Regulamentar n.º 2/2017-R, de 24 de março (“Norma Regulamentar”), da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”), analisámos o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira (“Relatório”), previsto na alínea a) do artigo 26.º da Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto (incluindo alterações subsequentes), incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório (“Informação quantitativa”), conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015 da Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. (“Companhia”), com referência a 31 de dezembro de 2021.

O nosso relatório compreende o relato das seguintes matérias:

- A. Relato sobre os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e sobre a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e sobre o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo;
- B. Relato sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação; e
- C. Relato sobre a restante informação divulgada no Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira e na Informação quantitativa conjuntamente divulgada.

### **A. RELATO SOBRE OS AJUSTAMENTOS ENTRE A DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA ESTATUTÁRIA E A CONSTANTE DO BALANÇO PARA EFEITOS DE SOLVÊNCIA E SOBRE A CLASSIFICAÇÃO, DISPONIBILIDADE E ELEGIBILIDADE DOS FUNDOS PRÓPRIOS E SOBRE O CÁLCULO DO REQUISITO DE CAPITAL DE SOLVÊNCIA E DO REQUISITO DE CAPITAL MÍNIMO**

#### **Responsabilidades do órgão de gestão**

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia o cálculo dos ajustamentos entre a respetiva demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência e a classificação e avaliação da disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo submetido à ASF, em conformidade com o Regulamento Delegado (EU) n.º 2015/35, da Comissão, de 10 de outubro de 2014, que completa a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício (“Regulamento”).

#### **Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas**

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia razoável de fiabilidade, sobre se os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

De acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da Norma Regulamentar, não é da nossa responsabilidade a verificação da adequação às disposições legais, regulamentares e técnicas aplicáveis do cálculo (i) dos elementos incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável da Companhia, definido no artigo 7.º da mesma Norma Regulamentar, e (ii) dos elementos do requisito do capital de solvência, incluídos no âmbito da certificação pelo atuário responsável, nos termos do artigo 10.º da mesma Norma Regulamentar.

## Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas ("OROC") e consistiu da na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita, com segurança razoável, concluir que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- (i) a reconciliação da informação base utilizada para o cálculo dos ajustamentos com os sistemas de informação da Companhia e a respetiva demonstração da posição financeira estatutária em 31 de dezembro de 2021 objeto de revisão legal de contas, e sobre a qual foi emitida Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases, datada de 14 de março de 2022;
- (ii) a revisão de acontecimentos subsequentes ocorridos entre a data da Certificação Legal das Contas e a data deste relatório;
- (iii) o entendimento dos critérios adotados;
- (iv) o recálculo dos ajustamentos efetuados pela Companhia, exceto os referidos no parágrafo seguinte que estão excluídos do âmbito desta certificação;
- (v) a reconciliação da informação base utilizada para os cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2021, com o balanço para efeitos de solvência, os registos contabilísticos e demais informação mantida nos sistemas da Companhia com referência à mesma data;
- (vi) a revisão em base de amostragem, da correta classificação e caracterização dos ativos de acordo com os requisitos do Regulamento;
- (vii) a revisão dos cálculos dos requisitos de capital de solvência e de capital mínimo em 31 de dezembro de 2021, efetuados pela Companhia; e
- (viii) a leitura da documentação preparada pela Companhia para dar cumprimento aos requisitos do Regulamento.

O trabalho realizado não compreendeu a certificação dos ajustamentos efetuados a nível das provisões técnicas e dos montantes recuperáveis de contratos de resseguro, os quais, conforme definido no artigo 7.º da Norma Regulamentar, foram objeto de certificação pelo atuário responsável da Companhia.

Relativamente aos ajustamentos efetuados ao nível de impostos diferidos decorrentes dos ajustamentos acima referidos, o trabalho realizado apenas compreendeu a verificação do impacto em impostos diferidos, tomando por base os referidos ajustamentos efetuados pela Companhia.

A seleção dos procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

## Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e incluídos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança razoável, concluímos que os ajustamentos entre a demonstração da posição financeira estatutária e a constante do balanço para efeitos de solvência, que a classificação, disponibilidade e elegibilidade dos fundos próprios e que o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, à data a que se refere o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira (31 de dezembro de 2021), estão isentos de distorções materiais, são completos e fiáveis e, em todos os aspetos materialmente relevantes, são apresentados de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

## B. RELATO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO E EFETIVA APLICAÇÃO DO SISTEMA DE GOVERNAÇÃO

### Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia:

- A preparação do Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF (republicada na Norma Regulamentar n.º 1/2018-R, de 11 de janeiro); e
- A definição, aprovação, revisão periódica e documentação das principais políticas, estratégias e processos que definem e regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada, incluindo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno (“Sistema de governação”), as quais devem ser descritas no capítulo B do Relatório, tendo em conta o previsto no artigo 294.º do Regulamento Delegado (UE) n.º 2015/35 da Comissão, de 10 de outubro de 2014 (Regulamento).

### Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre a implementação e efetiva aplicação do sistema de governação.

### Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica”, e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu na obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se o conteúdo do capítulo “Sistema de governação” do Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira, reflete, em todos os aspetos materialmente relevantes, a descrição da implementação e efetiva aplicação do sistema de governação da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, os seguintes:

- a apreciação da informação contida no Relatório sobre o sistema de governação da Companhia quanto, aos seguintes principais aspetos: informações gerais; requisitos de qualificação e de idoneidade; sistema de gestão de riscos com inclusão da auto-avaliação do risco e da solvência; sistema de controlo interno; função de auditoria interna; função atuarial; subcontratação e eventuais informações adicionais;
- a leitura e apreciação da documentação que sustenta as principais políticas, estratégias e processos descritos no Relatório, que regulamentam o modo como a Companhia é dirigida, administrada e controlada e obtenção de prova corroborativa sobre a sua implementação; e
- a discussão das conclusões com os responsáveis da Companhia.

A seleção dos procedimentos efetuados depende do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, quer resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planejar e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, assim, mantemos um sistema de controlo de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos documentados sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

## Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho”, que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira (31 de dezembro de 2021), o conteúdo do capítulo “Sistema de governação”, não reflete, em todos os aspetos materiais, a descrição da implementação e efetiva aplicação do sistema de governação da Companhia.

## C. RELATO SOBRE A RESTANTE INFORMAÇÃO DIVULGADA NO RELATÓRIO ANUAL SOBRE A SOLVÊNCIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA E A INFORMAÇÃO QUANTITATIVA CONJUNTAMENTE DIVULGADA

### Responsabilidades do órgão de gestão

É da responsabilidade do Conselho de Administração da Companhia a preparação do Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira e da informação a prestar à ASF para efeitos de supervisão, nos termos exigidos pela Norma Regulamentar n.º 8/2016-R, de 16 de agosto, da ASF (república pela Norma Regulamentar n.º 1/2018, de 11 de janeiro), incluindo a informação quantitativa a divulgar em conjunto com esse Relatório, conforme estabelecida nos artigos 4.º e 5.º do Regulamento de Execução (UE) n.º 2015/2452, da Comissão, de 2 de dezembro de 2015.

### Responsabilidades do Revisor Oficial de Contas

A nossa responsabilidade, conforme definido na alínea c) do n. 1.º do artigo 4.º da Norma Regulamentar, consiste em expressar, com base no trabalho efetuado, uma conclusão com garantia limitada de fiabilidade sobre se a restante informação divulgada no Relatório e na informação quantitativa conjuntamente divulgada, é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

### Âmbito do trabalho

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) “Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica” e outras orientações técnicas e normas éticas aplicáveis da OROC e consistiu da obtenção de prova suficiente e apropriada que permita concluir, com segurança moderada, sobre se a restante informação divulgada no Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira é concordante com a informação objeto do trabalho do revisor oficial de contas e com o conhecimento obtido durante o processo de certificação.

O trabalho realizado incluiu, entre outros procedimentos, a leitura integral do referido relatório e a avaliação da concordância conforme acima referida.

A seleção dos procedimentos efetuados dependem do nosso julgamento profissional, incluindo os procedimentos relativos à avaliação do risco de distorção material na informação objeto de análise, quer resultantes de fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco consideramos o controlo interno relevante para a preparação e apresentação da referida informação, a fim de planear e executar os procedimentos apropriados nas circunstâncias.

Aplicamos a Norma Internacional de Controlo de Qualidade 1 (ISQC 1) e, como tal, mantemos um sistema de controlo de qualidade incluindo políticas e procedimentos documentados relativos ao cumprimento com requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulatórios aplicáveis.

Entendemos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

## Conclusão

Com base nos procedimentos realizados e descritos na secção precedente “Âmbito do trabalho” que foram planeados e executados com o objetivo de obter um grau de segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que, à data a que se refere o Relatório Anual sobre a Solvência e a Situação Financeira (31 de dezembro de 2021), a informação divulgada no Relatório não é concordante com a informação que foi objeto do nosso trabalho e com o conhecimento que obtivemos durante a realização do mesmo.

#### D. OUTRAS MATÉRIAS

Tendo em conta a normal dinâmica de qualquer sistema de controlo interno, as conclusões apresentadas relativamente ao sistema de governação da Companhia não deverão ser utilizadas para efetuar qualquer projeção para períodos futuros, na medida em que poderão existir alterações nos processos e controlos analisados e no seu grau de eficácia. Por outro lado, dadas as limitações inerentes ao sistema de controlo interno, irregularidades, fraudes ou erros podem ocorrer sem que sejam detetados.

Lisboa, 8 de abril de 2022

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas  
Representada por:

Assinado por: **RICARDO NUNO LOPES PINTO**

Num. de Identificação: 11671014

Data: 2022.04.08 18:01:29+01'00'



Ricardo Nuno Lopes Pinto - ROC n.º 1579  
Registado na CMVM com o n.º 20161189

**via directa**

COMPANHIA DE SEGUROS, S.A.